

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC - SP

Ana Lúcia Rodrigues

Serões Gramaticais: a gramática “científica” de Ernesto Carneiro Ribeiro

Mestrado em Língua Portuguesa

**SÃO PAULO
2009**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC - SP

Ana Lúcia Rodrigues

Ser
ões Gramaticais: a gramática “científica” de Ernesto Carneiro Ribeiro

Dissertação apresentada à Comissão Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Língua Portuguesa, sob orientação da Professora Doutora Leonor Lopes Fávero.

SÃO PAULO
2009

BANCA EXAMINADORA

O Senhor é meu pastor. Nada me faltará.

(Salmo 22 de Davi)

A meus amados pais e irmãs e à professora dona Maria Albertina (em memória), grande responsável pela minha paixão pela língua portuguesa, dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, sem cuja graça este trabalho não se teria concretizado.

A minha família, por seu apoio incondicional, e de modo especial a minha mãe e à Cris, com as quais terei sempre uma dívida impagável de amor e gratidão.

À Secretaria de Estado da Educação do Estado de São Paulo, pela concessão da bolsa.

À Marizilda Moysés Nascimento, da Diretoria de Ensino Centro-Sul, por sua atenção.

Aos amigos Carlos (Paróquia “Imaculada Conceição”) e Waldecy (Ordem Franciscana Secular), por suas palavras de apoio e preciosas preces.

Aos amigos Fernando e Maria Isabel, por sua solidariedade e palavras de estímulo.

À Elaine, Shirlei, Lucelma e Marilea, entre outras colegas de jornada, por sua amizade e colaboração.

À Profa. Dra. Márcia A. G. Molina e à Profa. Dra. Dieli V. Palma, da banca de qualificação, por suas significativas contribuições ao nosso texto.

À secretária Lourdes, do Departamento de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa, por toda a sua atenção.

Aos funcionários da biblioteca “Reitora Nadir Gouvêa Kfoury” (PUC/SP), da biblioteca “Florestan Fernandes” (FFLCH/USP) e do Instituto de Estudos Brasileiros (USP), por sua simpatia e solicitude.

Aos funcionários da PUC em geral, por sua colaboração.

À Profa. Dra. Leonor Lopes Fávero, minha orientadora, por sua paciência e dedicação.

A todos os que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

Esta dissertação situa-se na linha de pesquisa da História e Descrição da Língua Portuguesa, do Programa de Estudos Pós-graduados em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, tendo por objeto de estudo a obra *Serões gramaticais*, de Ernesto Carneiro Ribeiro. O objetivo principal desta pesquisa visa a verificar em que medida o autor aderiu ao método histórico-comparativo, ao produzir sua gramática. A relevância deste trabalho reside no propósito de inovação por parte do autor, apesar de seu não total abandono da tradição. A investigação apóia-se nos pressupostos teóricos da História das Idéias Lingüísticas, tendo seus resultados mostrado que o momento histórico, social, político, econômico e educacional influenciou Carneiro Ribeiro na produção de sua gramática.

Palavras-chave: História das Idéias Lingüísticas; Ernesto Carneiro Ribeiro; gramática “científica”.

SUMMARY

This dissertation is in the line of research related to History and Description of the Portuguese Language, of the program of post-graduation studies of Portuguese Language of Pontificia Universidade Católica de São Paulo and it has as an object of study the work *Serões gramaticais*, of Ernesto Carneiro Ribeiro. The main objective of this research is to verify how much the author has adhered to the historical-comparative method when producing his grammar. The relevance of this work lies in the purpose of innovation on the part of the author, although he has not abandoned tradition totally. The investigation is supported by the theoretical assumptions of History of Linguistic Ideas, and the results thereof have shown that the historical, social, political, economic and educational moment has influenced Ernesto Carneiro Ribeiro in the production of his grammar.

Key-words: History of Linguistic Ideas; Ernesto Carneiro Ribeiro; “scientific” grammar.

SUMÁRIO

Introdução	1
------------------	---

Capítulo I

A História das Idéias Lingüísticas	5
---	---

Capítulo II

O contexto histórico, político, cultural, social e econômico: o Brasil nas últimas décadas do século XIX e na República Velha (1889/1930)	13
--	----

2.1 – A Primeira República (ou República Velha).....	16
--	----

2.2 – O contexto educacional	20
------------------------------------	----

2.2.1 – As reformas educacionais	27
--	----

2.3 – As concepções lingüísticas na segunda metade do século XIX	30
--	----

2.4 – O conceito de gramática de contemporâneos de Carneiro Ribeiro	34
---	----

2.4.1 – Júlio Ribeiro	34
-----------------------------	----

2.4.2 – Alfredo Gomes	35
-----------------------------	----

2.4.3 – João Ribeiro	36
----------------------------	----

2.4.4 – Maximino Maciel	36
-------------------------------	----

2.4.5 – Pacheco da Silva e Lameira de Andrade	37
---	----

Capítulo III

Ernesto Carneiro Ribeiro

3.1 – O autor	38
---------------------	----

3.2 – A obra <i>Serões gramaticais</i> ou <i>Nova gramática portuguesa</i>	40
--	----

3.2.1 – Notas preliminares.....	40
---------------------------------	----

3.2.2 – Prólogo da primeira edição (1890)	41
---	----

3.2.3 – Prólogo da segunda e terceira edições (1915 e 1919)	42
---	----

3.2.4 – Prólogo da quarta edição (1947)	44
---	----

3.2.5 – Prólogo da quinta edição (1950).....	44
--	----

Capítulo IV

4.1 - <i>Serões gramaticais</i> : introdução	46
4.2 – Partes da gramática	50
4.2.1 – Morfologia.....	50
4.2.1.1 – Substantivos	57
4.2.1.2 – Pronomes	60
4.2.1.3 – Adjetivos	62
4.2.1.4 – Verbos	65
4.2.1.5 – Advérbios	68
4.2.1.6 – Preposições	68
4.2.1.7 – Conjunções	69
4.2.2 – Sintaxe	69
4.2.2.1 – Proposição ou oração	71
4.2.2.2 – Complementos	80
4.2.2.3 – Adjuntos	83
4.2.2.4 – Sistemas de análise	83
4.2.2.5 – Concordância	84
A – Concordância do adjetivo	86
B – Concordância do verbo	86
4.2.2.6 – Emprego do substantivo, do pronome, do artigo indicativo e de alguns outros determinativos	87
4.2.2.7 – Pronome <i>se</i>	88
4.2.2.8 – Sintaxe das palavras invariáveis	93
4.2.2.9 – Regência	95
4.2.2.10 – Pontuação	95

4.2.2.11 – Alterações sintáticas	96
4.2.2.12 – Construção: ordem das palavras nas proposições e das proposições no período; colocação dos pronomes empregados como complementos ..	97
4.2.2.13 – Vícios de linguagem	99
4.2.2.14 – Idiotismos, brasileirismos, provincianismos	100
4.2.2.15 – Figuras de sintaxe	101
4.2.2.16 – Sintaxe e estilo	101
Considerações finais	103
Referências bibliográficas	105
Anexos	112

Introdução

Esta dissertação situa-se na linha da História e Descrição da Língua Portuguesa, do Programa de Estudos Pós-graduados em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, tendo como objeto de estudo a obra *Serões gramaticais*, de Ernesto Carneiro Ribeiro.

Essa gramática, cuja primeira edição data de 1890, insere-se no período denominado “científico”, o qual, no Brasil, teve início com a publicação da *Grammatica portugueza*, de Júlio Ribeiro, em 1881. Nos dizeres de Casimiro (2004, p. 1), esse foi um período de “verdadeira renascença dos estudos filológicos, com a produção de gramáticas, dicionários e artigos variados”. Tal fase de intensa produção gramatical por parte de autores nacionais está igualmente ligada, como reforçaremos adiante, ao Programa de Fausto Barreto, de 1887.

A noção de cientificidade, por sua vez, permeava, à época, todos os campos do saber, inclusive a linguagem e o ensino de língua, fazendo do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX um momento rico para as letras brasileiras, no qual reinava uma atmosfera de grande interesse pela investigação científica. Nesse intento, produziram-se diversos estudos lingüísticos amparados na crescente publicação de traduções de trabalhos europeus.

A seguinte declaração de Júlio Ribeiro, na segunda edição da obra já citada, evidencia o propósito de adoção do novo método e o rompimento com as antigas gramáticas, que passaram a ser vistas como simples “dissertações de metafísica” (1885, p. I-II):

As antigas grammaticas portuguezas eram mais dissertações de metaphysica do que exposições dos usos da língua... Abandonei por abstractas e vagas as definições que eu tomara de Burgraff: preferi amoldar-me às de Whitney, mais concretas, e mais claras... O systema de syntaxe é o systema germânico de Becker, modificado e introduzido na Inglaterra por C. P. Mason, e adoptado por Whitney, por Bain, por Holmes, por todas as sumidades da grammaticographia saxônia... O meu modo de expor, a ordem que segui em distribuir as materias é de Bain. Cumpre notar que, ao dar a luz em 1881 a primeira edição desta grammatica, eu ainda não tinha visto a Higher English Grammar.

Julgamos importante ainda observar que o processo de “cientificização” dos estudos lingüísticos no Brasil no fim do século XIX deu-se, de acordo com Casimiro (*op. cit.*, p. 9), de duas formas:

- 1) pelo esforço individual de pesquisadores autodidatas, que tomaram contato com as novas tendências pela leitura de autores europeus como Ayer, Darmesteter, Mason, Bain e outros;
- 2) por meio de instituições de ensino, na medida em que sabemos que muitos professores de português (caso de Júlio Ribeiro, Pacheco da Silva e Lameira de Andrade, Alfredo Gomes, Maximino Maciel e Carneiro Ribeiro) escreveram gramáticas, tendo nosso saber lingüístico sido estimulado por instituições como o Colégio Pedro II, que exigia de seus candidatos a elaboração de uma tese.

No que tange à expressão gramática “científica”, Cavaliere (2000) a entende como o conjunto de estudos e obras sobre a língua portuguesa produzidos nas duas últimas décadas do século XIX e as três primeiras do século XX, período em que predominou no Brasil um conceito plural de gramática, que abrangia o estudo da língua em seus aspectos universal, descritivo e prescritivo.

Justificamos a opção por Ernesto Carneiro Ribeiro devido à quase-inexistência, por ora, de trabalhos acerca de sua produção gramatical. De nossa parte, só encontramos o texto de Ricciardi (2004): “Segunda metade do século XIX: Da apoteose do sentimento à anatomia da língua”, do qual nosso trabalho deve se distinguir, já que nos apoiaremos na análise da morfologia e da sintaxe da obra. De toda forma, o autor é mais conhecido por seu envolvimento na polêmica com Rui Barbosa, seu ex-aluno, em torno da redação do Projeto do Código Civil.

Nosso objetivo principal será verificar em que medida a gramática do ilustre filólogo representa a adesão do autor ao método histórico-comparativo, restringindo-nos, como já afirmamos, à análise da morfologia e da sintaxe.

Este trabalho apóia-se nos princípios teóricos da História das Idéias Lingüísticas, disciplina resultante da interação entre História e Lingüística, no tocante às questões relativas à língua inserida num dado período, sujeita a possíveis mudanças decorrentes das constantes mutações, no tempo e no espaço, em razão de fatores socioculturais.

Para Fávero e Molina (2006, p. 24), a História das Idéias Lingüísticas possibilita não só o estudo das primeiras gramáticas brasileiras, como a de Moraes Silva, de 1806, por exemplo, mas também o de qualquer saber fundado na ciência lingüística. Logo, toda a tradição gramatical é uma parte das idéias lingüísticas. Acrescentemos a seguinte reflexão de Orlandi (2001, p. 16):

Fazer história das idéias nos permite: de um lado, trabalhar com a história do pensamento sobre a linguagem no Brasil mesmo antes da Lingüística se instalar em sua forma definida; de outro, podemos trabalhar a especificidade de um olhar interno à ciência da linguagem tomando posição a partir de nossos compromissos, nossa posição de estudiosos especialistas em linguagem. Isto significa que não tomamos o olhar externo, o do historiador, mas falamos como especialistas de linguagem a propósito da história do conhecimento sobre a linguagem. Não se trata de uma história da Lingüística, externa, o que poderia ser feito por um historiador da ciência simplesmente. Trata-se de uma história feita por especialistas da área e portanto capazes de avaliar teoricamente as diferentes filiações teóricas e suas conseqüências para a compreensão do seu próprio objeto, ou seja, a língua.

No que respeita aos procedimentos metodológicos, o trabalho compreendeu as seguintes etapas:

- levantamento e análise do suporte teórico a ser abordado,
- seleção e constituição do *corpus* de análise e
- análise do *corpus*.

Quanto à organização, esta dissertação compõe-se de quatro capítulos: o primeiro trata da História das Idéias Lingüísticas, a fundamentação teórica de nossas análises; o segundo apresenta a contextualização histórica, política, cultural, social e econômica do país, uma

vez que toda obra é um produto de seu tempo. Incluímos igualmente a questão educacional, um breve panorama das concepções lingüísticas então vigentes e ainda o conceito gramatical de autores contemporâneos de Carneiro Ribeiro. O terceiro traz a biografia do ilustre mestre baiano bem como a obra *Serões gramaticais* e suas edições. Finalmente, o quarto apresenta a introdução e as partes da gramática, analisando a morfologia e a sintaxe.

Iniciemos o primeiro capítulo.

Capítulo I

A História das Idéias Lingüísticas

Este capítulo trata da História das Idéias Lingüísticas, disciplina que, como já afirmamos, compreende a interação entre História e Lingüística no tocante às questões concernentes à língua inserida num determinado período.

Assim sendo, a História das Idéias Lingüísticas envolve, por um lado, a História, vista, no caso, como muito mais que um mero arrolar de fatos, e, por outro, a Lingüística, cujo objeto de estudo é a linguagem. Convém ainda acrescentar que a ligação entre História e Lingüística tem como objetivo, segundo Restaino (2005, p. 5), a descrição e explicação sobre “como o saber lingüístico foi formulado e comunicado e como se mantém em desenvolvimento ao longo do tempo”.

No que tange em especial à Lingüística, como é sabido, ela só passou a ser considerada ciência a partir do fim do século XIX, repousando sua origem nas teorias especulativas, que deram lugar ao comparativismo, o qual, por sua vez, foi substituído pelo estruturalismo saussuriano. Este impulsionou o desenvolvimento da Lingüística, sendo que a ele se seguiu a linha gerativo-transformacional, a qual por fim desembocou nas hodiernas teorias do texto.

A respeito dessas mudanças quanto aos saberes lingüísticos, Auroux (1992, p. 29) afirma que elas “são, antes de tudo, fenômenos culturais que afetam o modo de existência de uma cultura do mesmo modo que dela procedem”.

No tocante à História, ela se serve da linguagem para registrar suas mudanças e desenvolvimentos, mas, segundo Fávero e Molina (*op. cit.*, p. 18),

os estudos da linguagem até o século XIX pouco se serviram da História. Foi mesmo no século XIX, com o surgimento dos estudos histórico-comparativos, que a Lingüística passou a ser entendida como ciência.

Desse momento em diante, o desenvolvimento da História e da Lingüística proporcionou uma série de trabalhos que entrelaçam ambas, destacando as autoras, entre eles, os de história dos conhecimentos lingüísticos. Auroux (*op. cit.*, p. 11) os divide em três categorias:

- i. os que visam a constituir uma base documentária para a pesquisa empírica;
- ii. os que são homogêneos à prática cognitiva de que derivam (por exemplo, o trabalho de um filólogo das línguas clássicas sobre a gramática, a filologia ou a lógica grega);
- iii. os que têm um papel fundador, queremos dizer, os que se voltam para o passado com o fim de legitimar uma prática cognitiva contemporânea.

Entende-se a História das Idéias Lingüísticas como parte da história cultural, a qual busca sobretudo, na visão de Fávero e Molina (*op. cit.*, p. 18), a identificação do “modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. Conforme Braudel (1989, p. 53), “não há civilização atual que seja verdadeiramente compreensível sem um conhecimento de itinerários já percorridos, de valores antigos, de experiências vividas”.

Precisamente em relação ao termo *História*, sabemos que ele apresenta várias conceituações, sendo que, até o início do século XX, a História compreendia cronologias de fatos com personagens importantes. Hoje, os chamados pensadores idealistas sustentam que os fatos não possuem realidade externa, dependendo, portanto, das idéias e representações que deles se tem.

Atualmente, a História apresenta uma nova abordagem: não mais a da linearidade temporal, mas a do tempo em diálogo com vários outros tempos e disciplinas, o que implica a existência de novas técnicas e métodos como, por exemplo, a busca de documentos relativos ao cotidiano das massas anônimas, testamentos, cartas. Conforme Gonçalves (2007, p. 5), essas fontes menores ampliaram a dimensão investigativa da História.

Recuando, porém, no tempo, assistimos, na França, em oposição à escola metódica, a qual valorizava a erudição e enfatizava o conhecimento de longa duração, ao surgimento da

École des Annales, caracterizada pelo esforço de aproximar a História de outras disciplinas, apoiando-se em especial na análise das estruturas dos acontecimentos, com o intuito de uma História total, que abordasse os aspectos econômico, social e cultural.

Nascia, então, uma nova História, marcada pela interdisciplinaridade e pela busca de reabertura do passado para interpretá-lo, num diálogo com o presente.

Febvre, Bloch e Braudel foram os iniciadores dessa nova abordagem da História, sendo que, de acordo com Fávero e Molina (*op. cit.*, p. 20), os dois primeiros, sob a influência do cientificismo do século XIX e início do XX, definiam a História, respectivamente, como “a ciência do homem, da mudança perpétua das sociedades humanas” e “a ciência dos tempos no homem”, e, para Bloch, “o objeto da História são os homens, suas significações, ações e intenções, analisadas em seus grupos”.

Em 1929, Febvre e Bloch fundaram a revista “Les Annales d’Histoire Économique et Sociale”, ligando a História à exploração de outras áreas (como a economia, a sociologia, a antropologia, a geografia), com vistas ao conhecimento e interpretação, de forma abrangente, do homem e sua atuação no meio físico, social, econômico e cultural. Eis a citação de Febvre a esse respeito (s/d., p. 40):

Não há história econômica e social. Há simplesmente a história, na sua Unidade. A história que é toda ela social, por definição. A história que considero é o estudo, cientificamente conduzido, das diversas atividades e das diversas criações dos homens de outrora, tomados na sua data, no quadro de sociedades extremamente variadas e contudo comparáveis umas com as outras.

Com relação ao sucesso da revista, afirma Dosse (1994, p. 58):

Os *Annales* foram bem-sucedidos no agrupar as ciências humanas por detrás de sua bandeira. Nesse combate contra o historicismo, temos como resultado o núcleo permanente de discurso dos *Annales*, para além de suas flutuações: a relativização ou, pelo menos, a recusa do relato factual e do relato político. É a partir dessa recusa que os *Annales* se definem como escola, superando a diversidade de seus componentes. O adversário é sempre o mesmo: a história dita positiva. Isso permite assegurar a continuidade e a coesão do movimento. (...) As duas recusas do primeiro período, da história factual e da história política, são ainda reivindicadas pelos *Annales* de hoje.

O movimento dos *Annales* compreendeu três gerações, sendo a *primeira* (1929/45) liderada por Febvre e Bloch, a qual se caracterizou por uma proposta de rompimento total com a história historizante, por uma mudança radical na compreensão da História e conseqüente aceitação de novas propostas e métodos.

Em relação à fase inicial dos *Annales*, Burke (1992, p. 125) afirma:

O que distinguia Bloch e Febvre dos marxistas de seu tempo era precisamente o fato de que não combinavam seu entusiasmo pela história social e econômica com a crença de que as forças sociais e econômicas tudo determinavam.

A *segunda* (1945/68), também conhecida como “Era Braudel”, por ser este seu principal representante, dividiu a História em três grupos – (1) na superfície, correspondente à história dos acontecimentos, (2) na meia-encosta, equivalente à história de ritmo mais lento e (3) na profundidade, uma história de longa duração.

A *terceira* (1968/89), representada por Le Goff, Le Roy e Chartier, foi a fase mais fragmentada, tendo sido influenciada pelo estruturalismo. Usando a metáfora “do porão ao sótão”, considerou a mistura de documentos psicológicos, arqueológicos, orais, ampliando o conceito de fonte. A seus objetivos acrescentaram-se a participação feminina na História e a preocupação sociocultural (estratégias matrimoniais, hábitos de leitura, o medo, entre outros).

Conforme Dosse (*op. cit.*, p. 271), a evolução das mentalidades tornou-se, nessa fase, o principal objetivo da História. De acordo com o autor:

A história total [pretensão de Febvre e Bloch] teve validade somente no plano programático restrito, mas, ao passar para a experimentação, a totalidade se fragmenta em uma miríade de objetos singulares a serem especificados e construídos.

Assim, nessa fragmentação, ao lado da História econômica e social, vimo-nos diante de duas variedades importantes: a História das Mentalidades e a História Intelectual, auxiliares

do pesquisador da língua no tocante a sua tarefa de compreender como o saber lingüístico foi construído. Esse foi um momento de ampliação no campo da investigação.

Para Le Goff (1988), a História das Mentalidades, no cumprimento das diretrizes do paradigma multidisciplinar, associa-se, primeiro, à Etnologia (a fim de buscar o nível mais estável das sociedades) e, depois, à Sociologia, a qual tem o coletivo como objeto de estudo.

Dessa maneira, constatou-se uma estreita relação entre o indivíduo e seu meio, um a se desenvolver em relação ao outro, o que nos remete a que a compreensão da forma como uma sociedade aceita ou rejeita um dado fato está ligada a suas crenças e heranças culturais. Com base em Le Goff (*op. cit.*), Restaino (*op. cit.*, p. 10) sustenta que

a união do individual e do coletivo, do antigo e do cotidiano, do inconsciente e do intencional, do estrutural e do conjuntural, do marginal e do social produz o estudo das mentalidades; o termo é usado no plural pela possibilidade de conter mais de um modelo de mentalidade em um mesmo período e, ainda, esses modelos estarem intimamente ligados ao seu tempo, ou seja, só produzem sentido no local e no momento em que foram criados.

Para Fávero e Molina (*op. cit.*), a História das Mentalidades teve sua origem ligada às obras de Febvre, à época da Primeira Guerra Mundial, quando ele e estudiosos de outras áreas “imprimiram um novo olhar sobre a História, desviando-o das hierarquias para as relações, das posições para as representações” (p. 22).

Desse modo, a História buscou identificar como, em lugares e momentos distintos, certa realidade é construída, entendida e transmitida para a posteridade. De acordo com as autoras, deve-se pensar essa história como um trabalho de representação, ou seja, “como são traduzidas as posições e interesses dos indivíduos que compõem a sociedade, como pensam que ela é, como agem, ou como gostariam que ela fosse” (*op. cit.*, p. 23).

As mentalidades, conforme Gonçalves (*op. cit.*, p. 8), alteram-se lentamente, pois “a forma como um grupo pensa determinado fato social é lenta, uma vez que há uma sucessão de pequenos fatos que levam a proporções maiores e a inevitáveis mudanças”. A autora,

também recorrendo a Le Goff (*op. cit.*), ainda acrescenta que a História das Mentalidades é a história da lentidão da História devido ao fato de ocorrerem, gradativamente, mudanças entre o curto e o longo prazo.

Dosse (*op. cit.*) remonta a Georges Duby a existência de três ritmos no tocante ao estudo das mentalidades, sendo o primeiro ligado às emoções do momento; o segundo, dependente da evolução do comportamento e das crenças partilhadas por um grupo social, ao passo que o terceiro, mais demorado, constitui um vínculo com os quadros mentais mais resistentes às mudanças e igualmente relacionados com a herança cultural e o sistema de crenças ou modelos de comportamentos. Dessa forma, a História das Mentalidades faz a análise do modo como dado grupo aplica, sente e pensa suas crenças e costumes a ponto de alterá-los.

Em relação à História Intelectual, Restaino (*op. cit.*), com base em H. R. da Silva (2003), sustenta que ela se situa na intersecção de diferentes disciplinas, apresentando duas formas de análise: uma referente ao conceito de “campo”, isto é, “ao funcionamento de uma sociedade intelectual, suas práticas, regras de legitimação e estratégias” (p. 10); a outra, referente às características de um determinado momento histórico, o qual leva a determinada forma de pensar e agir de uma sociedade intelectual.

A autora (*op. cit.*, p. 10), ainda apoiada em H. R. da Silva (*op. cit.*), afirma que o objetivo da História Intelectual é a restituição do contexto de produção de uma obra, do ponto de vista filosófico, histórico e sociológico, podendo tal contexto ser ampliado:

(...) o estudo leva em consideração as dimensões sincrônica e diacrônica, isto é, trabalha com a sincronia dentro da diacronia, permitindo, assim, a reconstrução do paradigma intelectual que norteou o pensamento científico no qual o objeto de análise está inserido.

Gonçalves (*op. cit.*, p. 9) acrescenta que a História Intelectual tem por fim o “estudo dos sistemas formalizados de conhecimentos, crenças, comportamentos e modos de vida” para compor um quadro explicativo da realidade, buscando também o “interesse pelo cotidiano das pessoas na reconstrução do passado, a partir de fontes, até então, pouco exploradas”. E para Maurício Silva (2005),

com a contextualização de fatos e idéias, a História Intelectual privilegia a perspectiva individual do sujeito – talvez devêssemos dizer *sujeitos* - na ação histórica, sugerindo a existência de uma intencionalidade que lhe é inerente, dando um novo sentido à atividade historiográfica e buscando o significado das obras em um novo quadro de referências históricas, o qual pressupõe a existência de um complexo cultural que requer, na falta de uma designação melhor, tanto uma abordagem internalista quanto externalista.

Voltando-nos agora especificamente para a História das Idéias Lingüísticas, verificamos que, dentro desse contexto em que o que pesa é a história do homem em relação com seu meio, o século XX assistiu também ao surgimento da História das Idéias (da Pedagogia, da Psicologia e da Lingüística). Fávero e Molina (*op. cit.*, p. 24) citam os seguintes dizeres de Chevalier (1995, p. 84) concernentes ao nascimento da História das Idéias Lingüísticas:

No grande jogo contemporâneo das comparações interdisciplinares, parece bastante evidente, ou melhor, natural, que lingüística e história devam ser confrontadas; nesta ciência do movimento dos povos que a história institui, seria estranho que não desempenhasse seu papel a ciência que estuda esse meio essencial de comunicação, as linguagens.

Com base em Auroux (*op. cit.*), Fávero e Molina (*op. cit.*, p. 24) afirmam que idéia lingüística é “todo saber construído em torno de uma língua, num dado momento, como produto quer de uma reflexão metalingüística, quer de uma atividade metalingüística não explícita”, o que deixa clara a inclusão do estudo de gramáticas e dicionários.

A História das Idéias Lingüísticas envolve igualmente o estudo das instituições em que, por exemplo, no século XIX, os saberes lingüísticos eram discutidos, difundidos, pois, conforme Fávero e Molina (*op. cit.*, p. 25), outra vez baseadas em Auroux (*op. cit.*), “o historiador deve projetar os fatos num hiper-espaço que comporta essencialmente três tipos de dimensão: uma cronologia, uma geografia e um conjunto de temas”.

Atendo-nos agora ao pesquisador de História das Idéias Lingüísticas, o estudioso estabelece um diálogo entre si e os homens e linguagens de outras épocas. No entanto, nesse percurso, segundo Fávero e Molina (*op. cit.*), ele esbarra em dificuldades concernentes, por exemplo, à seleção do maior número de materiais para análise, já que nem sempre as fontes são

acessíveis. Seleccionadas as fontes, vem o momento da análise, que exige sensibilidade do pesquisador. Para isso ele precisa voltar seu olhar para o momento em que aconteceram os fatos, procurando entendê-los no contexto de sua ocorrência e evolução. Existe ainda o risco de se examinar o passado com o olhar do presente, o que compromete (comprometeria) o estudo.

Em suma: é necessário inserir-se no ontem, contemplar, a distância, a sociedade retratada e empenhar-se na recriação do momento histórico em pauta. Partamos, então, para a contextualização histórica relativa à produção de *Serões gramaticais*.

Capítulo II

O contexto histórico, político, cultural, social e econômico: o Brasil nas últimas décadas do século XIX e na República Velha (1889/1930)

Este capítulo trata da contextualização histórica, política, cultural, social, econômica e educacional do período em que se insere a produção da obra *Serões gramaticais*, fato que se faz necessário, visto que, nas palavras de Fávero e Molina (*op. cit.*, p. 14), apoiadas em Chartier (1994), “a gramática, como objeto cultural, expressa uma materialidade, um espaço de relações, que interessa reconstruir”.

Assim sendo, conforme Fausto (2001), tivemos o Segundo Reinado como um período de unificação política, mas sem maiores transformações no território nacional. Tampouco existia, então, uma sociedade esclarecida e politicamente organizada, sendo que o Império tinha nos senhores de escravos sua principal base de sustentação. No entanto, a partir da década de 1870, ele entrou em crise, em virtude do início do movimento republicano mediante atritos do governo imperial com o Exército e a Igreja.

Também o problema da escravidão era latente: a Lei do Ventre Livre, de 1871, surtira poucos efeitos, mostrando-se a maioria dos deputados do Nordeste a favor da medida, ao passo que os da região centro-sul eram majoritariamente contrários a ela. Foi, porém, a partir de 1880, que o movimento abolicionista ganhou força, tendo o Ceará extinguido a escravidão em 1884. A Lei dos Sexagenários veio no ano seguinte.

Após a abolição da escravatura, decretada em 1888, o Rio de Janeiro apresentava melhores oportunidades para os ex-escravos do que São Paulo, onde a imigração européia foi mais intensa. Dessa forma, a preferência pela mão-de-obra dos imigrantes gerou desigualdade social e, também, preconceito contra o negro.

Segundo Fausto (*op. cit.*, p. 127), o ideal republicano era defendido sobretudo por profissionais liberais e jornalistas, “grupo cuja emergência resultou do desenvolvimento das cidades e da expansão do ensino”.

A citada década assistiu ao nascimento de um movimento republicano conservador nas províncias, sendo que, em São Paulo, em 1873, fundou-se o PRP (Partido Republicano Paulista), ligado à burguesia cafeeira.

Os republicanos defendiam o princípio da federação baseada no controle, por parte das províncias, da política bancária e de imigração, bem como (o princípio) da descentralização das rendas.

A década em pauta foi igualmente marcada por um estado de tensão entre Igreja e Estado, já que o Concílio Vaticano de 1870 previa para o poder papal um caráter de infalibilidade. No Brasil, a política do Vaticano estimulou uma maior disciplina religiosa e a afirmação da autonomia da Igreja em relação ao Estado.

No que respeita ao Exército, consta que, duas décadas antes, o governo tomara algumas medidas para reformá-lo, enquanto os jovens militares defendiam a ênfase na educação, a reforma eleitoral, a industrialização, a construção de estradas de ferro, o fim da escravatura, a necessidade de reorganização e treinamento do Exército, aspirando à modernização e ao progresso do país.

Os militares defendiam o regime republicano, resultado da influência positivista, a qual cresceu depois de 1872, quando Benjamin Constant se tornou professor da Escola Militar da Praia Vermelha, originalmente uma instituição de ensino militar, que funcionou, na prática, como centro de estudos de matemática, filosofia e letras.

Também aqueles que haviam combatido na Guerra do Paraguai despertaram para a situação do Exército ante a política e perceberam que pertenciam a uma espécie de ordem privilegiada. Logo, seu espírito de renúncia material tinha de ser compensado pela

ampliação dos poderes de interferir para o bem da Pátria. De acordo com Cardoso (2000, p. 28), para a objetivação da fusão entre a corporação e a pátria faltava “a substância transfigurada que lhe daria um contorno real: um Estado Reformado”, ou seja, o fim da monarquia e da “politicalha” imperial.

O positivismo de Comte, sistema que se propunha à ordenação das ciências experimentais, considerando-as o modelo por excelência do conhecimento humano, em detrimento das especulações metafísicas ou teológicas, influenciou enormemente a América Latina, tendo representado no Brasil a valorização das inovações técnicas e da indústria, fato que atraiu em especial as elites emergentes que criticavam o conhecimento formal dos bacharéis em Direito.

Tal fórmula de modernização conservadora, centrada na ação do Estado e na neutralização dos políticos tradicionais, teve forte repercussão nos meios militares. Os republicanos eram favoráveis a um Executivo forte e intervencionista, capaz de modernizar o país, ou mesmo defendiam uma ditadura militar.

Na década de 1880, ao lado da abolição da escravatura, uma das medidas mais importantes foi a reforma eleitoral, conhecida como Lei Saraiva, de janeiro de 1881, a qual estendia o direito ao voto aos não-católicos, libertos e naturalizados, porém apenas os alfabetizados podiam votar. Houve também, entre 1872 e 1890, os primeiros recenseamentos gerais da população, sendo que, à época, só dezessete por cento da população freqüentavam a escola e havia doze mil alunos matriculados no curso secundário. Estima-se em oito mil o número de pessoas com educação superior no período. Por conseguinte, grande era o abismo entre os letrados e os analfabetos.

Na segunda metade do século em pauta, o Brasil era um país essencialmente agrícola, concentrando oitenta por cento de sua população no setor. A cidade do Rio de Janeiro era o único grande centro urbano, enquanto São Paulo contava com apenas sessenta e cinco mil habitantes. Café e açúcar eram, nessa ordem, os produtos mais exportados.

Conforme Azevedo (1963, p. 183), a segunda metade do século XIX correspondeu a um período de iniciativas econômicas promovidas pela abertura de bancos, fábricas, empresas e construção de estradas de ferro, mais a entrada de imigrantes e capital estrangeiro, o que transformou a velha estrutura rural do país, “ainda apoiada na escravidão, e a fisionomia urbana, dominada pelo funcionalismo”.

Paralelamente, a insatisfação militar e a propaganda republicana, somadas à crescente diferenciação das cidades e ao fortalecimento das idéias liberais, conduziram ao republicanismo, tendo a abolição da escravatura sido o golpe decisivo para a queda da monarquia.

2.1 - A Primeira República (ou República Velha)

A implantação do regime republicano representou a vitória da classe média e dos militares insurgidos contra a escravidão, a monarquia e a aristocracia. Todavia, o poder político não se tornou popular, continuando associados, na prática, o velho poderio econômico e o novo poder político. E, se a passagem do Império para a República foi tranqüila, convém ressaltar que esta a princípio envolveu certa atmosfera de incerteza em virtude da disputa entre os grupos que tinham interesses e concepções diversos em relação à organização da República.

São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul eram as principais províncias e defendiam a República federativa. O PRP e os políticos mineiros eram favoráveis ao modelo liberal, ao passo que no Rio Grande do Sul, estado de tradição militar devido à própria configuração geográfica (região de fronteira), os republicanos eram minoria.

Nesse período, os senadores deixaram de ser vitalícios e o direito ao voto, conforme a Constituição de 1891, estendeu-se a todos os brasileiros maiores de vinte e um anos, com exceção dos mendigos, praças militares e analfabetos, o que representava para os últimos sua exclusão da vida política. Por isso, cresceu o interesse pela expansão do sistema

escolar, apesar de o governo não se empenhar em difundir a instrução, uma vez que se mantinha a descentralização do citado sistema, isto é, a Constituição de 1891 reafirmou o que fora definido no Império. Em outras palavras: não havia interesse na alfabetização do povo, porque as classes dirigentes dispensavam a criação de uma base popular de representação.

No plano econômico, uma febre de negócios e de especulação financeira acompanhada da formação de muitas empresas, que adotaram o trabalho assalariado, contando com o ingresso maciço de imigrantes, caracterizaram o primeiro ano da República.

O governo provisório, que se estendeu até a eleição do Marechal Deodoro, em 25 de fevereiro de 1891, teve ministros adeptos de uma política inflacionista (entre eles, Rui Barbosa, ministro da Fazenda).

Em virtude da expansão industrial e da existência de mão-de-obra assalariada, havia a necessidade de aumentar a emissão de papel moeda e ações, o que gerou enormes especulações. Esse período inflacionário e “industrialista” (1890/1) ficou conhecido como “período de encilhamento”.

Nessa fase, duas distintas correntes confrontavam-se: a “industrializante”, que, como exposto, era inflacionista, a despeito de defender, de acordo com o reformismo positivista, valores de progresso, e a dos cafeicultores, os quais se pronunciavam como porta-vozes da fonte da riqueza nacional.

Assim, em 1891, o valor da moeda nacional caiu e, em novembro do mesmo ano, o Marechal Deodoro renunciou, sendo substituído pelo Marechal Floriano, que não se identificava com as forças econômicas dominantes. Houve, no entanto, um acordo tático entre o novo presidente e o PRP: enquanto a elite de São Paulo via em Floriano a garantia da sobrevivência da República, o presidente entendia que, sem o apoio do partido, não conseguiria governar.

Com Floriano Peixoto se encerrou a fase da presença de figuras do Exército na presidência, e a atividade política dos militares entrou em declínio. Em seguida, tivemos uma República liberal-oligárquica encarnada, primeiro, por Prudente de Moraes e, depois, por Campos Sales e Rodrigues Alves, todos paulistas.

O governo de Campos Sales enfrentou uma situação financeira dramática em decorrência da alta dívida externa herdada do período monárquico. O pagamento dessa dívida consumia grande parte do saldo da balança comercial.

Apesar das grandes colheitas de café no biênio 1896/7, a dívida externa cresceu, na mesma década, em torno de trinta por cento, e o Brasil ficou proibido de contrair novos empréstimos até junho de 1901.

Acrescente-se o fato de a República Velha ter ficado conhecida como “república dos coronéis”, repousando a origem do coronelismo nos tempos da Colônia. O fenômeno, porém, foi favorecido pelas condições criadas pela República, uma vez que os chefes políticos passaram a ter maior poder.

Para Cardoso (*op. cit.*, p. 49), o coronelismo, como base de uma possível política dos estados, consiste na manifestação de um compromisso entre o poder estatal que necessita de votos e o poder econômico privado dos donos da terra.

A política do “café com leite”, denominação relativa a um dos períodos da Primeira República, exprime a aliança entre São Paulo e Minas Gerais, conforme a qual ora os barões do café elegiam um presidente paulista, ora os pecuaristas mineiros elegiam um presidente de seu estado. Tal acordo comandou a política nacional de então.

A elite política paulista defendia os interesses da burguesia do café, cuja produção no estado aumentara desde os anos de 1890. O café, eixo da economia desse período, correspondia aproximadamente a sessenta por cento do total das exportações.

Outro importante fator das mudanças socioeconômicas ocorridas a partir das últimas décadas do século XIX foi a imigração em massa, tendo entrado no país, no período de 1887 a 1930, 3,8 milhões de estrangeiros destinados à lavoura de café.

Como se observa, até 1930, o Brasil continuou a ser um país predominantemente agrícola, mas a indústria foi impulsionada durante a República Velha, sobretudo no tocante a São Paulo, cujo desenvolvimento se apoiou na diversificação agrícola (tendo o café como eixo de sua economia), na urbanização e no surto industrial. Com isso, o estado cresceu, a partir de 1886, em ritmo acelerado, e sua população saltou, entre 1890 e 1900, de sessenta e quatro mil para duzentos e trinta e nove mil habitantes.

Se a capital paulista, em 1890, era a quinta maior cidade do país (atrás do Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Belém), no início do século, ela passou a ocupar o segundo lugar, distante dos seiscentos e sessenta e oito mil habitantes do Distrito Federal (à época, a cidade do Rio de Janeiro).

No tocante ao Rio Grande do Sul, o estado diversificou a atividade econômica na Primeira República, e, em 1890, seu charque e couros respondiam por cinquenta e cinco por cento das exportações.

Na Amazônia, a produção de borracha ganhou grande impulso já a partir de 1880, e, em seu apogeu, especialmente entre 1898 e 1910, a borracha tornou-se o segundo item mais exportado (primeiro lugar: café). Com ela vieram o crescimento da população urbana regional e melhores condições de vida, mas os seringueiros propriamente viviam de forma miserável. De toda forma, em razão da concorrência internacional, a partir de 1910, o ciclo da borracha entrou em grave crise.

Quanto à literatura, nas duas últimas décadas do século XIX, os escritores produziam de acordo com as correntes filosóficas que os influenciavam (citemos, por exemplo, Machado de Assis, do Realismo e Aluísio Azevedo, do Naturalismo). O olhar crítico voltado para uma sociedade que passava por inúmeras transformações auxiliou o escritor realista. O

avanço da psicologia, por sua vez, permitiu a análise das personagens naturalistas. Sob forte influência francesa, tivemos o Parnasianismo, que buscava um exacerbado preciosismo vocabular para uma elite que sabia ler e dispunha de tempo para fazê-lo.

No fim do século XIX e início do século XX, começaram a surgir escritores preocupados em criticar uma precária República, tais como Monteiro Lobato, Lima Barreto e Graça Aranha.

Ainda no campo da literatura, tivemos o movimento modernista, cujo marco inicial foi a Semana da Arte Moderna no ano de 1922. Dentre os nomes que ganharam destaque no evento estão em especial os dos escritores Mário de Andrade e Oswald de Andrade. No tocante aos artistas plásticos, contamos com Anita Malfatti, Tarsila do Amaral e outros. Um dos objetivos do modernismo era reagir contra a invasão cultural estrangeira que despersonalizava o país.

Quanto a nosso saber lingüístico, tivemos um desenvolvimento bastante interessante. Recebida dos colonizadores, a língua, em contato com os vários falares aqui existentes e com os dos imigrantes, foi adquirindo características próprias e distanciando-se em alguns aspectos do modelo lusitano.

Dada a ligação entre língua e ensino, vejamos o contexto educacional da época.

2.2 – O contexto educacional

No que respeita à educação, nas primeiras décadas da República, não houve, no ensino elementar, com base nos princípios do federalismo e da autonomia dos estados (o governo federal reservava-se o direito de criar apenas escolas superiores e secundárias nos estados), nenhuma alteração significativa em relação à herança do Império, todavia a Primeira República foi o período mais pródigo em reformas no que tange à disposição sobre o ensino superior e à regulamentação dos ensinos primário e secundário no Distrito Federal.

Assim, destacamos aqui a reforma realizada em 1891 por Benjamin Constant, ministro da Instrução, Correios e Telégrafos entre 1890 e 1892, a qual introduziu na escola secundária, ao lado das disciplinas tradicionais, o estudo das Ciências, com noções de Sociologia, Moral, Direito e Economia política. É claro o propósito de conciliação do humanismo das letras com o enciclopedismo positivista. Acrescentamos a isso a questão da laicização do ensino público, fruto da separação entre Igreja e Estado, prevista pela Constituição republicana e também conforme a influência positivista.

Alguns anos depois, com a Primeira Guerra Mundial (1914/8), um surto de nacionalismo e patriotismo conquistou boa parcela dos intelectuais, principalmente, para a problemática da educação popular (em 1920, cerca de setenta e cinco por cento da população eram analfabetos). Dessa nova fase de entusiasmo pela educação surgiram inúmeras ligas contra o analfabetismo. Tais ligas seguiram o exemplo da Liga de Defesa Nacional (1916) e da Liga Nacionalista do Brasil (1917), fundadas por intelectuais, industriais e outros. As ligas defendiam que o analfabetismo contribuía para a perpetuação das oligarquias no poder, uma vez que, como já mencionamos, era proibido o voto do analfabeto (também eram proibidos de votar mulheres, padres e soldados). Somente homens maiores de vinte e um anos podiam fazê-lo. E, como o voto era aberto, os chefes políticos (coronéis) acabavam interferindo violentamente nas eleições.

Uma vez que a educação do povo passara a ser dever do Estado, no que concerne ao ensino de Língua Portuguesa, foram surgindo compêndios destinados às escolas. Apareceram então as primeiras gramáticas brasileiras escritas por brasileiros.

O fator crucial que colaborou para o surgimento das novas gramáticas foi a formulação do Programa de Ensino elaborado por Fausto Barreto (pai do futuro filólogo Mário Barreto) e promulgado pelo decreto nº 9.649, de 2 de outubro de 1886, e pelo aviso nº 974, de 17 de março de 1887 (vide anexo). Esse programa visava aos exames gerais de preparatórios e com ele o então governo imperial pretendia uniformizar os estudos em todo o território nacional. Surgia, desse modo, uma nova fase no ensino da língua. As novas gramáticas propunham a análise da língua como organismo, como fenômeno natural. A *Gramática*

Portuguesa, de Júlio Ribeiro, como já mencionamos, foi a primeira a comparar a língua com as espécies da natureza. O autor quis romper com a tradição gramatical humanística (greco-latina), preocupando-se com os princípios científicos.

No que tange aos movimentos “Entusiasmo pela educação” e “Otimismo pedagógico”, verificamos que o primeiro teve um caráter quantitativo, ou seja, resumiu-se na idéia de expansão da rede escolar (abertura de escolas) e na tarefa de alfabetização do povo. Já o otimismo pedagógico insistiu na melhoria das condições didáticas e pedagógicas da rede escolar. Ele se caracterizou por sua ênfase nos aspectos qualitativos da problemática educacional.

Ambos os movimentos, durante a Primeira República, ora se alternaram, ora se complementaram, sendo que, no início da República, privilegiou-se o entusiasmo pela educação, situação que se repetiu por volta da Primeira Guerra Mundial (1914/7).

Durante a guerra e por causa dela, o movimento associou-se às preocupações das Ligas Nacionalistas, as quais incentivavam o patriotismo. Dando-se conta de que o país possuía centros de industrialização crescentes que pediam uma nova forma de vida, fizeram pressão no tocante à escolarização.

A força do entusiasmo pela educação prolongou-se até meados dos anos de 1920, quando foi atropelada pelo otimismo pedagógico. Os anos de 1920 acolheram um período de transformação cultural significativa para o país. Após a Primeira Guerra Mundial, conhecemos a nova potência mundial: os Estados Unidos da América. O Brasil passou a diversificar suas relações comerciais e financeiras e passamos a ter um apreço pelo que mais tarde ficaria conhecido como *American way of life*. Tal influência estendeu-se ao campo educacional e pedagógico.

A pedagogia praticada até então, quase sem muita consciência, pela observação do comportamento do professor e repetição posterior pelos alunos, era um misto da pedagogia formalizada pelo alemão Johann Friedrich Herbart (1776/1841) com a pedagogia da

Companhia de Jesus, que se mantinha forte até então, por meio dos princípios do *Ratio Studiorum*.

Em meados da década de 1920, os intelectuais puderam ler, entre outros, o filósofo norte-americano John Dewey (1859/1952). Sua psicologia distinta da tradicional provocou um estancamento na divulgação da pedagogia herbartiana, e o Movimento da Escola Nova deu importância ao interesse do educando, adotando métodos de trabalho em grupo, entre outros fatores, e procurando pôr a criança (não mais o professor) no centro do processo educacional.

Acompanhando a modernização, a urbanização e a industrialização do país na citada década, vários estados brasileiros, por meio de jovens intelectuais como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Francisco Campos e outros, passaram a promover reformas educacionais inspiradas nos princípios da Pedagogia Nova.

Leme (*apud* Ghiraldelli Jr., 1990, p. 26) faz uma descrição sintética e crítica do quadro escolar da época:

As poucas escolas públicas existentes nas cidades eram freqüentadas pelos filhos das famílias de classe média. Os ricos contratavam preceptores, geralmente estrangeiros, que ministravam aos filhos o ensino em casa, ou os mandavam a alguns poucos colégios particulares, leigos ou religiosos, funcionando nas principais capitais, em regime de internato ou semi-internato. Muitos desses colégios adquiriram grande notoriedade.

Em todo o vasto interior do país havia algumas precárias escolinhas rurais, em cuja maioria trabalhavam professores sem qualquer formação profissional, que atendiam as populações dispersas em imensas áreas: eram as substitutas das antigas aulas régias, instituídas pelas reformas pombalinas, após a expulsão dos jesuítas, em 1763.

Desse modo, constatamos que não havia uma rede respeitável de escolas públicas, e a que existia privilegiava as classes mais favorecidas economicamente. As elites mandavam seus filhos para os colégios particulares, mas exigiam do Estado melhorias no ensino secundário e superior. Assim, todas as reformas do ensino do Governo Federal priorizavam tais níveis de ensino. Veremos agora a situação do ensino primário, secundário e superior do país, no referido período.

No tocante ao *ensino primário*, deve-se destacar o propósito de extinção do analfabetismo. A União fora pressionada a participar da campanha, o que fez que ressurgisse a questão referente à intervenção federal nos estados. Havia, também, à época, uma grande preocupação com a nacionalização do ensino.

Até 1920, o ensino primário compreendia o ensino de “primeiras letras” (ainda conforme o Decreto Imperial de 1827), isto é, o aluno aprendia a ler, a escrever e a calcular.

Em 1921, no Rio de Janeiro, houve a Conferência Estadual de Ensino Primário, a qual não rendeu os frutos desejados, contudo os pontos principais de seu programa foram posteriormente incorporados ao Decreto 16.782-A (Reforma João Luís Alves).

No ano seguinte, criou-se no Ginásio Nacional (nova denominação do antigo Colégio Pedro II a partir da proclamação da República) uma Escola Normal Superior para a formação de professores secundários.

A citada reforma, realizada pelo então ministro da Justiça e Negócios Interiores João Luís Alves, data de 13 de janeiro de 1925 e foi a medida mais ampla da União, visto que reorganizou diversos aspectos do sistema escolar brasileiro, isto é, além do ensino primário, envolveu igualmente os graus secundário e superior. Foi a última e mais conservadora da Primeira República, tendo, em virtude da turbulência que se iniciava (crise política que desembocaria na Revolução de 1930), estabelecido o controle ideológico do Estado sobre o ensino.

Em relação ao *ensino secundário*, encontram-se, a partir de 1920, vozes favoráveis a uma nova reforma, que não só o aperfeiçoasse, mas também o difundisse no país. Dado o reduzido número de escolas secundárias, seu caráter era seletivo. O ensino secundário sobretudo preparava os alunos para os cursos superiores, tendo em vista carreiras e profissões de prestígio. Em suma: sua função era selecionar e preparar a elite nacional.

Nesse contexto, noventa por cento dos adolescentes permaneciam à margem do ensino secundário.

É também curioso observar que, entre 1890 e 1920, os planos de ensino prestigiavam as disciplinas tradicionais (línguas, Matemática, Ciências, conhecimentos de Geografia e História), com predomínio dos estudos literários sobre os científicos. A cultura era intelectualista e enciclopédica.

Com exceção da Reforma Rivadávia Correa (1911), que visava a uma cultura geral de caráter prático e à difusão do ensino das ciências e das letras, as demais (Benjamin Constant, 1891; Epitácio Pessoa, 1901; Carlos Maximiliano, 1915) conferiam ao ensino secundário o privilégio de ser a única passagem para o superior.

Também a Reforma João Luís Alves (1925) tinha por objetivos: “Base indispensável para a matrícula nos cursos superiores”; “preparo fundamental e geral para a vida” (Exposição de motivos), “fornecer a cultura média geral do país” (Art. 47).

Segundo a mesma reforma, o curso, com duração de cinco anos, proporcionava ao aluno o certificado de aprovação, ao passo que o (curso) de seis anos conferia-lhe o bacharelado em Ciências e Letras.

Comparando-se as reformas de 1915 e 1925, observa-se que, conforme a segunda, o ensino de Português foi ampliado em dois anos, o de Física e Química ganhou mais seis horas, e Geometria no espaço e Trigonometria foram englobadas como Geometria e Trigonometria, sendo a disciplina cursada em um ano, com três horas semanais de aula.

A reforma de 1925 preparou a definitiva implantação do ensino secundário como curso regular, com funções além da preparação para os cursos superiores, o que só se efetivaria com as reformas posteriores a 1930 (Francisco Campos e Gustavo Capanema). A Reforma João Luís Alves foi combatida por aqueles que desejavam o retorno ao antigo regime, julgando seus interesses contrariados.

A seriação, que permitiu que o padrão de formação se cristalizasse, foi a medida mais elogiada da reforma em pauta. De resto, as características da escola secundária permaneceram inalteradas, sendo que, apenas no final da década, passou-se a discutir a transformação do ensino secundário num curso de natureza técnica.

É conveniente ressaltar que, entre 1889 e 1929, a União procurou conservar sua função normativa e fiscalizadora, fazendo das escolas federais o padrão para as estaduais e particulares de todo o país. E, segundo Nagle (1974, p. 126),

... não se pode esquecer que, no caso da escola secundária e superior, as administrações estaduais deviam atender ao padrão federal, o que limitava bastante as possibilidades de movimentos reformistas e remodeladores nesses graus escolares.

Como, desde o fim do Império, surgira a preocupação referente à construção de universidades, de acordo com o Decreto 14.343, criou-se a Universidade do Rio de Janeiro, pela fusão da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

Posteriormente, por meio do Decreto 16.782-A (a citada Reforma João Luís Alves), criaram-se os cursos de Farmácia (duração: quatro anos) e Odontologia (duração: três anos), que foram incorporados à citada universidade. Também os cursos de Direito, Medicina e Engenharia foram reorganizados. Ainda segundo o mesmo decreto, as normas dos concursos para catedráticos tornaram-se mais rigorosas.

No que respeita à administração escolar, entre 1911 e 1925, havia apenas um órgão para tratar da administração escolar: o Conselho Superior do Ensino, ligado ao Ministério da Justiça, tendo a Reforma João Luís Alves estabelecido condições para a criação de um Ministério da Educação, muito reclamado durante a Primeira República.

Nos estados, a instrução pública era dirigida por uma seção, freqüentemente denominada Inspetoria Geral de Instrução Pública (da Secretaria do Interior ou da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio).

Nos anos de 1920, as Inspetorias tornaram-se Diretorias Gerais. Posteriormente, instalaram-se as Secretarias da Educação. As secretarias eram divididas em delegacias de ensino ou em entrâncias, para maior eficiência do funcionamento dos sistemas escolares.

Como, na Primeira República, foi grande o número de reformas educacionais, julgamos pertinente reservar-lhes um subitem, o qual apresentamos a seguir, em ordem cronológica.

2.2.1 – *As reformas educacionais*

No nível legislativo, o governo republicano iniciara seus dias com a Reforma Benjamin Constant (1890/1), a respeito da qual Azevedo (*op. cit.*, p. 615) observa:

As reformas abrangeram toda a instrução pública, desde a primária e secundária do Distrito Federal, até o ensino superior, artístico e técnico, em todo o território do país. Reformou as Faculdades de Direito e de Medicina, a Escola Politécnica, do Rio de Janeiro, a Escola de Minas, de Ouro Preto, e a Escola Militar; a Academia de Belas-Artes, que tomou o nome de Escola Nacional de Belas-Artes, o Conservatório de Música, que passou a chamar-se Instituto Nacional de Música, o Imperial Instituto de Meninos Cegos, denominado então Benjamin Constant, e o Instituto de Surdos-Mudos. Não houve, como se vê, uma instituição que não tivesse sido colhida pelas reformas do 1º. Ministro da Instrução da República; e, se quase todas elas acusam em maior ou menor grau a influência das idéias positivistas, foi na reorganização do Colégio Pedro II, ou Ginásio Nacional, segundo a denominação com que o batizou o novo regime, e da Escola Normal do Distrito Federal, em que deixaram vinco mais profundo algumas idéias do filósofo francês.

A reforma de Benjamin Constant criou ainda o Ministério da Instrução, Correios e Telégrafos, declarou o ensino “livre, leigo e gratuito”, dividiu as escolas primárias em dois graus: o primeiro (para alunos) dos sete aos treze anos e o segundo (para alunos) dos treze aos quinze anos, e passou a exigir o diploma da Escola Normal para o exercício do magistério em escolas públicas.

A Reforma Epiácio Pessoa (1901), por sua vez, pretendia reinstaurar o exame de madureza como comprovação dos estudos secundários, equiparar as instituições de ensino ao Ginásio Nacional, regulamentar o ensino secundário em âmbito nacional, fiscalizar por meio do

Governo Federal os estabelecimentos de ensino particular e estadual, entre outros. No entanto, essa reforma nunca saiu do papel, isto é, não chegou a vigorar.

A Reforma Rivadávia Correa (1911) teve como ponto mais importante a instituição do vestibular. O ensino secundário era visto como formador do cidadão e não como trampolim para o nível superior. Sua implantação foi imediata.

A quarta reforma republicana, realizada por Carlos Maximiliano, em 1915, reintegrou ao Ginásio Nacional sua função de estabelecimento-modelo; das tradições do Império, restaurou os exames preparatórios, pelos quais os estudantes não matriculados em escola oficial podiam obter certificados de estudos secundários reconhecidos pela União (Art. 84, parágrafo 10) e da Lei Rivadávia manteve o exame vestibular (Art.78).

Nos anos de 1920, como já exposto, influenciados pelo entusiasmo educacional e pelo otimismo pedagógico, os estados e o Distrito Federal demonstraram uma posição “progressista” por meio da reforma de seus sistemas escolares, sem forçar o governo federal a alterar os padrões de ensino e cultura da escola secundária e superior.

De 1920 a 1929, houve alterações na instrução pública, nos estados e no Distrito Federal relativamente à ampliação da rede escolar, melhoramento das condições de funcionamento das instituições escolares existentes e criação de novas unidades. Substituiu-se o ideário educacional até então vigente pelos princípios do escolanovismo.

A seguir, apresentamos, dois quadros propostos por Faccina (2002, p. 99-100), que mostram as mencionadas reformas, seus objetivos e a duração do curso secundário.

1. Benjamin Constant (1890)	"Proporcionar à mocidade brasileira instrução secundária necessária, assim para a matrícula nos cursos superiores da República, como em geral para o bom desempenho dos deveres do cidadão na vida social." (Art. 1º do Decreto nº 1.075, de 22/11/1890.)
-----------------------------	---

2. Eptácio Pessoa (1901)	"Proporcionar a cultura intelectual necessária para a matrícula nos cursos de ensino superior e para a obtenção do grau de bacharel em ciências e letras." (Decreto nº 3.914, de 26/1/1901.)
3. Rivadávia Correa (1911)	"Proporcionar uma cultura geral de caráter prático, aplicável a todas as exigências da vida, e difundir o ensino das ciências e das letras, libertando-o da preocupação subalterna de curso preparatório." (Art. 1º, do Decreto nº 8.660, de 5/4/1911.)
4. Carlos Maximiliano (1915)	"Ministrar aos estudantes sólida instrução fundamental, habilitando-os a prestar, em qualquer academia, rigoroso exame vestibular." (Art. 158, do Decreto nº 11.530, de 18/3/1915.)
5. João Luís Alves (1925)	"Base indispensável para a matrícula nos cursos superiores"; "Preparo fundamental e geral para a vida." Exposição de motivos. "Fornecer a cultura média geral do país." (Art. nº 47, do Decreto nº 16.782, de 13/1/1925.)

Reformas	Duração do curso secundário
Benjamin Constant (1890)	Sete anos
Eptácio Pessoa (1901)	Seis anos
Rivadavia Correa (1911)	Externato - seis anos Internato - quatro anos
Carlos Maximiliano (1915)	Cinco anos
João Luís Alves (1925)	Cinco anos - certificado de aprovação Seis anos - bacharelado em Ciências e Letras

Concluimos, enfim, que o papel do Estado em matéria educacional, no período da Primeira República, não foi muito diferente daquele que vigorou no Império. Continuaram as mesmas disparidades sociais, sendo a escola para poucos. As numerosas reformas realizadas nesse período não conseguiram modificar os padrões tradicionais.

No entanto, das transformações sociais dos anos de 1920 resultou o fenômeno do entusiasmo pela educação e do otimismo pedagógico. Nesse período, as questões do ensino secundário e superior começaram a ser discutidas, em especial, pelas numerosas

conferências então realizadas. Assistimos a um novo processo de relacionamento entre o Estado e a Nação.

Em suma, se a República, que tomou o lugar do Império, em geral não trouxe grandes mudanças, em contrapartida, proporcionou, entre outros, o crescimento da indústria no país. E, no campo educacional, ao menos abriu-se o debate em torno do assunto. Examinemos, em seguida, a questão das concepções lingüísticas que caracterizaram a segunda metade do século XIX.

2.3 - As concepções lingüísticas na segunda metade do século XIX

Dado o desgaste dos valores consagrados na primeira metade do século XIX, com destaque para o subjetivismo ora exacerbado, e em razão do cientificismo proporcionado pelas reflexões filosóficas e estudos do sociólogo Comte, do naturalista Darwin, do filósofo, crítico e historiador Taine, do fisiólogo Bernard, do geólogo e biólogo Spencer, entre outros, a segunda metade da mencionada centúria envolveu uma concepção materialista, antiespiritualista da realidade em oposição ao espírito romântico, excessivamente subjetivo, que a antecedeu. Nas palavras de Ricciardi (*op. cit.*, p. 118):

... a negação de Deus e da alma e a consideração da matéria, incriada e eterna, como fundamento do mundo, excluíram os estudos metafísicos, de sorte que o homem, sem o toque transcendental tão enaltecido pelos românticos, passou simplesmente a integrar o Cosmo, intimamente a ele associado como um todo, sujeitando-se em igualdade de condições aos mesmos princípios e às mesmas leis do Universo.

No plano lingüístico, os estudos também foram afetados pela História, em virtude de sua condição de recuperadora da ancestralidade e da hereditariedade, dando origem ao comparativismo.

A Lingüística adquiriu o *status* de ciência, graças aos estudos realizados pelo método histórico-comparativo, remontando a origem da lingüística histórico-comparativa ao conhecimento do sânscrito e à introdução da filosofia sânscrita na Europa.

Foi Schlegel que, em 1808, ao publicar *Über die Sprache und Weisheit der Inder*, apresentou pela primeira vez a teoria de classificação morfológica das línguas e do parentesco do sânscrito com as línguas clássicas.

Outro alemão, Franz Bopp, publicou, entre 1833 e 1857, uma gramática das línguas indo-européias, sendo, por isso, considerado o pai da gramática comparativa (ou lingüística comparada).

Paralelamente à gramática comparativa, nasceu a gramática histórica, de que *Deutsche Grammatik*, de Jakob Grimm é exemplo. A gramática histórica, por sua vez, compreende o estudo cronológico de uma só língua.

Entre 1836 e 1844, Friedrich Diez publicou, em três volumes, sua *Grammatik der romanischen Sprachen*, considerada a base da Filologia Românica.

Alguns anos depois, em 1861, também na Alemanha, o lingüista August Schleicher escreveu uma gramática comparada das línguas européias, considerando, com base em Darwin, a língua como ser vivo, ou seja, um organismo mutável que nasce, cresce, desenvolve-se e morre. Schleicher (*apud Casimiro, op. cit.*, p. 32) argumenta:

As línguas são organismos da natureza; nunca foram dirigidas pela vontade do homem; elas surgiram e se desenvolveram de acordo com leis explícitas; envelheceram e morreram. Elas também estão sujeitas a fenômenos que encerramos sob o nome de “vida”. A ciência da linguagem é conseqüentemente uma ciência natural; seu método é exatamente o mesmo de qualquer outra ciência natural.

Na visão desse teórico, as regras defendidas por Darwin em relação às espécies de animais e plantas são (ou devem ser) as mesmas para os “organismos” das linguagens em suas principais características.

Logo, para Schleicher, a lingüística era uma ciência natural (e não histórica), questão que permaneceria na pauta dos debates até o início do século seguinte. Para o propósito deste

trabalho, interessa-nos a lingüística como ciência natural, dada a afirmação de Ernesto Carneiro Ribeiro (doravante ECR) quanto a haver se baseado nos princípios do comparativismo para compor sua obra *Serões gramaticais*.

Para os lingüistas seguidores de tal corrente, os fatos da língua constituíam um conjunto de fenômenos a serem descritos e tomados independentemente dos falantes, tendência que, no século XX, seria revista por Saussure, o qual passaria a ver a língua antes como fenômeno social do que como fenômeno biológico.

Assim, a gramática comparada ou gramática histórico-comparativa tornou-se a vertente dos estudos lingüísticos surgida no século XIX, tendo ficado conhecida como gramática “científica”. Ela substituiu as obras gramaticais de caráter filosófico produzidas, em geral, até meados do século XIX.

A seguinte citação de Maximino Maciel (1916, p. 441-442) deixa clara a assimilação dos paradigmas da lingüística histórico-comparativa por parte dos gramáticos brasileiros:

... Entretanto, aqui na Capital, já começavam a esplender as primeiras manifestações do critério philológico, o methodo histórico comparativo, applicado á aprendizagem das línguas, com especialidade ao da vernácula. Tornara-se o Collegio de Pedro II o centro em que se ia irradiando a nova orientação cujos albores se vislumbravam nos concursos de línguas a que affluíam candidatos a quem eram familiares as doutrinas de Max Muller, Miguel Breal, Gaston Paris, Whitney, Littré, Darmesteter, Ayer, Brunot, Brachet, Frederich Diez, Bopp, Adolpho Coelho e outros, principalmente os autores allemães em que se estavam haurindo os elementos primordiaes para esta verdadeira Renascença dos estudos philológicos no Brasil.

E Cavaliere (*op. cit.*, p. 42) observa:

A necessidade de que novos rumos se buscassem na descrição da língua vernácula manifestava-se com maior ênfase a partir do penúltimo decênio do século passado, tanto nas primeiras publicações inspiradas na escola comparativista européia, quanto na crítica especializada, ansiosa por ver a pesquisa filológica brasileira definitivamente inscrita na contemporaneidade dos estudos internacionais.

Ressaltamos que a denominação gramática “científica” também está ligada ao *período científico*, proposto por Sílvio Elia (1975) em relação à periodização do movimento da gramatização brasileira.

O experimentalismo científico igualmente conferiu aos estudos gramaticais uma dupla feição: ciência e arte, tendo Darmesteter contraposto o viés científico dos estudos comparativistas e o papel balizador da gramática como registro de uma tradição. Ernesto Carneiro Ribeiro, Eduardo Carlos Pereira, Maximino Maciel, Alfredo Gomes e outros o citaram.

Conforme Fávero (2001), até o Romantismo, a gramática era vista como arte, com base na conceituação oriunda do modelo greco-latino, tendo passado a ser considerada ciência só a partir do surgimento da gramática “científica”, ao passo que para os enciclopedistas, estudiosos do século XVII, a gramática dividia-se em geral e particular, sendo a primeira *ciência* gramatical por ser anterior a todas as línguas e a segunda, *arte* gramatical por ser posterior a elas.

Reportando-nos outra vez ao fim do século XIX: o conceito de gramática foi então ampliado. Novamente em Cavaliere (*op. cit.*, p. 43), encontramos a informação de que o próprio Darmesteter, na introdução de sua *Grammaire historique de la langue française*, assevera que a gramática é uma ciência nova, correspondente à “determinação das leis naturais que regem a língua em sua evolução histórica”, ao passo que, como arte, deve ser considerada como a entendiam os gregos e os latinos, ou seja, como registro de uma tradição lingüística, que devia ser preservada contra qualquer alteração, sentido que lhe também emprestam os doutrinadores que se incompatibilizaram com a escola histórico-comparativa. Cavaliere (*op. cit.*) vê nessa conjunção de descrição e norma o fundamento de um novo pensamento gramatical que compreenderia duas funções: investigar e ensinar.

Tendo-se em vista o fato de que este trabalho trata de uma obra gramatical, a qual constitui, sempre, um produto das concepções lingüísticas de sua época, julgamos imperativo expor o

conceito de gramática por parte dos principais gramáticos contemporâneos de Carneiro Ribeiro. É o que faremos a seguir.

2.4 – O conceito de gramática de contemporâneos de Carneiro Ribeiro

2.4.1 – *Júlio Ribeiro*

Estudioso sintonizado com seu tempo, o autor introduziu no país o método histórico-comparativo apoiado em teóricos alemães, ingleses e franceses, como Becker, Bain, Mason, Whitney, Holmes, entre outros.

Como já afirmamos, Júlio Ribeiro, professor no Colégio “Culto à Ciência”, em Campinas (SP), é considerado o precursor da gramática “científica” no Brasil, tendo sua obra marcado o rompimento com as gramáticas antigas.

Dessa forma, fazendo uma tradução literal de Whitney, Ribeiro define gramática como “a exposição metódica dos fatos da linguagem” (1913, p. 1). Em seguida, defende que:

A grammatica não faz leis e regras para a linguagem: expõe os factos della, ordenados de modo que possam ser aprendidos com facilidade. O estudo da grammatica não tem por principal objecto a correção da linguagem. Ouvindo bons oradores, conversando com pessoas instruídas, lendo artigos e livros bem escriptos, muita gente consegue fallar e escrever correctamente sem ter feito estudo especial de um curso de grammatica. Não se pode negar, todavia, que as regras do bom uso da linguagem, expostas como ellas o são nos compendios, facilitam muito tal aprendizagem: até mesmo o estudo dessas regras é o único meio que têm de corrigir-se os que na puerícia aprenderam mal a sua língua.

Como podemos perceber, essa citação mostra a tentativa do autor de conciliar as novas propostas com as tradicionais: uma vez que o evolucionismo não valoriza a norma-padrão, dado seu propósito de *explicar* os fatos e não fazer leis ou propor regras, as teorias antigas não podem ser negadas (observamos nisso, portanto, os papéis descritivo e prescritivo da gramática).

Para Fávero e Molina (*op. cit.*, p. 129), tal tentativa deixa clara a influência da Gramática Geral, que o leva a dividir a gramática em geral (“exposição metódica dos fatos da linguagem em geral”) e particular (“exposição metódica dos fatos de uma língua determinada”).

2.4.2 – Alfredo Gomes

Professor do Colégio Pedro II, publicou sua *Grammatica portugueza* em 1887, obra que foi uma das mais utilizadas entre o final do século XIX e o início do século XX.

Seu conceito de gramática como “a ciência dos fatos da linguagem, verificados em qualquer língua” (1918, p. 6) revela a concepção naturalista de ciência, a qual não só coleciona e dispõe os fatos, mas também afirma as leis que a regem, indicando a relação existente entre eles.

Influenciado pela escola naturalista de Schleicher e pelo histórico-comparativismo, o autor ampliou a divisão da gramática ao afirmar (*op. cit.*, p. 8):

A grammatica particular pode ser histórica e bem assim comparada. Grammatica histórica - é o estudo dos factos de uma língua desde a sua origem até os nossos dias. Grammatica comparada - é o estudo dos factos de uma lingua, feito em comparação com os de outras línguas. A verdadeira grammatica deve ser ao mesmo tempo histórica e comparada. Chama-se ainda grammatica descriptiva ou expositiva a que ensina as leis para bem falar e bem escrever.

Sendo sua gramática dividida em morfologia e sintaxe, novamente Fávero e Molina (*op. cit.*, p. 161) observam que, se, na parte da etimologia (uma das divisões da morfologia), a influência comparativista é intensa, na sintaxe, o autor demonstra nítido apego à tradição latina, em razão do destaque dado ao elemento lógico.

Tendo sido elaborada após o Programa de Exames de Fausto Barreto, a obra foi muito criticada por aqueles que se mostravam avessos a inovações.

2.4.3 – João Ribeiro

A *Grammatica portugueza* do autor sergipano também foi lançada em 1887, de acordo com o Programa de Fausto Barreto.

Nela, encontramos a seguinte definição de gramática: “Grammatica é a coordenação das fórmulas, leis ou regras da linguagem literária ou polida” (1904, p. 3), em que *leis ou regras*, cremos, aponta para o caráter normativo da obra.

Como seus contemporâneos, o autor divide a gramática em geral e particular, aduzindo que (*op. cit.*, p. 3):

A Grammatica divide-se em geral e particular. Grammatica geral é a que expõe os princípios lógicos da linguagem. Pode ser commum a muitas ou todas as línguas. Grammatica particular é a que expõe os princípios e as particularidades especiais de cada idioma.

2.4.4 – Maximino Maciel

O mestre sergipano, radicado no Rio de Janeiro, publicou sua *Grammatica analytica* em 1887, a qual foi reeditada e lançada em 1894 como *Grammatica descriptiva*. É, portanto, uma obra posterior ao Programa de Fausto Barreto e também filiada à corrente naturalista e comparativa.

Vejamos suas concepções referentes à gramática (*op. cit.*, p. 1):

Grammatica é a systematização lógica dos factos e normas de uma língua qualquer. A grammatica pode ser descriptiva, histórica e comparativa. Grammatica descriptiva, que também se diz expositiva, é a systematização organica dos factos e normas propios de uma língua, isoladamente considerada. Grammatica portugueza é a systematização organica das normas e factos da língua portugueza, isoladamente considerada. Grammatica histórica é a systematização das normas e factos da língua desde a sua origem até nossos dias, isto é, aquella que trata da evolução da língua nos seus diversos periodos de formação. Grammatica comparativa é a systematização das normas e factos de

duas ou mais línguas comparadas entre si, isto é, nas suas diversas relações e divergências.

A expressão “sistematização orgânica” parece-nos reforçar o conceito evolucionista das línguas como organismos da natureza, revelando, desse modo, uma concepção da (ciência da) linguagem como ciência natural.

2.4.5 – Pacheco da Silva e Lameira de Andrade

Os dois professores tiveram a segunda edição de sua *Grammatica da língua portugueza* publicada em 1887. Trata-se de outra obra ligada ao método histórico-comparativo.

No entanto, Fávero e Molina (*op. cit.*, p. 139) chamam a atenção para a posição paradoxal dos autores, na medida em que, por um lado, defendem a corrente evolucionista e, por outro, demonstram preconceito contra os neologismos, denominando-os “produtos bárbaros”.

No tocante a seus conceitos de gramática temos, segundo as autoras supramencionadas: gramática geral como “a que estuda os fatos da língua desde sua origem” e gramática histórica como a que trata dos fatos e leis “da linguagem escrita e falada em toda a sua extensão” (*op. cit.*, p. 139). A tais definições os autores acrescentam as de gramática comparativa e gramática histórico-comparativa, sendo a primeira “o estudo desses fatos (da língua) em comparação com os de outra ou de outras línguas” e a segunda, aquela que “emprega a história e a comparação como instrumentos verificadores da linguagem”.

Pacheco da Silva e Lameira de Andrade entendem ainda que a gramática portuguesa deve ter por objeto, nas palavras das autoras já referidas, “um estudo geral, descritivo, histórico, comparativo e coordenativo dos fatos e das leis que regem nosso idioma” (*op. cit.*, p. 140). Eles dividem esses estudos em lexicologia - ou lexeologia - (livro I) e sintaxe (livro II). Na avaliação das estudiosas, trata-se de outra obra que mescla os preceitos da gramática de orientação filosófica e o modelo histórico-comparativo.

Dando continuidade a nossa exposição, apresentamos a seguir a biografia de ECR.

Capítulo III

Ernesto Carneiro Ribeiro

3.1 – O autor

Médico, educador, lingüista, professor e filólogo de mérito, Ernesto Carneiro Ribeiro nasceu em 12 de setembro de 1839, na Ilha de Itaparica (BA), filho de José Carneiro Ribeiro e Claudiana Ramos.

Fez os primeiros estudos em sua cidade natal. Depois, mudou-se para a capital baiana, onde frequentou o Liceu Provincial de Salvador, realizando cursos preparatórios para a Faculdade de Medicina da Bahia. Nesta, diplomou-se em 1864.

Embora as ciências médicas não lhe fossem indiferentes, sua vocação de educador lhe falou mais alto: já como estudante, dedicou-se ao magistério, principalmente no Ginásio Baiano, dirigido pelo dr. Abílio César Borges, consagrado educador.

Era casado com dona Maria Francisca Ribeiro, com quem teve vários filhos, alguns dos quais também seguiram a carreira do magistério, destacando-se o quarto deles, Helvécio Carneiro Ribeiro.

Em 1871, depois de ter feito, alguns anos antes, concurso para professor de língua francesa, no Liceu Provincial, candidatou-se a lente de gramática filosófica, concorrendo com dois outros candidatos. Vencedor, foi nomeado pelo governador da província.

Três anos mais tarde, fundou o Colégio da Bahia, que oferecia os cursos primário e secundário e durou até 1883.

No ano seguinte, fundou o Ginásio “Carneiro Ribeiro”, o qual dirigiu ao longo de trinta e seis anos.

Participou, quando recém-proclamada a República, de uma comissão formada pelo governador Manuel Vitorino, destinada a elaborar um plano de ação educacional.

Em 1902, o dr. J. J. Seabra confiou-lhe a revisão dos oito volumes do projeto do Código Civil brasileiro, do jurista e magistrado Clóvis Bevilacqua (1859/1944), publicado pela Imprensa Nacional. Consta que, por razões políticas, Rui Barbosa, de quem Seabra era antigo desafeto e adversário político, engendrou uma grande polêmica, que serviu para revelar o vasto conhecimento filológico de Carneiro Ribeiro.

Envolvido a contragosto na apreciação do projeto, o gramático refutou as críticas de seu ex-aluno, expondo e defendendo a normatização de peculiaridades do português falado no Brasil, o que fez de Carneiro Ribeiro, nesse particular, um pioneiro no país.

A respeito da polêmica, publicou *A redação do projeto do Código Civil e a réplica do Dr. Rui Barbosa pelo Dr. Ernesto Carneiro Ribeiro – lente jubilado do Ginásio da Bahia* (1905, 899 páginas).

Além de *Serões gramaticais* (1890), sua principal obra, ECR escreveu, entre outras, *Meus serões*, *Elementos de gramática portuguesa*, *O padre Antônio Vieira*, *Ligeiras observações (polêmica com Rui Barbosa acerca do Código Civil)*, *Da educação*, *Saudação – relações de medicina com as ciências filosóficas*, *Perturbações psíquicas*.

Rui Barbosa (já mencionado), Euclides da Cunha e Rodrigues Lima figuram entre seus muitos ex-alunos que ocuparam posições de destaque na vida política e intelectual no período compreendido entre o fim do Império e o início da República.

ECR faleceu em Salvador, aos 13 de novembro de 1920, com oitenta e um anos, “legando à Bahia e ao Brasil um nome que é um padrão de cultura, de trabalho, de dignidade e de amor ao magistério”, nos dizeres de Souza (1949, p. 129).

Como já afirmamos na introdução, nosso gramático ficou, em geral, mais famoso pelo envolvimento na citada polêmica em torno da redação do Código Civil do que por sua obra gramatical.

3.2 - A obra *Serões gramaticais* ou *Nova gramática portuguesa*

3.2.1 - Notas preliminares

ECR publicou *Serões gramaticais* (ou *Nova gramática portuguesa*) em 1890, em pleno fim do século XIX, período, como já exposto, marcado por muitas insatisfações e inovações científicas. A obra teria, até 1950, cinco edições.

Antes dessa gramática, trazida a lume já numa fase adiantada de sua carreira, o autor publicara, em 1881, sua *Gramática filosófica*, a qual, como indica o título, filia-se à tradição das gramáticas filosóficas, linha posteriormente abandonada pelo gramático, que, no prólogo de *Serões gramaticais*, afirma ser a gramática filosófica “sem utilidade prática real, cheia de abstrações vagas e ociosas”.

O mestre baiano também escreveu *Origem e filiação da língua portuguesa*, publicada em 1871, cujo enfoque histórico-comparativo, de acordo com Cavaliere (*op. cit.*), mostra um autor flutuante entre os fundamentos da gramática metafísica e as tendências que então se anunciavam.

Serões gramaticais, objeto de estudo de nosso trabalho, foi largamente adotada em Escolas Normais, de norte a sul do país, sendo que, em São Paulo, instituições renomadas como a Escola Normal do Brás (atual “Padre Anchieta”) e a Escola Normal da Praça (atual “Caetano de Campos”) dela fizeram uso.

Verifiquemos em seguida o prólogo de cada edição da obra em pauta.

3.2.2 – *Prólogo da primeira edição (1890)*

Esta edição é apresentada em 369 páginas e foi editada pela Bahia Imprensa Popular.

No prólogo, o autor destaca a produção da gramática em consonância com a gramática comparada, de acordo com os estudos gramaticais (então) mais recentes. Ressalta também o fato de o estudo da língua ter de abordar a língua em sua evolução histórica (visão cientificista), rejeitando os estudos abstratos e metafísicos (visão tradicional).

Essa posição coaduna-se com a seguinte declaração de Júlio Ribeiro, no prólogo de sua *Grammatica portugueza (op. cit., p. 1)*:

As antigas gramáticas portuguesas eram mais dissertações de metafísica do que exposições do uso da língua.

ECR comenta a eleição dos estudos positivistas, afirmando que a observação é o ponto de partida, a base e o *substratum* da e para a ciência. Tal é a nova tendência de todos os trabalhos gramaticais.

Acrescenta que a gramática de Frederico Diez foi o ponto de partida para o estudo do português e demais línguas românicas ao lado da gramática de Brachet (França), dos estudos de Adolfo Coelho (Portugal), dos de Pacheco Júnior (Brasil) e da nova gramática de João Ribeiro. Para ECR, tais são exemplos de seguimento da nova tendência no campo do “estudo da gramática, assentando-a não no domínio exclusivo do abstrato, senão no concreto e real, que lhe oferecem base ampla e segura”.

Mencionando as diferentes formas de funcionamento da gramática tradicional (filosófica) e da gramática dita científica, o autor afirma que “O gramático não é já um lógico, senão um naturalista”.

ECR observa também que a humanidade, ante duas orientações, tende para uma com exagero e no contexto gramatical, por exemplo, das “palavras, tem-se menosprezado o seu lado lógico, o seu sentido e a sua função”.

Finalmente, defende que, na gramática histórica ou em outro tipo de gramática, as duas orientações devam se complementar.

Justifica ainda o título da obra, explicando ser ela fruto de muito trabalho realizado “em horas difícil e penosamente subtraídas ao repouso”. Por isso, o termo “serões”.

Desejando que seu trabalho contribua para a educação da juventude, o gramático espera que os entendidos lhe façam as devidas críticas. Convém lembrar aqui que os autores da época julgavam a crítica a seus trabalhos elemento refinador da inteligência.

3.2.3 - *Prólogo da segunda e terceira edições (1915 e 1919)*

Cabe-nos primeiramente observar que ambas as edições apresentam o mesmo prólogo, tendo sido editadas pela Livraria Catilina, em Salvador (BA). A segunda possui 865 páginas e a terceira, 791 páginas. A diferença do número de páginas se explica pelo menor espaçamento entre as linhas da última.

O autor apresenta a *segunda* (e a *terceira*) edição(ões) como revisão, aumento e refusão da(s) anterior(es), de tal forma que as partes desta “constituem antes uma obra nova do que uma nova edição propriamente dita”.

Acrescenta que a nova edição lhe custou muito esforço, sobretudo por o autor já estar avançado em anos. Informa ainda que se manteve a distribuição dos capítulos da antiga edição, capítulos esses, todavia, completamente novos ou corrigidos ou ampliados ou de todo remodelados.

Em relação à ortografia, o gramático afirma não ter seguido, nesse momento, a reforma radical proposta pela Academia Brasileira de Letras (de 25 de abril de 1907), pelo fato de tais reformas não trazerem as vantagens almejadas por seus autores. O autor diz contar com a sanção do uso, que, a seu ver, no campo da linguagem, sobrepõe-se às sugestões oriundas da razão.

No que respeita ao estudo da lexicologia, o filólogo destaca o maior desenvolvimento da morfologia com aprofundamento no conhecimento dos prefixos e sufixos, dada a importância deles quanto às modificações radicais e temáticas e às modalidades do sentido das palavras. Em seus dizeres:

..., segundo já o afirmamos algures, esses elementos formativos semelham, no organismo das línguas, os órgãos nos seres vivos, com seus tecidos e elementos anatómicos, que constituem a trama, a estrutura íntima desses tecidos.

Entre os novos capítulos desta edição, o autor menciona o que trata do esboço histórico-literário da língua portuguesa, desde sua elaboração até o presente (data da publicação), constituindo esse esboço, na verdade, uma história cultural luso-brasileira, em virtude da inclusão de gramáticos, historiadores e sociólogos.

ECR lembra que, no capítulo que trata das variações de sentido das palavras, é dado destaque à semântica, valorizada pelos glotólogos e gramáticos, os quais abordam o assunto de maneira distinta em comparação com a gramática expositiva.

Na parte da sintaxe, é reservado um capítulo à análise lógica, em consonância com a terminologia dos gramáticos ingleses e franceses. Nosso autor chama a atenção para a questão de os fatos gramaticais serem diversamente interpretados, conforme o sistema de análise que se adote.

No campo dos pronomes, destaca o fenômeno da próclise e da ênclise, afirmando que a pessoalidade e a impessoalidade dos infinitivos foram largamente desenvolvidas.

O ilustre gramático lista os autores consultados: Bopp, Diez, W. Meyer-Lübke, A. Maury, Gaston Paris, S. Reinach, Darmesteter, A. Hovelacque, Max Muller, Michel Bréal, Delon, Brachet, Brunot, Ayer, H. Torres y Gomes, R. de Vasconceloz, Gonçalves Viana, Júlio Moreira, J. Leite de Vasconcellos, C. de Figueiredo, João Ribeiro e Adolfo Coelho. Trata-se, de acordo com Fávero (2003, p. 169-81), dos gramáticos que, no Brasil, inspiraram a introdução do “paradigma histórico-comparativo na análise dos fatos gramaticais”. Como a relação inclui nomes também de pesquisadores ingleses, franceses e alemães, fica claro que, à época, os gramáticos brasileiros deixaram de ser influenciados exclusivamente por autores portugueses.

3.2.4 - *Prólogo da quarta edição (1947)*

Esta é a edição por nós consultada, cujo prólogo assina o filho do ilustre gramático, dr. Ernesto Carneiro Ribeiro Filho. Trata-se, portanto, de uma edição póstuma, editada pela Livraria Progresso Editora, em Salvador. Possui 613 páginas.

Ernesto Carneiro Ribeiro Filho apresenta a quarta edição,

... satisfazendo assim o natural e veemente desejo dos que, ciosos da linguagem correta e de bom cunho, levam gosto em se enfrascar em tudo quanto de belo, loução, airoso e elegante oferece a donosa e opulenta língua portuguesa e se comprazem, jubilosos, em se abeberar fundo e retemperar no límpido, cristalino e copioso manancial, de que vive farta e refarta a literatura clássica.

O autor da gramática é mencionado como “indefesso paladino das boas letras”.

Ernesto Carneiro Ribeiro Filho garante a fidelidade à terceira edição, afirmando não ter sido feita nenhuma alteração, nem mesmo na ortografia etimológica.

3.2.5 – *Prólogo da quinta edição (1950)*

Editada pela mesma Livraria Progresso Editora, esta edição conta 791 páginas, incluindo um índice alfabético ao final.

O prefácio é assinado por Deraldo Ignácio de Sousa, que nos informa ter esta edição sido preparada sob as vistas de Ernesto Carneiro Ribeiro Filho, com apresentação de notas redigidas por este.

Dada a morte repentina do filho do autor, Sousa afirma ser a edição presente igual à terceira, que foi a última revista por ECR. Comenta a correção de erros de imprensa, de acordo com a segunda edição, em suas palavras, a mais bem cuidada das edições anteriores. Por fim, menciona a novidade desta edição: o índice alfabético remissivo.

Capítulo IV

4.1 – *Serões gramaticais*: introdução

ECR define gramática como “a *ciência da linguagem* (grifo do autor): é seu objeto o estudo das leis ou normas segundo as quais se exprime o pensamento pela linguagem, quer escrita, quer falada” (*op. cit.*, p. 1). O autor acrescenta, todavia, que, sob um aspecto mais prático, gramática é “a *arte da linguagem*”.

Linguagem, por sua vez, “é o conjunto de sinais pelos quais o homem manifesta os seus pensamentos”. Ela se restringe à linguagem articulada, oral ou escrita, no plano gramatical. O autor destaca ainda o fato de a linguagem articulada constituir o mais característico atributo da espécie humana.

ECR também distingue três tipos de gramática: a geral, a particular e a comparada ou histórica. De acordo com o ilustre filólogo, a *gramática geral* envolve os princípios universais e invariáveis da linguagem, estudando os fatos e as leis reguladoras da linguagem em sua maior amplitude. É única, ao passo que a *gramática particular* restringe o estudo dos fatos ou leis da linguagem a uma só língua, fazendo aplicação dos princípios, que são o objeto da gramática geral, aos usos, às instituições relativamente arbitrárias da língua, que em especial estudamos. Há tantas gramáticas particulares quantas línguas. Cabe lembrar que essa divisão remonta aos enciclopedistas, ou seja, ECR, bem como outros gramáticos de seu tempo, não conseguiu se desligar por completo da herança logicista. Alfredo Gomes, por exemplo, afirmou (*op. cit.*, p.7):

Gramática geral é o estudo dos preceitos, leis e anomalias da linguagem, comuns aos idiomas de um grupo. Gramática particular é o estudo dos mesmos preceitos, leis e anomalias da linguagem num idioma determinado.

Ao lado das aludidas gramáticas geral e particular, a *gramática comparada ou histórica* consiste no estudo dos idiomas mediante investigação das analogias e semelhanças, transformações, filiação, desenvolvimento e evolução histórica. Como já afirmamos neste

trabalho, essa é a vertente dos estudos lingüísticos surgida no século XIX, também chamada de gramática “científica”.

O autor afirma que gramática histórica também pode ser o estudo (*op. cit.*, p. 3)

dos fatos de uma língua em todas as suas fases e períodos, reservando-se a qualificação de *comparada* ou *comparativa*, quando estuda dois ou mais idiomas, que se filiam no mesmo grupo ou família lingüística, revelando-lhes as semelhanças e diferenças.

A seu ver, porém, as duas modalidades se interpenetram, de modo que se pode considerá-las uma coisa só: a gramática histórico-comparada.

Para ECR, a gramática particular é também elementar ou filosófica, podendo ser igualmente chamada de expositiva, descritiva ou prática. É “a arte de falar e escrever corretamente uma língua” (p. 3).

O autor cita ainda a *gramática portuguesa* como “a disciplina ou arte de ler, falar e escrever corretamente a língua portuguesa. Seu objeto é o estudo metódico dos fatos da linguagem e das leis a que esses fatos obedecem no que respeita à nossa língua” (p. 3).

O mestre baiano menciona igualmente o fato de alguns gramáticos da época (Ferdinand Brunot, por exemplo), dada a tendência ao historicismo, criticarem a definição tradicional de gramática como “a arte de falar e escrever corretamente uma língua” (p. 3), julgando-a inexata e demasiado modesta. ECR defende que nada impede a gramática de, além de ser “a disciplina ou arte de ler, falar e escrever corretamente”, ser também histórica, abordando a língua em seus diferentes estágios. Observamos, portanto, o apego do gramático tanto à tradição quanto à modernidade.

Quanto ao conceito de língua ou idioma, para o autor, trata-se da linguagem articulada de um povo ou uma nação, e a gramática, em virtude de sua constituição, deve ser dividida em quatro partes. São elas:

- (1) *Fonologia ou fonética* - a parte da gramática que estuda os sons da língua, suas modificações e transformações.
- (2) *Ortografia* - tem por objeto a representação dos sons por meio de caracteres gráficos ou letras. É um complemento da fonologia.
- (3) *Lexicologia* - trata das palavras consideradas “em relação ao seu valor, à sua etimologia, à sua classificação, às suas formas ou inflexões gramaticais” (p. 4). ECR acrescenta que “a lexicologia recebe a denominação de morfologia, quando estuda a palavra considerada em suas formas e estrutura” (p. 4).
- (4) *Sintaxe ou fraseologia* – “trata da composição e da frase, das relações que as palavras e as proposições têm entre si, de seu concerto e construção” (p. 4).

Conforme Fávero (2004), a divisão da gramática em quatro partes constitui uma herança da Idade Média, sendo que, a partir da segunda metade do século XIX, as gramáticas passaram a ser divididas em fonologia, morfologia (ou lexicologia) e sintaxe e não mais em prosódia, etimologia, sintaxe e ortografia, como acontecia na primeira metade da centúria. Assim, a sintaxe passou a ocupar até cinquenta por cento das obras publicadas, fato que se justifica pela tomada da palavra como centro da pesquisa, no contexto da gramática de orientação científica. Esta citação de Cavaliere (*op. cit.*, p. 53-54) elucida a questão:

A lexeologia é certamente, no projeto de descrição gramatical proposto por Ribeiro, o núcleo unitário de onde reverberam todos os campos da investigação lingüística. Isso porque é efetivamente a *palavra* que sintetiza o foco das atenções, seja como elemento monolítico isolado, seja enquanto conjunto de segmentos morfológicos, seja como item da organização frasal. A sintaxe, destarte, embora constitua autonomamente a segunda parte da descrição gramatical, na prática não vai além de um grande tentáculo da lexeologia.

A ortografia, que merece uma parte exclusiva, segundo o autor, também se inclui na parte da lexicologia e da sintaxe. ECR cita igualmente a semasiologia ou semântica, a qual “estuda o sentido ou significação das palavras e as variações e transformações de sentido que apresentam ou por que vão passando” (p. 5), como parte integrante da lexicologia. A etimologia, por sua vez, consiste no estudo da origem e das formas primitivas dos vocábulos.

No que concerne à etimologia e à semântica ou semasiologia, o autor julga que elas, rigorosamente, não pertencem à gramática, mas à glotologia ou filologia. A seu ver, a semântica ainda não se encontra sistematicamente organizada.

Ainda em relação à lexicologia, ECR afirma que, para alguns, a classificação das palavras é uma parte desta, sendo denominada taxionomia ou taxinomia, termos oriundos da botânica.

Na segunda parte da “introdução”, ECR menciona a origem dos estudos gramaticais, a qual remonta à Grécia, à necessidade de interpretação dos antigos poetas gregos. Ao comentar a constante valorização da gramática por parte dos romanos, cita Donato, gramático do século IV, e Prisciano, autor de *Institutiones grammaticae*, do século VI, cujas obras representaram o fundamento para os estudos gramaticais na Idade Média.

Ponderando a inexistência de um método verdadeiro no estudo da gramática, ECR declara (p. 5):

... regras de todo o ponto em antagonismo com o bom senso, sutilezas mais ou menos engenhosas, uma metafísica fútil e estéril, uma poliglotia pesada, inconsistente e embaraçosa substituíam os verdadeiros processos no estudo da gramática.

O critério histórico, por sua vez, surgido na primeira metade do século XIX, deve seu nascimento a Calcutá, onde se descobriu o parentesco entre o hindu e as línguas européias, ou seja, a unidade indo-européia.

Exaltando a importância do reflexo da gramática histórica ou comparada no estudo da gramática particular, o autor elenca os estudiosos que contribuíram para as conquistas da ciência gramatical: Schlegel, Bopp, Pott, Jakob Grimm, Maury, Benfey, Burnouf, Diez, Max Muller, Bréal, Litttré, Brachet, Clédat, Brunot, Suchier, Meyer Lübke, Gaston Paris, Paul Regnaud, Darmesteter, Carolina Michaëlis, Adolfo Coelho, Pacheco Jr., Gonçalves Viana, Ribeiro de Vasconcelos, João Ribeiro, entre outros.

Feitas essas considerações, prossigamos às partes da gramática.

4.2 - Partes da gramática

A obra compreende introdução (já exposta) e, conforme explica o autor, quatro partes, sendo elas assim distribuídas: a primeira trata da *fonologia* (sete capítulos); a segunda, da *ortografia* (quatro capítulos); a terceira, da *lexicologia*, que se subdivide em duas seções de onze capítulos cada; a quarta, da *fraseologia* ou *sintaxe* (dezenove capítulos). O índice vem no final.

A respeito dessa quadripartição, como já dissemos, oriunda da Idade Média, encontramos por parte de Fávero e Molina (*op. cit.*, p. 131) a seguinte observação:

A divisão em quatro partes ... vem do período medieval (talvez desde Prisciano, o primeiro a reconhecer a existência de uma sintaxe que é o estudo da “disposição que visa à obtenção da oração bem feita” e é encontrada ainda no final do século XVIII e início do XIX, como em Soares Barbosa).

Neste trabalho, restringir-nos-emos, como já dissemos, à abordagem da morfologia e da sintaxe.

4.2.1 – Morfologia

A princípio, cumpre lembrar a relevância da morfologia nas principais gramáticas ditas científicas, tendo-se em vista a quantidade de páginas a ela reservada. Some-se a isso o fato de que o objeto da morfologia modificou-se ao longo do tempo: sua dimensão à época das gramáticas “científicas” era diferente da dos dias de hoje.

De acordo com Cavaliere (*op. cit.*), não existia então um consenso quanto à abrangência do termo, visto que morfologia designava uma área peculiar da gramática. Enquanto para alguns estudiosos a morfologia compreendia o estudo dos elementos morfológicos dos

vocábulo, para outros, além disso, abrangia o estudo das flexões, classes gramaticais e etimologia.

Tal divergência estava ligada ao fato de “morfologia” ser um termo recente no âmbito gramatical, tomado emprestado da história natural e da biologia. É Laroca (1994, p. 11-12) quem nos ensina que:

Somente no século XIX, por volta de 1860, a palavra morfologia foi utilizada como termo lingüístico, englobando a flexão e a derivação. Surgiu primeiramente como termo biológico, em 1830, criado por Goethe para designar o estudo das formas dos organismos vivos. O seu uso em lingüística se deve à influência do modelo evolucionista de Darwin sobre os estudos da linguagem. Os gramáticos alimentavam o sonho de descobrir a origem da linguagem através do estudo da evolução das palavras em indo-europeu. Houve, então, um interesse crescente pelo estudo sistemático dos processos de formação de palavras, numa perspectiva histórica, pois os gramáticos consideravam as formas mínimas constituintes das palavras como elementos originários.

Para os estudos morfológicos, muito contribuiu também a gramática de Panini (séc. VI a.C. [?]), a qual pôs os filósofos em contato com a tradição gramatical hindu. A descoberta do sânscrito (antiga língua sagrada da Índia), no fim do século XVIII, permitiu aos estudiosos um exame dessa gramática que, ao contrário da greco-romana, reconhecia a estrutura interna das palavras, depreendendo unidades mínimas como raízes e afixos.

Assim, temos, no início da terceira parte, a afirmação de ECR de que a “parte da lexicologia que estuda a palavra em sua forma e estrutura, isto é, como um todo composto de órgãos, chama-se MORFOLOGIA” (p. 65).

A declaração de que “As partes ou membros de cada vocábulo, que têm uma função específica, recebem a denominação de *órgãos* ou *elementos morfológicos*” (*ibidem*) [grifos do autor] evidencia a concepção organicista da língua.

O gramático conceitua raiz, radical (ou tema) e afixos (prefixos e sufixos), que são os órgãos do vocábulo e, ao mencionar a existência de palavras simples e compostas, apresenta os dois possíveis processos pelos quais ocorrem as segundas: justaposição e prefixação.

Sobre o fato de ser comum no português a formação de palavras compostas em que o primeiro elemento é um verbo (*papa-léguas*, por exemplo), considerado por alguns filólogos como no presente do indicativo e por outros, no imperativo, filia-se ECR aos últimos, afirmando (p. 70) que:

Esta segunda opinião, enunciada primeiramente por Diez, é sustentada por C. Ayer, Suchier, Ferdinand Brunot, Meyer-Lübke e principalmente por A. Darmesteter, que a fundamentou em exemplos numerosíssimos, colhidos na gramática comparada das línguas novo-latinas, germânicas e eslavas.

Mais adiante, no quarto capítulo da parte primeira, quando menciona a necessidade de novas palavras que a língua apresenta ante as exigências da realidade, declara: “Em nenhuma parte se nos patenteia tão clara e evidente a evolução e vida mesma da palavra, quanto no estudo dos prefixos e sufixos” (p. 109), ponto em que é reafirmada sua filiação à corrente evolucionista.

Tal caráter faz-se presente em várias outras asserções, como nesta referente ao fato de os vocábulos de origem erudita terem em geral uma forma mais alongada que os de origem popular, pouco se afastando de seu tipo latino e se reduzindo a uma transcrição quase literal do vocábulo latino, ao passo que os de origem popular (p. 110),

pelo contrário, mais breves em sua forma, disfarçados, desfigurados, mutilados por várias influências de lugar, tempo e clima, distanciam-se mais de sua fonte ou de seu tipo latino, sendo esse desvio sujeito a leis quase invariáveis.

No sétimo capítulo, ECR apresenta a classificação das línguas, acrescentando que se trata de uma questão pertinente à glotologia. No oitavo capítulo, o gramático faz um esboço histórico-literário da língua portuguesa, mais precisamente um panorama da história cultural luso-brasileira, dada a inclusão de nomes de gramáticos, filólogos e historiadores. O autor destaca que (p. 135):

A gramática desta língua só era estudada na latina, considerada uma e a mesma. Não foi senão de 1770 que essa disciplina começou a ser estudada em separado.

Cita Jerônimo Soares Barbosa, o que deixa clara a importância desse autor no contexto das gramáticas filosóficas, que em 1822 publicara sua *Gramática filosófica da língua portuguesa* e, mais adiante, (re)afirma as vantagens do método histórico-comparativo (p. 135-136):

O último período da história literária da língua portuguesa é o que pode chamar-se período *histórico*. O estudo da língua, abandonando as velhas usanças da gramática tradicional, impulsionado pela nova orientação que a essa província dos conhecimentos humanos deram os escritores alemães, entra numa trilha até então desconhecida, tomando as investigações lingüísticas feição inteiramente histórica, encontrando-se no estudo comparativo do passado deste ou daquele grupo de línguas a razão do fato aparentemente anômalo dos idiomas congêneres, prendendo-se por leis fonéticas certas e invariáveis a explicação de formas novas a outras já conhecidas, e manifestando-se nessa marcha evolutiva das línguas que todas elas nascem, crescem, medram, decaem, definham e morrem, que são, em suma, verdadeiros organismos vivos.

ECR, na condição de autor de uma gramática de orientação científica, menciona Júlio Ribeiro, o pioneiro na introdução dessa corrente entre nós.

No capítulo referente ao sentido das palavras, o gramático declara que sua história mostra a sujeição delas a várias mudanças, não só no que respeita aos elementos fonéticos, mas também à significação, acrescentando (p. 165): “Ao estudo que trata dessas últimas mudanças ou variações de sentido das palavras dá-se a designação de SEMASIOLOGIA ou SEMÂNTICA”. A esse respeito vale a referência de Weedwood (2008, p. 114-115) quanto ao fato de Bréal haver buscado as leis regentes das mudanças no significado das palavras, sendo que, até os dias de hoje, nenhuma “lei” de mudança semântica foi descoberta, pois esta pode ocorrer devido a diferentes fatores. A autora cita o exemplo de “carro”, proveniente do latim *carrus*, oriundo por sua vez de um termo celta que designava uma carroça de quatro rodas, enquanto casos há em que mudanças se dão por seu uso corrente em contextos particulares, como “pensar”, do latim *pensare*, que significava “pesar, calcular o peso”, quando seu uso no sentido de “pesar as idéias” originou o significado atual.

ECR apresenta, então, seu conceito de palavra (p. 166): “A palavra é um som articulado, um sinal sonoro que nos representa a imagem de um objeto do mundo material, ou a idéia

de um fato, ou uma noção puramente abstrata”, o que, mais uma vez, denota a visão da palavra como entidade orgânica. Dessa forma, a metáfora, a alegoria, a catacrese, a metonímia, a antonomásia, a sinédoque, a antífrase e o eufemismo são citados como figuras pelas quais uma palavra assume um novo sentido.

É, no entanto, no primeiro capítulo da seção II que nosso mestre expõe a classificação das palavras: substantivos ou denominativos (nomes ou substantivos), modificativos ou atributivos (adjetivos, verbos e advérbios) e conectivos ou relativos (elementos conectivos: preposições e conjunções).

ECR aduz que a parte da lexicologia que trata da classificação dessas partes do discurso é a TAXIONOMIA, termo emprestado das ciências naturais e aplicado à classificação dos elementos gramaticais. Na análise de Cavaliere (*op. cit.*), trata-se da tentativa de adaptação “à antiga correlação entre as categorias da língua e do pensamento” (p. 249), considerando-se que a ruptura com a tradição greco-latina não se deu abruptamente. O mesmo se observa em Maximino Maciel (*op. cit.*) e em Pacheco da Silva e Lameira de Andrade (*op. cit.*), tendo o primeiro, em sua *Grammatica descriptiva*, asseverado (p. 110):

Taxinomia é a classificação das palavras em grupos segundo as categorias lógicas a que correspondem.

As palavras se distribuem em três grupos: *nominativas*, *modificativas* e *conectivas*, cujo conjunto integral constitui as categorias gramaticais.

De forma semelhante, os últimos afirmam: “Chama-se taxionomia a classificação das palavras em classes correspondentes aos grupos de idéias de que se compõe o pensamento” (p. 129).

ECR fala igualmente da divisão antiga (seguida por Aristóteles, Varrão, Quintiliano e outros escritores e admitida por Lancelot e outros gramáticos) em três classes: nomes (os substantivos, os adjetivos e os pronomes), verbos (os verbos) e partículas (todas as demais palavras não sujeitas a variações ou flexões).

A seu ver, tal classificação é inconveniente em virtude do fato de, ao contrário do que ocorre em relação às conjunções e preposições, os advérbios aproximarem-se mais dos adjetivos, pois são atributos de atributos.

Citando *Hermes*, gramática universal de J. Harris, que admite a existência de dois grupos de palavras – palavras principais ou de significação e palavras acessórias ou de significação relativa –, ECR critica a última, porque alguns advérbios, algumas conjunções por si sós indicam algo, ainda que tais idéias se acentuem, quando presentes os termos que “esses elementos aproximam, ligam e modificam” (p. 180).

O gramático refere Mason (1877), o qual, ao lado de outros, divide as palavras entre as que designam noções (nomes ou substantivos, adjetivos qualificativos e verbos) e as que designam relações (pronomes, adjetivos quantitativos e adjetivos pronominais, preposições e conjunções).

ECR rejeita também essa classificação, julgando-a carente de fundamento, quando, por exemplo, ela considera que os advérbios, em parte, exprimem noções e, em parte, relações. De seu ponto de vista, tal divisão, inconvenientemente, separa o que deve estar unido.

Assim sendo, o mestre baiano prefere adotar a orientação do Dr. J. D. Morell (sem data), que, em sua *Gramática inglesa*, distribui as palavras em duas grandes classes (p. 181):

1. Noções de todas as coisas mentais ou materiais, reais ou imaginárias, de que podemos formar uma concepção.
2. Noções de todas as qualidades, estados ou ações que de algum modo lhes podemos atribuir.

Dessa divisão surgem, por sua vez, duas classes principais de palavras:

1. nome de coisas (substantivos),
2. nome de ações, estados ou qualidades (atributivos), entendendo-se por “coisas” o nome e o pronome e por “atributivos” o verbo, o adjetivo e o advérbio.

O autor acrescenta que, para exprimir a relação entre uma noção e outra, usa-se a *preposição*, ao passo que, para expressão da relação entre uma afirmação e outra, emprega-se a *conjunção*. E a interjeição “é um modo de expressão extragramatical” (p. 181).

Na opinião de ECR, a divisão que as gramáticas tradicionais fazem entre palavras variáveis ou de flexão (substantivo, pronome, adjetivo e verbo) e palavras invariáveis ou sem flexão (*preposição*, *conjunção*, *advérbio* e, para alguns, a *interjeição*) também não é isenta de objeção, visto que, por exemplo, os advérbios eventualmente podem sofrer inflexão. É o caso de *meio*, como na seguinte expressão de Vieira: “A nau meia sepultada” (p. 182). Como podemos perceber, é um dado que a gramática atualmente não aceita, isto é, os advérbios são sempre invariáveis. Logo, “meia”, em nossos dias, nunca será considerado advérbio.

O estudioso conclui que todas as classificações são mais ou menos falhas, por não poderem ser aplicadas em todos os períodos de desenvolvimento da língua. E lembra que, além das transições observadas nas diferentes classes de palavras, estudadas em distintos períodos de sua evolução, não raro ocorre o mesmo dentro de um só período lingüístico. É o caso dos adjetivos que às vezes funcionam como advérbios. Exemplo: falar *manso*.

No capítulo sobre as interjeições, ECR ensina que se trata de fórmulas holofrásticas, que eram estudadas pelos gregos como advérbios. O autor não as considera partes do discurso por: (1) não pertencerem à linguagem analítica ou lógica e sim à linguagem das paixões, linguagem sintética; não serem palavras, mas “explosões naturais” (p. 184) com que traduzimos nossas comoções e (2) constituírem uma proposição, (*ibidem*) “um todo sem relações sintáticas com as outras partes do discurso”. Verificamos que essa posição de ECR é compartilhada, entre os estudiosos modernos, por Carone (1988), conforme a qual as interjeições não são vocábulos, visto que não se constituem de morfemas. Semelhantemente a ECR, a autora afirma que (p. 47): “As interjeições são, na verdade, um tipo rudimentar de frase, sem estrutura mórfica ou sintática”.

Nos capítulos subseqüentes, o autor apresenta os substantivos, os pronomes, os adjetivos, os verbos, os advérbios, as preposições e as conjunções.

Vejamos, separadamente, as classes mencionadas.

4.2.1.1 - Substantivos

ECR define *nomes ou substantivos* como “palavras que exprimem determinadamente os seres pela idéia de sua natureza” e, de modo preciso, com os “nomes designamos os seres diretamente em sua substância e natureza; pelos *adjetivos* designamo-los indiretamente em seus atributos” (p. 189).

Novamente Cavaliere (*op. cit.*, p. 264) salienta que, conforme “o modelo taxionômico baseado no significado da palavra, a definição de substantivo assenta-se na correlação entre o termo e o ser que representa”. Dessa forma, ECR desvincula totalmente o significado da palavra da coisa representada: como já exposto acima, “substantivos são palavras que exprimem determinadamente os seres pela idéia de sua natureza”, ou seja, para o filólogo, o substantivo não designa o ser, mas a idéia do ser, associando a palavra não ao objeto material, mas à concepção que dele fazemos.

E, à página 190, lemos:

Considerados os *nomes* quanto à sua natureza ou às idéias que exprimem, podemos dividi-los em *próprios* ou *individuais* e *comuns* ou *apelativos*.
O substantivo ou nome próprio designa o ser pela idéia singular de uma natureza individual.

Em seguida e outra vez por influência de Darmesteter, ECR mostra a importância dos critérios de *compreensão* e *extensão* no que tange aos nomes apelativos. Segundo o autor (p. 190):

COMPREENSÃO *de um substantivo* é a totalidade das idéias parciais que se encerram na idéia total que o nome exprime; é o conjunto dos atributos que o caracterizam; EXTENSÃO é o número de indivíduos a que se aplica o nome.

Assim, quanto maior a extensão de um nome, menor a compreensão e vice-versa. Os pares “homem/imperador, planta/árvore e árvore/cajueiro” ilustram o fato.

De acordo com Molina (2005, p. 70), esses conceitos também foram observados por Maximino Maciel (1914, p. 416-417) e discutidos de forma minuciosa na parte intitulada “Semiologia” de sua gramática, na qual asseverava:

Duas são as propriedades semânticas dos termos: extensão e compreensão.
Extensão é o maior ou menor número de indivíduos a que se estende a significação da palavra. Ex. Animal/homem (...)
Compreensão é a idéia, a noção que nos desperta o termo, o conjunto de qualidades do objeto, da coisa ou pessoa (...) A extensão está na razão inversa da compreensão.

Molina (*op. cit.*, p. 71) observa que Bréal (1992, p. 81) deu ao fenômeno o nome de *restrição e ampliação*:

(...) nossas línguas, por uma necessidade cujas razões se verão, são condenadas a uma perpétua falta de proporção entre a palavra e a coisa. (...)
Não nos apercebemos dessa falta de ajuste, porque a expressão, para aquele que fala, corresponde em si mesma à coisa (...) graças ao lugar, ao momento, à intenção visível do discurso, e porque no ouvinte, que é sempre metade em toda linguagem, a atenção indo direto ao pensamento, sem se deter no valor literal, a restringe ou a estende segundo a intenção daquele que fala.

A autora (*id. ibid.*) associa o fato aos hodiernamente chamados hipônimos e hiperônimos, que os estudiosos da Linguística assim definem:

Hiperônimo é o termo cuja significação inclui o sentido (ou sentidos) de um ou de diversos outros termos chamados ‘hipônimos’. O sentido do nome da parte de um todo é hipônimo; e o do todo que é o seu é o hiperônimo. Assim, animal é hiperônimo de cão, gato, burro, etc. (DUBOIS *et al.* 1978, p. 323)

Isso demonstra que ECR e Maximino Maciel, entre outros gramáticos da época, estavam ligados ao evolucionismo do século XIX, preconizando, ao mesmo tempo, o fenômeno gramatical que no fim do século XX seria denominado hiperônimo/hipônimo.

Ainda em relação aos nomes apelativos ou comuns, ECR os subdivide, quanto à significação, em concretos ou abstratos, sintéticos ou genéricos, coletivos (gerais ou partitivos) e verbais, simples ou compostos.

A referência aos nomes sintéticos ou genéricos chama-nos a atenção (p. 192):

Os nomes SINTÉTICOS ou GENÉRICOS são nomes gerais, de pessoas ou coisas, que nem designam um indivíduo, nem uma pura e mesma qualidade; mas um conjunto de qualidades ou atributos, aplicados aos indivíduos de modo vago e indeterminado: *isto, isso, aquilo, tudo, nada, al, algo, quem, alguém, ninguém, outrem, fulano, sicrano, o belo, o justo, o injusto, o doce, o amargo, o verdadeiro, o falso, o sublime* e em certos modos de dizer *o e tal*.

Podemos observar que, entre os exemplos supramencionados, os precedidos de “o” (“o justo”, por exemplo) compreendem casos de flutuação de classes: adjetivos que também podem funcionar como substantivos, ao passo que os demais (com exceção de “fulano” e “sicrano”), conforme a classificação moderna, são pronomes.

No que respeita às flexões do substantivo – de gênero, de número e de grau -, ECR afirma que todas as palavras variáveis são chamadas *palavras de flexão* e, quanto ao gênero, afirma que ele é (p. 194):

- LÓGICO, NATURAL ou REAL, quando expressa o sexo real dos seres (exemplo: *leão/leoa*);
- GRAMATICAL, CONVENCIONAL ou FICTÍCIO, quando expressa o sexo fictício dos seres (*livro, mesa*);
- COMUM-DE-DOIS (*o/a mártir, o/a cliente*);
- EPICENO, PROMÍSCUO ou SOBRECUMUM (*a criança, a testemunha*).

Creemos valer aqui a observação quanto à distinção entre sexo e gênero, que ECR não faz. A esse respeito, Silva e Koch (2001) sustentam que se trata de um tópico incoerente da gramática em virtude (1) da incompreensão semântica da natureza do gênero (gênero é diferente de sexo: por exemplo, quando dizemos “a casa”, sabemos que é um substantivo feminino, porque a palavra é precedida de “a”, sem que se possa falar em macho/fêmea em relação a “casa”) e (2) da falta de distinção entre processo flexional e processos lexicais. As autoras ainda consideram que a flexão de gênero é habitualmente associada ao sexo dos

seres, o que é falho porque: (1) o gênero abrange todos os seres (o pente, a luz); (2) nem sempre sexo e gênero estão interligados (temos *a* testemunha, *o* jacaré, independentemente do sexo do ser a que se refiram). O que distingue o gênero da palavra é o artigo que a precede. Nem todos os substantivos flexão de gênero, o que vale também para os casos em que se acrescenta “macho” ou “fêmea” ao substantivo (a cobra macho/a cobra fêmea, sendo que, de toda forma, o gênero da palavra se mantém). Disso procede a inconsistência das designações *epiceno*, *sobrecomum*, *comum-de-dois*, empregadas pela gramática tradicional. Em suma: o papel do artigo é especialmente relevante, visto que é ele que indica o gênero do substantivo, quer este apresente flexão de gênero (*a* professora – flexão de gênero marcada), quer não (*o* sol, *a* margem, *o/a* massagista, ...).

No que concerne à flexão de número, ECR, reportando-se à tradição latina, lembra as declinações com os casos (seis): nominativo, genitivo, dativo, acusativo, vocativo e ablativo. A flexão de número, propriamente, denota a idéia de singularidade ou pluralidade.

Ao expor, particularmente, a questão dos diferentes plurais das palavras terminadas em *ão*, ECR aconselha (p. 206):

A lição constante e assídua dos bons escritores ensinará de modo seguro o emprego de tais desinências plurais, em que, por vezes, o uso se nos mostra arbitrário e incoseqüente.

Também ao apresentar a flexão de grau – aumentativo ou diminutivo -, o gramático recorre ao latim.

4.2.1.2 - Pronomes

ECR ensina que “pronomes são palavras que exprimem determinadamente os seres pela idéia de sua pessoa” (p. 221) e, dada a sua pertença à mesma categoria dos substantivos, acrescenta que “não são outra coisa mais que substantivos *personativos* [grifo do autor], como lhes chamou Lamare”.

Pelo fato de o pronome, muitas vezes, não ser apenas uma palavra que substitui o nome (*pro + nomen*), o ilustre gramático Ihe atribui um papel discursivo, como pessoa gramatical, declarando (p. 221):

O *pronome*, é verdade, substitui muitas vezes o nome; mas isso nem sempre o faz, nem constitui o seu caráter principal, senão uma função, que Ihe é acessória, secundária e acidental.

Quando se diz *Pedro estuda muito; tu, Antônio, não trabalhas; ele faz progressos; tu não te adiantas*, o pronome *ele* da terceira proposição pode perfeitamente substituir o nome *Pedro* da primeira. Mas já não passa o mesmo com referência ao pronome *tu* da segunda e quarta; esse não é meramente um substituto do substantivo *Antônio*, mas tem por função principal denotar que *Antônio* é a pessoa a quem me dirijo.

Cavaliere (*op. cit.*) aponta, nesse particular, a clarividência de ECR, o qual, ainda no século XIX, vislumbrou o papel discursivo do pronome, extrapolando os limites da frase, contexto em que a substituição do nome não é mais que um efeito gramatical secundário. O mestre baiano acrescenta: “O pronome tem por função principal e característica determinar o ser pela idéia precisa de uma relação com o ato da palavra” (p. 222).

ECR também faz alusão ao fato de alguns gramáticos considerarem pronomes palavras que, a seu ver, são substantivos ou adjetivos: *isto, isso, aquilo, tudo, cujo, meu, algo, ...* (menção ao assunto já feita na referência aos nomes sintéticos ou genéricos à página anterior).

Apresenta igualmente a divisão que a maioria dos gramáticos faz em relação à classe dos pronomes: pessoais, possessivos, demonstrativos, relativos (ou conjuntivos), indefinitos, condenando o autor a denominação “pronome pessoal”, devido à própria etimologia do termo (pronome = substituto do nome).

No concernente à colocação pronominal, nosso gramático ensina que, por exemplo, “Deixe-me!” (ênclise) é a construção adequada correspondente à popular “Me deixe!” (próclise).

Ressaltamos que, à época, o fenômeno deu origem a um debate entre os que defendiam a unidade da língua portuguesa – os “tradicionalistas” – e os que eram favoráveis à autonomia do português do Brasil – os “inovadores”. Conforme Gurgel (2007), José de

Alencar, ao justificar suas supostas incorreções, tornou-se o representante mais conhecido da busca pela identidade nacional e da defesa da aceitação do evolucionismo, que marcaria uma suposta superioridade da variante brasileira, isto é, o português do Brasil seria fruto da evolução da variante portuguesa.

Destacamos ainda o fato de ECR, apoiado em Darmesteter (em sua obra *Cours de Grammaire Historique de la Langue Française*), cunhar desse autor a expressão “gestos falados” (apesar de paradoxal) para apresentar termos como *este, esse, aquele, meu, teu*, entre outros, como adjetivos pronominais.

Como se vê, nesse particular, mais uma vez podemos reiterar a posição de Cavaliere (*op. cit.*), o qual observa que, com exceção da classe dos chamados pronomes pessoais, “as palavras de função adjunta ao substantivo” (p. 279) receberam classificação vária entre os gramáticos contemporâneos de ECR. Vejamos, a propósito, a distinção que fazem Pacheco da Silva e Lameira de Andrade (*op. cit.*, p. 145) entre pronome adjetivo e adjetivo determinativo:

São *substantivos* quando exercem as funções de substantivo, isto é, quando ocupam o lugar do sujeito, objecto, etc.: - Elle (o professor) deu-LHE (ao alumno) *um livro*.

Pronomes *adjectivos* são os que determinam o substantivo juntando-lhe uma relação de posse ou indicação: - ESTE (quadro) *é de Pedro*, isto é, o quadro indicado pela pessoa que falla: o TEU (escripto) *é de mais valor*.

A citação anterior nos mostra que, para os gramáticos da época, em geral, os pronomes substantivos restringiam-se aos pronomes pessoais, quando hoje a gramática considera que também os pronomes possessivos e demonstrativos podem funcionar como pronomes substantivos.

4.2.1.3 - Adjetivos

De acordo com ECR, “adjetivos são palavras que indicam seres indeterminados, designando-os por uma idéia accidental à natureza comum, indicada pelo apelativo” (p.

228), definição em que se reconhece a visão do adjetivo como “palavra subsidiária”, na expressão de Cavaliere (*op. cit.*), que não qualifica ou determina o substantivo, mas integra o conceito nele expresso. Desse ponto de vista, o adjetivo perde autonomia semântica, uma vez que, na verdade, seu significado integra o conteúdo semântico do substantivo. Vejamos mais este trecho do ilustre filólogo (p. 228):

Quando, por exemplo, dizemos *flor, homem*, os nomes *flor, homem* indicam a idéia geral de uma natureza comum a muitos indivíduos, a cada um dos quais chamamos *flor, homem*.

Se a cada um desses nomes gerais acrescentamos os adjetivos qualificativos *cheirosa, polido*, as palavras *flor, homem*, ainda são gerais e abstratas, mas ajuntamos à compreensão da primeira a qualidade acessória significada pelo vocábulo *cheirosa* e à compreensão da segunda a qualidade acessória, exprimida pelo adjetivo *polido*.

Quando, porém, dizemos *esta flor, aquele homem, uma flor, dois homens*, os adjetivos *esta, aquele, uma, dois* fazem aplicação da natureza comum exprimida pelos dois substantivos *flor, homem* a indivíduos determinados, que mostramos e apontamos ou distinguimos e tiramos de um número indefinido e indiscriminado de indivíduos.

Como já afirmamos, para o gramático, os adjetivos, ao lado dos verbos e advérbios, compõem a classe dos modificativos, sendo divididos em qualificativos ou atributivos, (p. 228) “que modificam a compreensão dos nomes apelativos sem lhes determinar a extensão”(*bom, mau, ...*) e determinativos ou artigos, também chamados articulares ou extensivos (p. 228), “que determinam a extensão dos apelativos sem nada lhes ajuntar à compreensão” (*o/a, todo, nenhum, ...*).

Preso ao descritivismo de base semântica característico da corrente histórico-comparativa, nosso gramático propõe uma minuciosa subdivisão do adjetivo determinativo, que pode ser:

1 – indicativo (*o, a, os, as*)

2 – combinado

a) universal

aa. negativo (*nenhum, nenhuma, ...*)

ab. positivo

ab1. coletivo (*todo, toda, ...*)

ab2. distributivo (*cada*)

b) partitivo

ba. indefinito (*algum, alguma, tal, qualquer, ...*)

bb. definido

bb1. numeral

bb1a – cardinal (*dois*)

bb1b – ordinal (*primeiro*)

bb1c – dual (*ambos, ambas*)

bb1d – multiplicativo (*tríplice*)

bb1e – fracionário (*terça [parte]*)

bb2. possessivo (*minha*)

bb3. demonstrativo

bb3a – puro (*este, esse, ...*)

bb3b – conjuntivo (*que, o/a qual, cujo/a, ...*)

Percebemos que os adjetivos determinativos combinados passariam, no século XX, a pertencer à classe dos pronomes; os adjetivos determinativos indicativos, à dos artigos, enquanto os adjetivos determinativos combinados partitivos definitos numerais seriam denominados, simplesmente, numerais.

No que respeita à classe do atual artigo, Cavaliere (*op. cit.*) observa que, no início da gramática “científica”, era-lhe reservado um tratamento diversificado: ora era encaixado na classe do adjetivo (como fez ECR), ora na do pronome, fenômeno devido sobretudo ao fato de não apresentar valor semântico próprio.

Quanto ao numeral, sua classificação entre os adjetivos devia-se ao fator semântico da atribuição de, nas palavras de Eduardo Carlos Pereira (*apud Cavaliere, op. cit.*, p. 262), “uma circunstância de qualidade ou ordem numérica” ao substantivo, isto é, um numeral seria um adjetivo por manter com as demais palavras dessa classe uma identidade semântico-funcional.

Reportando-nos novamente aos adjetivos: no tocante ao gênero e ao número, variam de acordo com os substantivos a que se ajuntam (p. 229):

Os adjetivos, por isso que são abstrações, não têm propriamente nem *gênero*, nem *número*, mas recebem as flexões relativas ao gênero e ao número dos substantivos a que se ajuntam, para melhor afirmar, acentuar e assentar mais precisamente as relações que com esses estabelecem e entretêm.

Como vemos, essa asserção reforça a já aludida perda de autonomia semântica do adjetivo. Quanto ao grau do adjetivo, são três: positivo, comparativo e superlativo.

4.2.1.4 - Verbos

No capítulo sobre o verbo, nosso mestre afirma: “Verbos são palavras que indicam seres indeterminados pela idéia de uma existência intelectual com relação a um atributo” (p. 360), ou seja, o verbo indica uma afirmação relativamente a um sujeito e, conforme a concepção de Beauzé, citado pelo autor, indica seres indeterminados.

A característica de o verbo ligar sujeito e atributo remete-nos à *Grammaire de Port Royal*, fato que aponta aqui a confluência da gramática filosófica e da incipiente gramática “científica” no pensamento gramatical de ECR. A esse respeito novamente Cavaliere (*op. cit.*, p. 281) observa que:

a obra de Carneiro Ribeiro traz as contradições típicas de um momento de transição, em que os conceitos da gramática filosófica nem sempre cedem espaço para o cientificismo emergente. É exatamente o que ocorre com relação ao estudo do verbo.

O gramático também divide os verbos em *abstrato* (apenas o verbo *ser*, referente à existência intelectual) e *concretos* (os demais verbos).

“Ser” é anterior aos outros verbos, pois, nos dizeres de ECR (p. 262),

sendo a existência o atributo universal dos seres, e indicando todos os verbos a existência simples, combinada virtualmente com um atributo, tem o verbo ser a prioridade lógica relativamente aos outros, pela razão de ser o único que designa a existência simples, abstrata, só e desacompanhada de idéia atributiva. Todos os verbos concretos, pois, racionalmente considerados, contêm a idéia exprimida pelo verbo abstrato SER combinada mentalmente com um atributo.

Com isso, verificamos que, para o filólogo baiano, *ser*, outra vez tomando emprestadas as palavras de Cavaliere (*op. cit.*, p. 281-282), “designa o ser pela idéia precisa duma existência intelectual com relação a um atributo qualquer”, ao passo que o *verbo concreto* “designa o ser pela idéia de uma existência intelectual com relação a um atributo determinado, concentrado e contido em seu próprio radical”.

O estudioso acrescenta que esse modelo racionalista não predominou na gramática dita científica, na qual, pelo contrário, a corrente majoritária partia de uma concepção puramente lingüística do verbo, considerando-o, assim como qualquer outra palavra, fruto de uma evolução histórica da língua. Observemos, a propósito, a posição de Alfredo Gomes (*op. cit.*, p. 61):

Não é aceita hoje a caduca divisão dos verbos em verbo substantivo e verbo adjectivo, só útil para a metaphysica decomposição de todo verbo adjectivo no verbo substantivo SER e um adjectivo attributo, tirado do radical verbal: d’onde *amar* seria *ser amante*; *crer* equivaleria a *ser crente*, etc.

Ora isso poderá ser philosophico, mas não é processo natural, e a linguagem é sciencia natural de um lado e historica do outro. Nem é tal decomposição testemunhada pela estrutura dos verbos adjectivos, que existiram antes do verbo substantivo ou abstracto. O próprio verbo substantivo é realmente adjectivo, isto é, encerra idea de attributo na primitiva fôrma, nas suas raizes: *es* = estar de pé, *fu* = respirar; donde as idéas de *viver*, *existir*, ser emfim.

Quanto à classificação dos verbos concretos, conforme a presença (ou ausência) de complemento(s) verbal(is) na sentença, ECR os divide em: intransitivos, transitivos diretos, transitivos indiretos e bitransitivos, ponto em que foi grande a influência da gramática inglesa (citamos principalmente Mason e Bain) sobre a gramática do período científico.

Consta-nos que inclusive as denominações objeto direto e objeto indireto, que substituíram os antigos “complemento direto” e “complemento terminativo”, resultam da influência inglesa.

Aos atualmente chamados verbos de ligação (*estar, ficar, parecer, ...*) ECR dá o nome de verbos de atributo duplo, superpostos ou secundários, lembrando a denominação de Mason (1877) - “verbos de predicação incompleta” - e a de Bain (1874) - “verbos incompletos ou de aposição”, em sua *Higher English Grammar*.

O ilustre filólogo classifica os verbos em: regulares, irregulares, defectivos e pronominais, no que concerne à conjugação, a qual compreende os modos: definitivo (subdividido em indicativo ou afirmativo, condicional ou supositivo, imperativo e subjuntivo) e indefinito (subdividido em infinitivo pessoal, infinitivo impessoal e participial).

Eis o quadro dos tempos verbais, segundo ECR, sendo que acrescentamos, entre parêntesis, um exemplo:

Modo indicativo

- presente (*sou*)
- passado imperfeito ou simultâneo (*era*)
- passado definitivo (*fui*)
- passado indefinito (*tenho sido*)
- passado mais-que-perfeito (*fora, tinha sido*)
- futuro imperfeito (*serei, hei de ser*)
- futuro anterior ou passado (*terei sido*)

Modo condicional

- presente (*seria*)
- passado (*teria sido*)

Modo imperativo

- futuro (*sê tu*)

Modo subjuntivo

- presente (*seja*)
- imperfeito (*fosse*)
- passado indefinito (*tenha sido*)
- mais-que-perfeito (*tivesse sido*)
- futuro imperfeito (*for*)
- futuro perfeito, passado ou anterior (*tiver sido*)

Modo infinitivo

- impessoal (*ser*) [passado: *ter sido*]
- pessoal (*ser eu*) [passado: *ter eu sido*]

Modo participial

- presente (*sendo*)
- passado (*sido/tendo sido*)

4.2.1.5 - Advérbios

Quanto ao advérbio, ECR declara: “Advérbio é uma palavra que modifica o adjetivo, o verbo e o próprio advérbio” (p. 362). Apresenta ainda a hipótese de advérbios modificadores de substantivos em exemplos como: “Deus é verdadeiramente pai; Pedro é muito homem” (p. 363). São casos em que os substantivos (no caso: *pai* e *homem*) têm sentido atributivo.

No que concerne à classificação dos advérbios quanto às circunstâncias, nosso gramático os divide em advérbios de lugar, tempo, quantidade e qualidade ou modo, sendo que nos consta que essa divisão não era uniforme entre as gramáticas “científicas”.

4.2.1.6 - Preposições

Inicialmente, o autor aduz que “Preposição é uma parte invariável do discurso que mostra a relação que há entre duas palavras” (p. 340).

Afirmando que as preposições pertencem à classe dos ligativos ou conjuntivos, cita-as (*a, ante, até, após, ...*), às quais acrescenta as preposições acidentais (*segundo, conforme, mediante, entre outras*). Expõe igualmente as locuções prepositivas (*além de, a título de, ...*).

Na segunda parte do capítulo, apresenta individualmente, e de forma minuciosa, algumas preposições.

4.2.1.7 - Conjunções

“Conjunção é uma parte elementar do discurso que serve para mostrar as relações que as proposições têm entre si” (p. 351), define o mestre. Acrescenta que pertencem à classe dos relativos ou conjuntivos, dividindo-se, quanto a sua natureza, em coordenativas e subordinativas. Em seguida, apresenta em detalhes os dois grupos.

ECR expõe ainda a conjunção subjuntiva *que*, lembrando que H. Tooke, em 1778, sustentara que a conjunção *that* (equivalente inglês de *que*) nada mais era que o emprego do artigo ou pronome conjuntivo, posição posteriormente partilhada por seguidores da gramática filosófica, como, entre outros, Jerônimo Soares Barbosa, em sua *Grammatica philosophica da lingua portugueza*. O autor acrescenta que Mason defende a mesma opinião quanto a *that*. Logo, encontramos nesse particular um ponto em comum entre a gramática filosófica e a “científica”.

4.2.2 – Sintaxe

Foi Apolônio Díscolo, gramático do século II d.C., o autor do primeiro tratado sobre sintaxe, seguido depois, na Europa, pelo de Prisciano, que, conforme Molina (2004),

traduziu os ensinamentos dos gregos para o latim, aprofundando as primeiras análises. Muitos de seus postulados perduram até a atualidade e outros, como o conceito de sintaxe, foram ampliados.

A princípio, o termo foi entendido como o “estudo da construção das palavras em conjunto” (Arnauld e Lancelot, *apud* Molina, p. 437), isto é, da concordância das palavras e das orações.

Já no século XIX, encontramos a seguinte orientação de Mason (*op.cit.*, p. 137):

The word *syntax* means *arrangement* (Greek *syn*, together, *taxis*, arrangement). The rules of syntax are statements of the various ways in which the words of a sentence are related to each other.¹

E, da parte de Bain (*op.cit.*, p. 19), temos:

I have already expressed my sense of great value of the Analysis of Sentence. I consider, however, that additional examples are here uncalled for. Indeed, I am not sure that too much is not made of the formal scheme of Analysing Sentences. Not only is it not the main part of syntax, but it is apt to disguise what appears to me the main part – the order of words. After we have thrown the different parts of a sentence into the form prescribed, we have still to go back and consider how the sentences stand originally, and whether the words, phrases, and clauses, are so disposed each other as to give the meaning with sufficient clearness. It is to this that I have devoted the larger portion of the examples and illustration given under syntax.²

A posição de Mason e Bain, entre outros, é a da maioria dos estudiosos da época. ECR, tal como eles, reserva à sintaxe uma parte de sua obra, da qual propomos, a seguir, o levantamento de alguns pontos.

¹ A palavra “syntax” significa arranjo (do grego “syn” = junto; “taxis” = arranjo). As regras de sintaxe são arranjos de várias formas nas quais as palavras de uma sentença estão relacionadas entre si.

² Já expressei minha idéia de grande valor da análise da sentença. Considero, todavia, que exemplos adicionais aqui se encontram sem necessidade. Na verdade, não estou certo de que muito não seja feito do esquema formal de análise das sentenças. Esta não apenas não é a parte principal da sintaxe, mas está apta a distinguir o que me parece ser a parte principal – a ordem das palavras. Depois de havermos colocado as diversas partes de uma sentença na forma prescrita, ainda temos de voltar e considerar como as sentenças se apresentam originalmente e se as palavras, frases e orações estão de tal modo dispostas entre si, a fim de terem significado com suficiente clareza. É a isso que tenho devotado a maior parte dos exemplos e ilustrações dados sobre sintaxe.

O mestre inicia o primeiro capítulo da última parte de sua gramática – “Da fraseologia ou sintaxe” -, afirmando que (p. 387):

A FRASEOLOGIA compreende a SINTAXE propriamente dita e a CONSTRUÇÃO. É a parte da gramática que trata da composição da proposição e da frase. As relações das palavras umas com as outras, o nexos, coordenação, dependência e subordinação das proposições e das frases, sua ordem, boa disposição e concerto, o laço que as liga, encadeia e relaciona, aproximando-as e subordinando-as, tudo isso se aprende e estuda na *fraseologia*. CONSTRUÇÃO é a parte da *fraseologia* que tem por objeto a ordem das palavras, sua concertada colocação no discurso.

4.2.2.1 – Proposição ou oração

No tocante à proposição ou oração, o gramático declara: “PROPOSIÇÃO ou ORAÇÃO, a que os *gramáticos ingleses* [grifo nosso] chamam também SENTENÇA (*sentence*), outra coisa não é que a enunciação de um juízo” (p. 387), ponto em que observamos a ligação do autor às gramáticas filosóficas, visto que, por exemplo, em Soares Barbosa (1822, p. 255), encontramos uma semelhante definição de proposição: “qualquer juízo do entendimento, expressado com palavras”.

Em seguida, ECR ainda ensina que (p. 388):

Logicamente [grifo do autor] considerada, compõe-se a proposição de três partes ou membros: SUJEITO, VERBO e ATRIBUTO ou PREDICADO; considerada, porém, *gramaticalmente*, consta de tantas partes, quantas são as palavras que encerra.

A composição tripartite da oração é outro dado que nos chama a atenção, pois também remete à gramática filosófica. As seguintes palavras de Sotero dos Reis (1871, p. 38-39) elucidam a importância do verbo:

Verbo é a palavra que serve para afirmar a existência da qualidade na substância, pessoa ou cousa, e por conseguinte, o nexos ou copula, que une o atributo ao sujeito da proposição, frase, sentença ou enunciado de juízo. Diz-se também que é a palavra por excellencia, por que dá vida ao discurso, que sem ella não pode existir. A forma primitiva do verbo é uma e única em todas as línguas: na portugueza, ser, que quer dizer, ser ente, indeterminante; nas outras, equivalente de Ser. Divide-se porém o verbo em substantivo e attributivo ou adjectivo, segundo se acha em sua forma primitiva, ou unido ao attributo, como Viver, que quer dizer, ser vivente.

No entanto, outros estudiosos contemporâneos de ECR, como Júlio Ribeiro (*op. cit.*) e Alfredo Gomes (*op. cit.*), adotando a proposta dos gramáticos ingleses, conceberam a oração como constituída de dois elementos (sujeito e predicado). Assim, o predicado incluía o verbo.

ECR divide a sintaxe em sintaxe das palavras e sintaxe das proposições, asseverando que a primeira trata das relações entre as palavras e a segunda, das relações entre as proposições. Também essa divisão é outro ponto em comum com as gramáticas de orientação filosófica, sendo que Eduardo Carlos Pereira, outro autor do chamado período científico, em sua *Grammatica expositiva*, cuja primeira edição data de 1907, toma semelhante posição, argumentando que (1918, p.194):

Os factos syntaticos são extremamente moveis e difficil é, como nota Darmesteter, traçar em seu estudo uma ordem rigorosamente systemática. A divisão em trez partes – syntaxe de concordância, regência e collocação (S. Barbosa, Bento de Oliveira, Monteiro Leite) é deficiente. A divisão em duas partes – syntaxe léxica e lógica (Júlio Ribeiro, Leopoldo da Silva) é defeituosa, visto como todos os phenomenos syntaticos, quer referentes as palavras (léxico), quer referentes à proposição, tem o mesmo caracter lógico ou relacional. A de Ayer, seguida pelo Dr. G. R. de Vasconcelloz, em syntaxe da proposição simples e syntaxe da proposição composta, não nos parece sufficientemente discriminativa. Melhor se nos afigura a divisão em syntaxe de palavras e syntaxe de proposição (Brachet & Dessouchet, Dr. A. Freire, João Ribeiro, Pacheco Junior e Lameira de Andrade). Tal divisão, porém, é mais theorica do que practica no ensino da matéria.

As referidas relações, por sua vez, para o filólogo baiano, podem ser de identidade (ou coordenação) ou de diferença, dependência ou subordinação, referência também feita por Júlio Ribeiro (*op. cit.*).

Declarando que “Toda a proposição supõe um objeto que ocupa o nosso espírito e de que afirmamos ou negamos alguma coisa...” (p. 388), nosso gramático chega ao conceito de sujeito, que é “a palavra ou palavras que indicam o objeto de que se afirma ou nega alguma coisa”.

A classificação de ECR relativamente ao sujeito reproduz a orientação de Mason (*op. cit.*, p. 139), podendo ser:

- *simples* (como em *A memória de Deus é saúde e limpeza d'alma* [Bernardes]), quando o sujeito apresenta apenas um núcleo, ou *composto* (... / *O mar, a terra, o ar estremeceram*. [Porto Alegre]), quando o sujeito apresenta dois ou mais núcleos;
- *complexo* (*Pedra movediça não cria bolor*. [provérbio]), quando o núcleo do sujeito é acompanhado de adjunto(s) ou *incomplexo* (*Pobreza não é vileza.*), quando isso não acontece.

Merece destaque também o fato de ECR, assim como Pacheco da Silva e Lameira de Andrade, em sua já citada gramática, distinguir sujeito gramatical (representado por uma palavra) de sujeito lógico (o termo todo).

Quanto ao predicado (ou atributo), o autor o conceitua como “aquilo que se afirma ou nega do sujeito” (p. 388), definição próxima à de Whitney (1899, p.9), para quem: “Predicate is only a more learned and harder name for ‘thing asserted or declared’ ”.

Praticamente, a mesma classificação quanto ao sujeito vale para o predicado, que pode ser:

- *simples* (*Carlos é inteligente.*) ou *composto* (*Carlos é inteligente e aplicado.*) e
- *complexo*, (p. 390) “quando um ou mais acessórios o modificam” como em *É um homem leal à sua pátria e ao seu rei.*

Mais adiante, o ilustre gramático afirma que “a PROPOSIÇÃO ou SENTENÇA é também SIMPLES, COMPOSTA, COMPLEXA ou INCOMPLEXA” (p. 391), ponto em que percebemos que ECR usa “proposição” ou “sentença” no sentido do hoje denominado período.

Por proposição ou sentença simples é entendida aquela que “consta de um só sujeito e de um só PREDICADO ou ATRIBUTO” (*A virtude é amável*).

Ela é composta “quando consta de duas ou mais proposições independentes, ligadas por *conjunções coordenativas*, expressas ou subentendidas”. O autor acrescenta (p. 391): “A *oração* ou *proposição composta*, portanto, ou tem mais de um *sujeito* e mais de um *predicado* ou *atributo*, ou a um tempo mais de um *sujeito* e mais de um *predicado*” (*O trabalho fortifica o corpo e dá vigor ao espírito.*).

ECR continua: “É COMPLEXA a *proposição* quando consta de uma *proposição principal* e de uma ou mais *dependentes* ou *subordinadas*, que se lhe encadeiam por meio de *conjunções de subordinação*, expressas ou não” como em *Asseguro-te que estás enganado*.

Finalmente, (p. 392) “a *proposição* é INCOMPLEXA, quando o seu *sujeito* ou *predicado* não encerra acessório algum que possa constituir outra *proposição*: *Pedro fez anos ontem*”.

Parece-nos que parte da classificação supracitada também foi inspirada por Mason (*op. cit.*, p.139), conforme o qual:

When a sentence contains only one subject and one finite verb, it is said to be a *simple* sentence.

When a sentence contains not only a principal subject and its verb, but also other dependent or subordinate clauses which have subjects and verbs of their own, the sentence is said to be *complex*.

The subject of a complex sentence may be an entire clause.³

Igualmente Pacheco da Silva e Lameira de Andrade (*op. cit.*) estabeleceram uma semelhante classificação das sentenças, dividindo-as em simples (uma só asserção), complexas (duas ou mais proposições simples) ou compostas (duas ou mais sentenças completas e independentes, ligadas por *conjunções coordenativas*).

³ Quando uma sentença contém apenas um sujeito e um verbo finito, dizemos tratar-se de uma sentença *simples*.

Quando a sentença contém não apenas um sujeito principal e seu verbo, mas também outras orações dependentes e subordinadas que tenham seus próprios sujeito e verbos, dizemos tratar-se de uma sentença *complexa*.

O sujeito de uma sentença complexa pode ser uma oração inteira.

Pereira (*op. cit.*) também divide as orações, quanto à espécie, em simples (uma só declaração manifestada por um único verbo), complexas (duas ou mais proposições, possuindo uma delas o sentido principal modificado por outra[s]) ou compostas (duas ou mais proposições simples ou complexas coordenadas).

Vejamos a proposta similar de João Ribeiro (*op. cit.*, p. 266): “As proposições são de três espécies: simples, compostas ou complexas”.

Como se vê, não havia consenso entre os gramáticos da época em relação à nomenclatura gramatical.

Ainda com respeito à proposição composta, ECR aduz que, tendo em comum o sujeito ou o predicado ou o complemento, as proposições que a compõem são chamadas *contratas* (*Ele vê, governa e dirige tudo*), outro fato que liga o autor a Mason (*op. cit.*, p. 163-164), o qual dissera que:

When co-ordinate sentences contain either the same subject, the same predicate, the same object, the same complement, or the same adverbial adjunct to the predicate, it often happens that the portion which they have in common is expressed only once. In this case the compound sentence is said to be *contracted*.
*Example: Neither I nor you have seen that.*⁴

ECR prossegue sua minuciosa classificação: as proposições compostas sem conectivos (como *Vim, vi, venci.*) são denominadas colaterais ou justapostas. O gramático rejeita, nesse caso, a denominação “assindéticas”, defendida, entre outros, por Pereira (*op. cit.*), porque (p. 392-393),

em sua origem subjetiva, nos juízos de que são expressões, não se podem deixar de admitir laços conectivos, suprima-os embora a linguagem, entre as proposições coordenadas.

⁴ Quando orações coordenadas têm ou o mesmo sujeito, ou o mesmo predicado, ou o mesmo objeto, ou o mesmo complemento, ou o mesmo adjunto adverbial para o predicado, normalmente ocorre de a expressão que seja comum entre elas ser citada apenas uma vez. Nesse caso, diz-se que a sentença composta é *contrata*.
Exemplo: Nem eu nem ela vimos isso.

Chama as orações que constituem uma proposição ou sentença composta da mesma natureza *principais coordenadas* (sem citação de exemplos).

São as conjunções de simples ligação ou coordenativas que ligam as proposições coordenadas, sejam estas principais coordenadas (que formam a proposição composta) ou secundárias coordenadas (que formam a proposição complexa).

Só em seguida o autor introduz os termos *período* e *frase* (p. 393):

Num *período* ou numa *frase* pode a *proposição principal*, acompanhada de uma ou mais *subordinadas* de primeira ou segunda ordem, ligar-se por coordenação a outra *principal*, por sua vez acompanhada de uma ou mais *subordinadas* dependentes desta. Diz-se, neste caso, que a *proposição* no seu todo é a um tempo *composta* e *complexa* ou MISTA. [grifos do autor]

ECR ilustra com o seguinte exemplo (p. 393) a combinação dessas proposições: *Se não sois dignos do importante cargo que ocupais, não deveis ser tão ambiciosos; se, porém, o sois, não deveis ser tão negligentes.*

Verificamos ainda que o autor adota “período” e “frase” como sinônimos, quando, nos dias de hoje, constituem conceitos diferentes. A esse respeito, lemos, por exemplo, em Câmara Jr. (1997, p. 122 e 191):

FRASE – Unidade de comunicação lingüística, caracterizada, como tal, do ponto de vista comunicativo (...), e *pode consistir numa única palavra ou até interjeição.* [grifo nosso]

PERÍODO – *Conjunto frasal* [grifo nosso], cuja enunciação termina por uma pausa conclusa, assinalada na escrita pelo sinal de ponto.

ECR observa que, num período com mais de uma proposição complexa, as principais só se podem coordenar com as principais e as secundárias, com as secundárias, o que constitui relações homólogas ou de similaridade.

Reconhecendo a possibilidade de as proposições secundárias ou subordinadas (pelos gramáticos ingleses denominadas “sentenças subordinadas ou cláusulas”) exercerem, relativamente às outras proposições, o papel de substantivos, adjetivos ou advérbios, o mestre as subdivide em substantivas, adjetivas e adverbiais, orientação também seguida por Pacheco da Silva e Lameira de Andrade (*op. cit.*). De novo, encontramos-nos aqui diante de

uma classificação igualmente inspirada em Mason (*op. cit.*: p. 134, 142 e 147), o qual fala em *substantive clause*, *adjective clause* e *adverbial clause*.

ECR minuciosa sua classificação, afirmando que as proposições subordinadas podem ser de primeira ordem (também chamadas por alguns de circunstanciais) ou de segunda ordem, que se subdividem em incidentes e integrantes ou completivas.

As incidentes distribuem-se em: ampliativas (*Deus, **que é onipotente**, é infinitamente bom e justo*, em que **que é onipotente** consiste numa oração subordinada incidente ampliativa) e explicativas restritivas ou determinativas (*O homem **que é justo** respeita os direitos ...*).

Dada sua função de adjetivo, essas orações (ou proposições, sentenças ou cláusulas) denominam-se adjetivas.

As integrantes ou completivas, por sua vez, subdividem-se em integrantes simples (*Não sei se **Francisco** chegou da Europa.*) e integrantes comparativas ou correlatas, sendo as primeiras também chamadas substantivas em virtude de sua função de substantivo, ao passo que as segundas (*Tal mulher me sejas tu, **qual** te eu sou marido.* [Ferreira]) constituem as sentenças ou cláusulas adverbiais.

As orações integrantes simples são diretas ou indiretas: as primeiras consistem em orações ou proposições absolutas devido a seu sentido independente (*Aristóteles costumava dizer a seus amigos: **meus amigos, não há amigos.***); as últimas são diferentes: *Desejo que sejas feliz em tua viagem.*

Nosso gramático também observa as espécies de proposições que intercalam e (p. 397) “encravam noutras mais extensas, que lhes servem de complementos, como *integrantes diretas* que são”. Trata-se das *principais intercaladas*, de que *diz ele, disse ele, murmurou ele* são exemplos. Alguns ainda as chamam *absolutas* e outros, *parassintéticas*.

ECR destaca que as proposições ou orações constituídas de participio do presente constituem orações subordinadas de primeira ordem (como *Entrando o inverno,*

recolheram-se todos aos seus quartéis.), compreendendo uma circunstância de “modo, causa, concessão, tempo, condição” (p. 397). Apresentando função de advérbio, são, portanto, adverbiais.

O mestre refere ainda que (p. 398) “Os *participios passados* também formam às vezes *proposições subordinadas* de PRIMEIRA ORDEM”, subordinadas essas que, em relação à oração principal, funcionam como advérbios, sendo por isso subordinadas adverbiais ou, segundo alguns, *proposições* ou *orações participiais* ou *cláusulas adverbiais*. Vejamos um exemplo: *Dissolvida a câmara, tornaram os deputados a seus diferentes estados.*

ECR explica também que “As *proposições* ou *sentenças* formadas pelo *infinitivo*, chamadas *integrantes* ou *compelativas*, ou, como as denominam outros, *infinitivas*, para as distinguir de outras integrantes enunciadas por outro modo verbal pertencem às *secundárias* ou *subordinadas de segunda ordem*” (p. 399). Acrescenta que as participiais e infinitivas ligam-se, em geral, à oração principal sem conjunção, podendo, todavia, uma preposição ou locução prepositiva servir de conectivo entre a proposição principal e a infinitiva que a completa: *Trabalham para comer.* No entanto (p. 399):

Todas as outras *proposições secundárias* começam sempre por uma *conjunção de subordinação*, clara ou oculta, por um *adjetivo* ou *advérbio conjuntivo*, por uma *fórmula conjuntiva* ou por um elemento qualquer subordinativo.

O autor sustenta igualmente que, no que tange à completa independência de uma proposição em relação a outra, ela é denominada absoluta. Será relativa, quando tiver com outra proposição uma relação qualquer, “seja de coordenação, seja de subordinação” (p. 400). Logo, *Deus é eterno*, é exemplo de proposição absoluta, ao passo que, em outros casos, serão relativas não só a oração principal e as subordinadas, mas também as coordenadas que se ligam.

Nosso gramático ensina ainda, no que respeita à forma, que a proposição classifica-se em (p. 400):

- *plena*, “quando se lhe não omite nenhuma das partes: *O sol é brilhante.*”;
- *elíptica*, “se lhe falta alguma dessas partes: *Venho da Bahia.*” ou

- *implícita*, “quando em si contém o *sujeito*, o *verbo* e o *predicado* ou *atributo*, completo ou incompleto, sendo todos esses elementos reunidos numa só expressão, que desaparece totalmente ou em parte, reduzida a *implícita* uma proposição *plena*: *Carlos como que adivinha*”.

No tocante ao sentido, ECR classifica a proposição em: positiva ou assertiva, negativa, interrogativa, exclamativa, imprecativa, optativa ou imperativa, enquanto Alfredo Gomes (*op. cit.*) apresenta uma proposta quase idêntica, considerando que a oração pode ser enunciativa, interrogativa, optativa, imperativa ou exclamativa.

No final do capítulo em pauta, o autor conceitua *frase* (p. 401) como “um conjunto de palavras ou de proposições que formam um sentido completo”, definição que em parte destoa da de Júlio Ribeiro (*op. cit.*, p. 221), presente em sua *Grammatica portugueza*: “Frase é a combinação de palavras coordenadas entre si, mas sem formar sentido perfeito”. Outra vez, reiteramos que a conceituação dos termos gramaticais não era uniforme entre os gramáticos do período.

Para ECR, a frase pode ser constituída por uma proposição simples, por uma proposição composta ou por uma proposição complexa, ao passo que período, rigorosamente, é “a enunciação de um sentido completo e acabado, por meio de uma reunião de *proposições*, que, não sendo partes integrantes umas das outras, se ligam, todavia, de tal modo entre si, que umas supõem as outras para a plenitude do sentido total” (p. 402). E acrescenta: “Em sentido menos rigoroso, toma-se o vocábulo *período* na mesma acepção que ligamos aqui ao termo *frase*, isto é, no mesmo sentido que lhe atribuem os gramáticos franceses”.

Nosso gramático ainda propõe uma classificação do período no tocante ao número de membros, estabelecendo que (p. 402):

As proposições que em um período fazem um sentido parcial, mas não são partes integrantes umas das outras, denominam-se *membros do período*.
O membro do período é constituído por uma só ou por mais de uma *proposição*, que se liguem entre si por elementos coordenativos ou subordinativos.

Assim, o período constante de dois membros é *bimembre* (a); o de três, *trimembre* (b); o de quatro, *quadrado* ou *quadrimembre* (c), sendo chamado *pensamento periódico* o período de mais de quatro membros (d). São exemplos:

- (a) *Padecer por força é fraqueza; não desmaiar nos trabalhos, necessidade.* (Vieira)
- (b) *Os dias soma-os a vida, diminui-os a morte e multiplica-os a ressurreição.* (Vieira)
- (c) *Os mares pareciam naquela hora recordar-se ainda do rugido harmonioso do estio, e a vaga arqueava-se, rolava e, espreguiçando-se pela praia, refletia a espaços nas golfadas de espuma a luz indecisa dos céus.* (Alexandre Herculano)
- (d) *Mas quando as águas do céu começavam nos fins do outono a fustigar as faces pálidas dos cabeços, a ossada nua das serras e a unir-se em torrentes pelas gargantas e vales, ou quando o sol vivo e o ar tépido de um dia formoso derretiam as orlas de neve, que pousava eterna nos picos inacessíveis das montanhas ...* (Alexandre Herculano)

Ensina que um período apresenta a ordem análoga ou direta, quando a oração principal vem em primeiro lugar. A posição contrária constitui a ordem inversa ou transpositiva.

A respeito da questão da ordem e colocação das proposições no período, Molina (*op. cit.*, p. 505) aponta o fato de tal preocupação estar diretamente ligada ao “papel da gramática e do professor de língua portuguesa naquela época (e ainda hoje), ou seja, o de ensinar a escrever de acordo com a norma culta”.

Por fim, ECR salienta que a oração principal é a que contém o sentido capital do período, sendo que nela ou numa oração absoluta jamais haverá conjunção subordinativa, mas pode ocorrer uma coordenativa.

4.2.2.2 - Complementos

Prisciano foi o pioneiro no que respeita à menção das palavras retoras, remontando o uso do termo *regime* (ou complemento) e a abrangência desse estudo à Idade Média e, depois, ao

Renascimento. Conforme Molina (*op. cit.*, p. 459), apesar da referência ao termo e da noção de regência presentes em tais obras, foi em Port-Royal que a complementaridade atingiu o apogeu. De acordo com Kristeva (1969, p. 197):

Os quadros do raciocínio lingüístico alargam-se primeiro para além dos termos para encontrarem a proposição; depois os segmentos analisados tornam-se maiores do que a simples proposição, e a análise ocupa-se das relações interfrásticas; por fim a noção de *complementaridade* dos termos parece acrescentar-se à de *subordinação*, de tal modo que a linguagem já não é uma ‘oratio’ (...) mas um sistema cujo núcleo principal é a proposição subentendida pela afirmação de um juízo.

ECR abre este capítulo conceituando *complemento* como “toda palavra que se ajunta a outra para lhe completar o sentido” (p. 405). O complemento pode ser:

- *direto* ou *mediato* (ou *objeto direto*, segundo a terminologia dos gramáticos ingleses) ou
- *indireto* ou *mediato* (ou *objeto indireto*).

O primeiro é complemento de verbos transitivos diretos e aparece, em geral, sem preposição, enquanto o segundo complementa verbos transitivos indiretos, sempre por meio de uma preposição.

Em seguida, o autor afirma que o complemento indireto também se faz presente em exemplos como (p. 406) *afeito ao trabalho, dócil às admoestações, rico de ouro*, onde fica claro que o conceito do gramático encampa o que hoje classificamos como *complemento nominal*. Em outras palavras: o complemento indireto pode igualmente ser complemento de um nome.

Observamos também que, em sua explanação sobre o dito complemento, ECR cita construções como *venho de casa, veio de longe*, acrescentando que (p. 407):

Quando o *complemento indireto* exprime uma circunstância de *lugar, tempo, meio, causa, modo, matéria, instrumento, quantidade, companhia, exclusão, preço* ou *estimação, fim, excesso, oposição, substituição*, é geralmente denominado CIRCUNSTANCIAL.

Hoje, o complemento circunstancial é chamado adjunto adverbial, denominação conforme a NGB.

Na seqüência, o autor apresenta o aposto, afirmando que (p. 407): “APOSTO é qualquer palavra que, colocada imediatamente depois de outra, exprime com esta uma só e mesma pessoa ou coisa”.

Sempre se reportando aos gramáticos ingleses (como os mencionados Mason e Bain), informa que estes o chamam *adjunto atributivo*. Observa ainda que o aposto pode se desdobrar numa *incidente ampliativa* ou *sentença adjetiva*.

Após citar o *compelativo* (ou *fórmula vocativa*), equivalente ao vocativo dos dias atuais, expõe o *complemento direto superposto* ou *atributo do complemento*, esclarecendo que este ocorre com verbos que pedem dois complementos diretos. Entre tais verbos figuram, por exemplo, *chamar, eleger, julgar*. Assim, em *tornou-o seu servo*, “o” seria complemento ou regime direto e “seu servo”, complemento direto superposto ou atributo do complemento, correspondente ao atual predicativo do objeto.

ECR prossegue (p. 408):

Nos verbos *pronominais* em que o pronome que os acompanha representa o papel de *complemento direto*, pode este ser igualmente seguido de um *complemento direto superposto*: *Eu me julguei FELIZ; eles se julgaram PERDIDOS*.

Pereira (*op. cit.*) também levanta essa questão, chamando o termo que acompanha o objeto direto de tais verbos *atributo do objeto*.

ECR acrescenta que, em alguns casos, o atributo do complemento direto superposto pode vir precedido das preposições *de, por, em, a*, do advérbio *como* ou de uma locução adverbial ou prepositiva, como em *tachar a medicina* DE FALÍVEL.

Apresenta, depois, o *atributo superposto* ou *secundário*, que aparece junto a (p. 409) “alguns verbos concretos intransitivos, que, afora o *atributo* que implicam e encerram, têm

mais um *atributo* extrínseco, sendo neste particular semelhantes ao *verbo abstrato* SER”. A lista de exemplos do autor inclui verbos como *ficar, estar, parecer, dormir, acordar, nascer*, alguns dos quais hoje denominamos verbos de ligação.

Nesse ponto, o autor refere Mason, entre outros, os quais denominam o citado atributo *complemento subjetivo* “por analogia ao *complemento direto superposto* ou *atributo do complemento*, a que chamam COMPLEMENTO OBJETIVO” (p. 410) .

4.2.2.3 – Adjuntos

No que tange aos adjuntos, ECR declara (p. 410):

Chama-se *adjunto*, segundo a terminologia das gramáticas inglesas, uma palavra ou um certo número de palavras que se ajuntam a outra para a definir, limitar ou qualificar.

Tal como Mason (*op. cit.*), divide os adjuntos em: *atributivos* (varão *ilustre*) ou *adverbiais* (pobre *de virtudes*) e acrescenta que também um aposto pode funcionar como adjunto atributivo do substantivo que explica: Camões, *autor dos Lusíadas*.

Fala dos *adjuntos adverbiais*, que, além de poderem acompanhar adjetivos (como no exemplo supracitado), são (p. 411):

todos os *advérbios, locuções adverbiadas* ou modos de dizer, empregados como tais, que modificam os verbos a que se ajuntam, como se nota nos seguintes modos de dizer: morreu *de fome*; canta *bem*; olhou-me *de soslaio*; ...
São ainda chamados *adjuntos adverbiais* os *advérbios*, quando modificam outros *advérbios* ou *locuções adverbiadas* com que concorrem: *muito cedo, bem devagar, tão* sem medida, ...

Observamos que ECR, como já apresentado, classifica exemplos como *afeito ao trabalho, dócil às admoestações* como complementos indiretos e *pobre de virtudes*, como adjunto adverbial, quando, atualmente, teríamos todos esses casos na conta de complementos nominais. Provável e eventualmente, essa dupla classificação confundia os alunos.

4.2.2.4 – Sistemas de análise

Este capítulo ECR reserva para a análise lógica, que é “a decomposição da *proposição* em seus elementos lógicos ou essenciais” (p. 412), de oito períodos, decompondo cada item, respectivamente, conforme o modelo francês (verbo à parte do predicado) e o inglês (verbo incluso no predicado). Eis um exemplo:

A mentira é detestável.

Sistema francês

Proposição absoluta ou independente.

Sujeito – *a mentira (simples e incomplexo)*; verbo ou cópula – *é*; atributo ou predicado – *detestável (simples e incomplexo)*.

Sistema inglês

Sentença simples.

Sujeito – *a mentira (simples e acompanhado do seu adjunto atributivo – a)*; predicado – *é detestável (simples e complexo)*.

4.2.2.5 – *Concordância*

Neste capítulo, o autor reitera o fato de a sintaxe compreender dois tipos de relações gerais: as de identidade são o fundamento da sintaxe de concordância, ao passo que as de determinação, diferença, dependência ou regime constituem a base da sintaxe de regência.

Como já afirmamos anteriormente, uma vez que tais relações envolvem palavras ou partes da proposição, temos, no primeiro caso, sintaxe das palavras e, no segundo, sintaxe das proposições.

Cabe aqui a referência de Molina (*op. cit.*, p. 473), apoiada em Swiggers (1990), em relação ao fato de a noção de concordância e regência repousar sobre a teoria dos autores das gramáticas especulativas da Idade Média, “para quem um dos objetivos da gramática é explicar a *combinação* correta das palavras numa frase de sentido completo, reconhecendo como mecanismos essenciais para tal a *concordância* e o *regime*”.

Posteriormente, os gramáticos de Port-Royal (1992, p. 229) anunciariam:

Todas as palavras de uma língua são outros tantos sinais de idéias e compõem o vocabulário (...) mas como não é suficiente que as idéias tenham seus signos, uma vez que não se consideram as palavras isoladas (...) é indispensável relacioná-las para formar com isso os raciocínios; imaginaram-se meios de assinalar-lhes as diferentes relações, é isso que fazem a sintaxe e as regras de construção mútua das palavras.

Nessa linha de pensamento, ECR define concordância (p. 417):

Chama-se CONCORDÂNCIA a correlação que há entre as palavras ou termos da *proposição*, entre as *proposições coordenadas, principais* ou não, e entre as várias frases ou membros de um *período*.

Em seguida esclarece que a concordância é *regular* (p. 418) “quando as partes concordantes correspondem às concordadas, sem ser necessário recorrer a suplemento algum; caso contrário, é a concordância IRREGULAR”.

Ao abordar as relações entre as palavras, vale-se da classificação conforme os gramáticos ingleses, precisamente do modelo de Mason (*op. cit.*, p. 140) que compreende:

1. The predicative relation. 2. The attributive relation. 3. The objective relation. 4. The adverbial relation.⁵

Dessa forma, ECR expõe as quatro classes de relações (das palavras): RELAÇÃO PREDICATIVA – a existente entre o predicado de uma proposição e seu sujeito (como em *Pedro é virtuoso*), RELAÇÃO ATRIBUTIVA – a compreendida entre um adjetivo (ou equivalente) e o substantivo ou pronome (como em *um poeta de grande inspiração*), RELAÇÃO ADVERBIAL – (p. 418) “a que subsiste entre o *advérbio* ou qualquer expressão que tenha o mesmo valor significativo e o elemento da sentença por ela modificado” (como *proceder com modéstia, falar baixo*) e RELAÇÃO OBJETIVA – a que liga o objeto direto ou indireto ao verbo ou particípio que o exige (como em *Emílio venera a velhice*). Trata-se da proposta também seguida por Pacheco da Silva e Lameira de Andrade e, em parte, por João Ribeiro.

⁵ 1. A relação predicativa. 2. A relação atributiva. 3. A relação objetiva. 4. A relação adverbial.

Afirma que a semelhança entre as línguas reside mais no que respeita à sintaxe de concordância que à de determinação ou regime.

A – Concordância do adjetivo

O autor inicia esta parte, aduzindo que (p. 419):

O adjetivo concorda em gênero e número com o substantivo a que se refere: Um homem virtuoso, uma mulher virtuosa, mulheres virtuosas.

Seguem-se dezenove regras, acompanhadas de exemplos de autores consagrados como Alexandre Herculano, Padre Antônio Vieira, Latino Coelho e outros.

Refere, pela segunda vez, a questão de *meio*, que, empregado como advérbio, torna-se, portanto, invariável. ECR menciona, porém, bons escritores que o flexionam.

Chamam-nos também a atenção os (assim classificados) adjetivos *salvo, exceto, mediante, conforme, consoante, passante* mais a expressão *não obstante*, que, de acordo com o autor, às vezes são usados como preposições acidentais, sendo, nesse caso, invariáveis.

É igualmente notável esta reflexão (p. 426):

Alguns adjetivos há que, colocados antes ou depois dos nomes que modificam, lhes alteram de modo notável a significação. Assim é que as locuções gentil homem, pobre homem, verdadeiro homem, bom homem, certo homem, um só homem, não têm o mesmo sentido que est'outras: homem gentil, homem pobre, homem verdadeiro, homem bom, homem certo, um homem só.

Tal fato não escapara à observação de Augusto Freire da Silva, em sua *Grammatica portugueza*, obra de orientação filosófica (1894, p. 308):

O adjetivo qualificativo pode estar antes ou depois do substantivo. Casos há porém em que os restritivos colocados antes, têm uma significação; e, colocados depois, outra (...): homem bom, que vive honradamente; bom homem, de boa índole.

B – Concordância do verbo

À regra geral “O verbo concorda com o sujeito a que se refere em número e pessoa: *Amo, brincas, dança, amamos, brincais, dançam*” (p. 428) seguem-se trinta e seis regras, entre as quais figura o caso do verbo *haver*. A respeito deste o autor ensina (p. 442-3):

É muito comum em nossa língua o emprego do verbo HAVER, na terceira pessoa do singular, com um sujeito elíptico e complemento sempre claro: *HÁ pessoas muito ilustradas, HÁ livros muito úteis; HÁ homens muito malvados; (...)* O verbo *haver*, em tais casos, sempre se põe no singular, subentendendo-se-lhe para sujeito um substantivo adaptado ao sentido. As frases *há pessoas, há livros, havia frutos* querem dizer o seguinte: *o mundo, a sociedade, a humanidade há, isto é, tem livros; a quinta, a fazenda, a herdade, o pomar, a chácara havia, isto é, tinha etc.*

Esse ponto remete-nos, outra vez, a um traço da gramática filosófica, com sua teoria das elipses e critérios logicistas, seguidos, entre outros, por Moraes Silva (1959, p. 40), o qual defendia que:

Há homem é uma sentença elíptica, com sujeito do singular, i.é, *o mundo, a espécie humana* tem homens: “*nesta terra há boas frutas*”, i.é, a espécie das frutas (*há*) tem, contém: “em mim *há dois eus*”, i.é, o meu indivíduo sujeito, suposto contém dois eus.

ECR também explana a locução *haja vista*, flexionada por uns, não flexionada por outros. Opondo-se a Cândido de Figueiredo (1953), que considera sujeito de *haja vista* aquilo que aparece à direita da expressão, ECR afirma que (p. 446):

A nós parece-nos que a sintaxe usada por A. Castilho, Filinto e Camilo, e em que figura de complemento indireto o vocábulo que vem depois da aludida expressão *haja vista*, é preferível, atento o sentido que se liga a esse conhecido modo de dizer e a explicação natural da elipse que o resume.

Em seguida, o autor discorre sobre o emprego dos modos verbais e a correspondência dos tempos, o que reflete a importância dada a essa classe gramatical.

4.2.2.6 - Emprego do substantivo, do pronome, do artigo indicativo e de alguns outros determinativos

Na introdução desta parte, ECR apresenta o tópico de que tratará e, ao se referir ao pronome *se*, reforça que aduzirá (p. 464):

copiosos exemplos do modo como sempre empregaram esse elemento gramatical os nossos melhores escritores antigos, e ainda o empregam hoje os zeladores do bom dizer.

Isso evidencia sua posição conservadora e tradicionalista bem como o tom prescritivo da obra.

Quanto ao emprego do substantivo, afirma que este pode ser sujeito, atributo, complemento direto (ou objeto direto), complemento indireto (ou objeto indireto), aposto (que pode se transformar numa *proposição incidente ampliativa*) ou apelativo (ou fórmula vocativa), classificação semelhante à de Maximino Maciel (*op. cit.*, p. 293), que atribui ao substantivo os seguintes papéis: sujeito, objeto direto, objeto indireto, adjunto predicativo, adjunto atributivo, adjunto adverbial, aposto ou vocativo. Alfredo Gomes (*op. cit.*, p. 290), por sua vez, só aponta as funções de sujeito e objeto.

No tocante ao emprego do pronome, ECR discorre sobre o uso dos pronomes pessoais do caso reto e do caso oblíquo, sobre o uso de *você* em vez de *tu* no âmbito familiar e sobre o chamado plural majestático. A respeito do último diz ele (p. 470):

Por eufemismo emprega-se muitas vezes o pronome *nós* por *eu* na sintaxe de concordância. Assim é que um escritor, para evitar uma individualidade presunçosa, diz: *Fazemos estas considerações; oferecemos este trabalho ao público; não nos parece admissível*, em vez de *faço, ofereço, não me parece*.

4.2.2.7 - Pronome *se*

Tão controversa foi a questão relativa ao pronome *se* à época, que ECR, em sua gramática, reserva ao assunto um capítulo de vinte e uma páginas, começando por conceituar *se* como variante oblíqua do pronome da terceira pessoa, derivado do latim *sui, sibi, se*.

Em seguida, o autor afirma a inadequação de construções como “Nomeou-se duas comissões”, defendida por gramáticos que, nesse caso, atribuem ao pronome a função de sujeito, vendo em *se* o equivalente à forma *on* do francês. Para ECR, trata-se de uma falsa analogia, visto que, defende ele, *on* é um substantivo indefinito, sem correspondência no

português. Acrescenta que *on* deriva do latim *homo, hominis* e que no português arcaico tivemos, semelhantemente ao francês, *hom* e *homem*, os quais, com o tempo, caíram em desuso. *On*, ensina ECR, pode ser traduzido por “a gente, alguém, todos, qualquer, uma pessoa, ...”. Ligado ao comparativismo, reporta-se ao inglês, mostrando que essa língua, ao lado de formas como *one, we, you, they*, equivalentes a *on*, também tem a voz passiva (como em *it is believed, it is said, ...*). Acrescenta ainda que o *si* italiano, equivalente a nosso *se*, jamais é considerado sujeito.

Para ECR, a equivalência entre *se* e *on* se dá do ponto de vista do sentido, mas não no plano sintático, esclarecendo que, por exemplo, em *Existem homens* e *Há homens*, apesar da identidade de significado, a função sintática do termo *homens* é diversa em um e outro caso.

Também João Ribeiro (*op. cit.*, p. 220) faz a seguinte reflexão:

Por influência da língua francesa, pela analogia ideológica que existe entre *on dit* e *diz-se*, o modismo francês introduziu-se na língua, e há escritores que empregam a sintaxe: *Diz-se coisas* (*Dizem-se coisas*). Os defensores d’esse galicismo sintático procuram explicar a dificuldade considerando como sujeito o pronome *se*.

Mais adiante, ECR reforça minuciosa e didaticamente, em seis passos, as razões por que *se* e *on* não são equivalentes:

- 1) *On* (substantivo indefinito) provém do latim *homo, hominis*, ao passo que *se* deriva de um pronome reflexo;
- 2) *on* pede o verbo sempre no singular e é sempre sujeito, enquanto *se* pode vir acompanhado de verbo no plural e, mesmo para os que lhe reputam o papel de sujeito, nem sempre ele o é: *se* pode ser complemento ou regime do verbo;
- 3) *on*, se bem que essencialmente do número singular, pode estar relacionado com um substantivo ou adjetivo do plural, não ocorrendo o mesmo com o *se*. Do contrário, tem-se um solecismo;

- 4) *on* é sempre sujeito, ao passo que *se*, numa frase com verbo pronominado, formaria uma construção ininteligível. Exemplo: *Se conta-se*. (*Se* sujeito? Como?);
- 5) *on* pode iniciar frases; *se* (pronome átono), jamais (esse dado deixa clara a referência de ECR à linguagem culta e escrita);
- 6) também o francês constrói a forma passiva recorrendo ao verbo “ser” acrescido do particípio passado do verbo apassivado ou usa o verbo em pauta seguido de *se*, sem que *se* seja classificado como sujeito.

Na mesma linha de nosso autor, além das considerações supramencionadas, A. F. da Silva (*op. cit.*, p. 308) sustentara que:

Sendo o sujeito a idéia principal do juízo, o termo que a representa é inteiramente independente do verbo; o que não se dá com *se* que, a elle posposto, se lhe liga pelo hyphen, como termo rigorosamente dependente d'elle.

Posteriormente, já no século XX, também Said Ali (1966) discordaria da associação entre *se* e *on*, argumentando que o povo não sabe francês, ou seja, como poderiam os falantes aqui dizer, por exemplo, *Aluga-se[e não alugam-se] carros*, influenciados pelo francês, desconhecendo esse idioma? Para Said Ali, estaríamos apenas diante de uma construção popular.

Segundo ECR, proposições como *Nomearam-se duas comissões* têm sentido passivo, podendo essa construção ser vertida para *Duas comissões foram nomeadas*, tese igualmente defendida por Pereira (*op. cit.*), que salienta que a não-flexão do verbo, nesse caso, levaria a um solecismo. Para ambos os autores, *se* seria uma partícula apassivadora e o sujeito, paciente.

Hodiernamente, Bechara (1999) defende uma posição similar, ensinando que, por exemplo, em *Alugam-se casas*, o verbo deve ficar no plural para concordar com o sujeito (paciente) *casas*.

Said Ali (*op. cit.*, p. 91), ao contrário, a esse respeito, declararia:

Forma com o pronome *se* é cousa diferente de forma passiva. A idéia do apassivamento por meio desse pronome é, além disso, uma interpretação contra a qual protesta a prática de todos os dias: as duas formas não se substituem a bel-prazer. (...) Como se devem analisar estas orações de português castiço: *compra-se o palácio, morre-se de fome?* De certo não posso admitir como sujeito da primeira frase *o palácio*, quando na segunda brigaria com a gramática o sujeito *de fome*, (...)

Como podemos observar, as construções que os autores (com exceção de Said Ali) consideram passivas envolvem todas verbos transitivos diretos, único caso em que é possível verter a voz passiva sintética para a analítica como em (exemplo já citado) *Nomearam-se duas comissões* e *Dois comissões foram nomeadas*, orientação válida até os dias atuais. No entanto, também esse ponto Said Ali contesta, lembrando que muitas vezes tal correspondência é precária: imaginem-se, propõe ele, uma placa com os dizeres *Aluga-se esta casa* e outra com *Esta casa é alugada*. As duas frases significariam coisas diferentes.

Com relação a casos como *morre-se, dança-se, canta-se, vive-se*, entre outros, novamente ECR critica os que vêem *se* como sujeito além da impossibilidade de apassivamento de verbos intransitivos. De acordo com nosso autor, no latim, tais verbos intransitivos (ou neutros) eram apassivados. Assim, semelhantemente a Pereira (*op. cit.*), ECR entende os verbos das mencionadas construções como verbos de sentido impessoal de forma comum aos reflexos e passivos, sendo o sujeito das proposições indeterminado.

Maximino Maciel (*op. cit.*, p. 304) é de opinião divergente, afirmando que

... já tínhamos sentido necessidade de admitir o *se* como sujeito, pois, tendo a língua a sua individualidade sintática, não importa que o *se* provenha de *sui, sibi, se* que não possui nominativo, adaptado à função de sujeito.

Se assim fosse, então jamais poderiam servir de sujeitos as palavras que se derivam diretamente do *acusativo*, ex.: *homem, nuvem, ordem, alguém* e todos os plurais em que o *s* representa o expoente do acusativo.

Não o admitindo como sujeito, seremos obrigados a recorrer a subterfúgios para explicarmos muitas frases, tais como: *vive-se, vai-se, precisa-se de, trata-se de*, etc.

(...) Além disso, todas as línguas têm um pronome monossilábico, de função subjetiva para exprimir o sujeito indeterminado. [grifo nosso]
Assim é que no francês existe o pronome *on*, no inglês *one*, no alemão *man*.

ECR expõe, da seguinte maneira os vários empregos de *se*, os quais lhe modificam a idéia reflexa original. Assim, *se*

- (a) serve para formar os verbos pronominais ditos recíprocos e reflexivos, funcionando, nesses casos, como complemento direto ou indireto. Vejamos este exemplo: *Os dois irmãos amam-se e estimam-se*.

Nos dias atuais, quanto aos verbos assim empregados, cabe a seguinte reflexão de Bechara (*op. cit.*, p. 176), que analisa o caso de “amar-se”:

O significado do verbo amar e a nossa experiência do mundo que, em geral, tratando de duas pessoas, supõem o amor de alguém A dirigido a outro alguém B, permitem-nos dar outra acepção, contextual, ao originário significado unitário de ‘reflexividade’; acreditamos que a oração quer expressar que ‘João ama Maria’ e que ‘Maria ama ao João’. Então não mais se trata de ‘reflexividade pura’, mas de ‘reflexividade recíproca’.

- (b) Serve para os verbos pronominais passivos ou médio-passivos, pessoais ou impessoais, sendo o pronome, nesse caso, parte inseparável dos verbos. Exemplo: *Ali se vendem e alugam as casas*.
- (c) Junto a verbos intransitivos e alguns transitivos indiretos, *se* indica espontaneidade da ação expressa pelo verbo. Exemplo: *Lá se ficou o menino a brincar na campina*.
- (d) Pode ser meramente expletivo ou enfático, para tornar a frase mais harmoniosa. Exemplo: *Passam-se os anos*, ponto em relação ao qual a opinião de Maximino Maciel (*op. cit.*, p. 305) é convergente: o mestre sergipano adota a denominação partícula expletiva, considerando seu uso facultativo.
- (e) *Se* nunca pode ser sujeito.

Destacamos ainda alguns entre os inúmeros exemplos arrolados por ECR e sua respectiva análise. São eles:

Os ídolos querem-se honrados. (verbo reflexivo)

Roma não se fez em um dia. (voz passiva)

A Deus não se mente. (verbo empregado impessoalmente sob a forma comum aos reflexos e passivos, constituindo pronome e verbo uma expressão indivisível)

Por tudo isto se admira a Vieira; a Bernardes admira-se e ama-se. (A. Castilho) [verbos empregados impessoal e indeterminadamente; a Vieira, a Bernardes – objetos indiretos]

Nosso gramático, ao final de sua exposição, ancora-se nesta reflexão de Adolfo Coelho (p. 502-3):

Além de conservar o processo indicado para exprimir a passividade, o português renova (a conexão histórica não é admissível, mas a lógica é evidente) o processo do latim e do eslavo para a formação de um médio passivo, isto é, o emprego do reflexo *se*; mas em nossa língua, como nas congêneres, esse emprego fica restrito à terceira pessoa. Nas proposições como *vende-se uma casa, compram-se livros velhos* etc., os verbos construídos com *se* como *vende-se, compram-se* exprimem tão bem a passividade, como as formas latinas *venditur, emuntur*. O princípio é exatamente o mesmo. A gramática comparativa dá-nos aqui a explicação de um emprego que a gramática ordinária, não podendo compreender, se vê obrigada a justificar com a autoridade dos bons escritores da língua.

A língua tem perdido muito a consciência do caráter de passividade dessas construções: daí vem o emprego do verbo no singular com o sujeito no plural (*sabe-se notícias, conta-se casos, etc.*, por *sabem-se notícias, contam-se casos*), tão freqüente no falar usual e na linguagem descuidada das folhas periódicas. Nessas frases incorretas *se* adquire quase a função de um indefinido, empregado como sujeito da proposição, e corresponde aparentemente ao francês *on*. É assim que as línguas se alteram e que as monstruosidades (o nome convém à coisa) nascem nelas do esquecimento da função primitiva de seus elementos.

4.2.2.8 - Sintaxe das palavras invariáveis

Preposições – De início, o autor observa que as preposições *a* e *de* são as de uso mais corrente na língua, o que inclui sua presença também na composição das locuções adverbiais e prepositivas, como *à toa, a preço de, a par de, de mãos dadas, de medo...*

Chama igualmente a atenção para o caso de *com* e *sem*, esclarecendo que, se o complemento for o mesmo, este pode ser omitido depois de *com*. Assim: *com ou sem razão*. Também se pode dizer: *com razão ou sem ela*.

ECR ensina ainda que “estar + a + verbo no infinitivo” indica um futuro próximo ou presente continuativo, sendo que, no primeiro caso, *a* pode ser substituído por *para*, com idéia de futuro próximo, ao passo que, trocando a preposição com o infinitivo pelo particípio presente, teremos, por exemplo, *O menino está lendo*. No entanto, numa construção como *está por fazer*, a idéia é de futuro próximo.

Conjunções – Novamente, o autor se reporta às relações, de coordenação ou subordinação, existentes entre as orações, sendo o primeiro grupo ligado pelas conjunções coordenativas ou de simples ligação e as outras, pelas conjunções de subordinação.

Quanto à conjunção *e*, destaca o estilo bíblico e poético, fenômeno que pode ser observado com frequência na Bíblia. ECR ilustra o fato com esta passagem (p. 508):

E estando Jesus olhando, viu os ricos que lançavam suas oferendas no gasofilácio. E viu também a pobrezinha viúva, que lançava duas pequenas moedas. E disse: na verdade vos digo que esta pobre viúva lançou mais que todos os outros. Porque todos esses fizeram a Deus ofertas daquilo que tinham em abundância; mas ela deu tudo o que lhe restava para seu sustento. (Evangelho de São Lucas. Cap. 21:1-4)

Advérbios – A princípio, o autor destaca que nem sempre *não* denota negação (*Quando tantos deleites há na terra, que não será no céu!* – Antônio Castilho), acrescentando que a expressão da negação pode ser reforçada pela presença de outro *não* ou outra palavra negativa. Assim: *Não quero não, não disse nada*.

Apoiado em F. Diez, afirma que o emprego da negação (p. 510) “é dos pontos em que a sintaxe das línguas românicas mais se distancia dos princípios da gramática latina”.

A despeito da, à época, pretendida valorização da variante brasileira do português (sem contar os que, com base na teoria evolucionista, viam o português do Brasil como superior ao de Portugal, já que se trataria de um estágio adiantado da variante europeia), estes parágrafos de ECR deixam clara sua subserviência ao português europeu e à tradição (p. 516):

Com respeito ao advérbio *mais* uso é vulgar entre os escritores brasileiros dar-lhe às vezes o valor significativo do advérbio *já*, em certas frases negativas, onde intervém como elemento de reforço. Assim que se diz: *O doente não fala mais, não se move mais; não resido mais naquele sítio*; em vez de *o doente já não fala, já não se move; já não resido naquele sítio*.

Esse emprego do advérbio *mais*, corrente no Brasil, não traz o selo dos escritores portugueses de renome, que em tais modos de dizer o substituem pelo advérbio português *já*.

Por último, o autor fala de locuções adverbiais compostas e de advérbios que ou funcionam como conjunções ou, acrescidos de *que*, tornam-se locuções conjuntivas.

4.2.2.9 - Regência

O autor explica que regência (p. 516) “outra coisa não é que a dependência das várias partes da proposição, cujo sentido é determinado por uma delas, por meio de adjetivos, advérbios, verbos e preposições”.

Em seguida, afirma que (p. 517):

Todas estas relações de dependência são indicadas pelos complementos *direto* e *indireto* e pelas conjunções de subordinação, sinais da dependência das proposições subordinadas relativamente às que as regem.

Depois, discorre sobre os complementos (direto e indireto) que complementam os verbos transitivos bem como sobre os complementos de substantivos, adjetivos e advérbios.

4.2.2.10 – Pontuação

Inicialmente, o autor apresenta o conceito, declarando (p. 532):

PONTUAÇÃO é a arte de indicar por meio de certos sinais convencionais a proporção das pausas que faz quem fala ou lê.

ECR, referindo-se à *Encyclopédie*, vê na pontuação (p. 532) “as notas musicais do discurso”.

Menciona ainda a dificuldade de São Jerônimo para traduzir a Bíblia, cujo original hebraico não apresentava pontuação, e salienta que esta tem por fim a clareza da linguagem.

Apresenta igualmente esta citação (p. 533) do abade Girard, um enciclopedista, para quem (*Encyclopédie*, sem indicação da página):

Verdade é que relativamente à pureza da linguagem, à beleza da expressão, à delicadeza e solidez dos pensamentos é de pouca valia a pontuação... Mas alivia e conduz o leitor indicar-lhe os lugares onde é mister repousar para colher fôlego e que tempo deve respirar.

Por fim, fala nos dois princípios que dominam o emprego da pontuação: “a necessidade fisiológica de respirar e a distinção dos sentidos parciais ou totais, sua ligação, relação íntima, concatenação e clareza” (p. 544).

Também Augusto Freire da Silva (*op. cit.*, p. 460) chamou a atenção para a importância da pontuação no que concerne à clareza da linguagem, mostrando a diferença de sentido que a presença (ou não) de um sinal pode proporcionar. Vejamos este exemplo do autor apresentado com duas diferentes pontuações:

Ele violou todas as leis; para conseguir seus desígnios, nem sequer respeitou o pudor das senhoras.
Ele violou todas as leis, para conseguir seus desígnios; nem sequer respeitou o pudor das senhoras.

4.2.2.11 - Alterações sintáticas

Em virtude da concepção naturalista de língua, isto é, a visão da língua como organismo vivo, o autor levanta, nesta parte, casos de alterações sintáticas do português. Dentro do

contexto histórico-comparativo, a evolução da língua, seu caráter mutável eram caros aos gramáticos. Assim, ECR declara (p. 544):

No caminhar incessante das línguas, consorciando-se à justa com o pensamento, de que são espelhos, não são as palavras somente que se modificam e transformam, aparecem e desaparecem, se revocam e desprezam, se substituem e alternam, se renovam e envelhecem, rejuvenescem e morrem; o discurso em seu todo, em sua contextura, sofre também várias alterações, não sendo em todos os tempos sempre a mesma a maneira de urdi-lo, tramá-lo e entretecê-lo.

4.2.2.12 – Construção: ordem das palavras nas proposições e das proposições no período; colocação dos pronomes empregados como complementos

Nosso autor retoma aqui o conceito de construção (à página 71 deste trabalho), reforçando que o objeto desta é o concerto das palavras e das proposições na frase e no período. Trata-se, portanto, da parte da sintaxe que estuda a posição dos termos na estrutura da frase.

Conforme Molina (*op. cit.*), tal preocupação com a construção da frase estava ligada à questão da “arte de bem falar”, presente já nas gramáticas alexandrinas.

ECR ensina também que a ordem da construção pode ser análoga (ou direta) ou transpositiva (ou inversa). No primeiro caso, temos: sujeito e tudo o que o modifica, em segundo lugar vem o verbo e, por último, o atributo e modificativo. É a ordem “da sucessão analítica do pensamento” (p. 555), ao passo que a ordem transpositiva seria mais imaginativa.

Tal classificação remete aos enciclopedistas, os quais aprofundaram o estudo da ordem e dividiram as línguas em duas espécies: (1) as análogas, cuja sintaxe está submetida à ordem analítica e (2) as transpositivas, as quais dão às palavras declinações, fazendo que o pensamento siga livre e de todo independente da sucessão das idéias.

A seguinte citação de João Ribeiro (*op. cit.*, p. 222-223) corrobora a posição de ECR:

O discurso coordena-se de duas maneiras: pela ordem direta e pela ordem inversa. (...) Ambas as construções são peculiares ao português, convindo notar que o respectivo uso não é de todo arbitrário, quer quanto à distribuição dos vocábulos, quer quanto à distribuição das cláusulas no período. A ordem direta representa a

análise, serve para a linguagem intelectual, filosófica, científica (...) a ordem inversa representa a síntese, serve para a linguagem do sentimento, da arte da poesia e finalmente da paixão, é a linguagem dos poetas, oradores, historiadores. A ordem direta é própria do estilo científico (...).

Em seguida, ECR expõe regras referentes à posição das palavras na proposição, das proposições no período e, por último, apresenta a colocação dos pronomes empregados como complementos, tema que, como já afirmamos, foi motivo para muita controvérsia à época.

Dessa forma, o autor explica os casos de próclise e ênclise, sendo que, ao citar a questão “com o adjetivo conjuntivo *que, cujo, o qual* ou com os vocábulos *quem, onde, donde, não, nem, nunca, nenhum, ninguém, nada, como, enquanto, porquanto, quando, jamais, sempre, só, embora, se* (conjunção)” (p. 563), mais uma vez é evidente seu conservadorismo, quando afirma que, nesses casos, “costumam os bons escritores recorrer à construção proclítica, tratando-se de verbos no modo definitivo”.

Entre os exemplos arrolados predominam citações de Alexandre Herculano, padre Manuel Bernardes, Camilo Castelo Branco, Latino Coelho e padre Antônio Vieira.

Quanto ao caso de próclise ou ênclise ao lado de locuções prepositivas, ECR, à página 569, afirma: “São dos *melhores escritores portugueses* os seguintes exemplos: (...)” [grifo nosso]. Como sempre, ficam claras as fontes nas quais o autor se inspira.

Em relação à primeira regra apresentada referente à próclise (p. 562) - “Não se começa frase alguma em português pelas variações pronominais oblíquas *me, te, se, lhe, lhes, nos, vos, o, a, os, as*” - cumpre acrescentar que ela envolve um dos pontos pelos quais ECR foi criticado por seu ex-aluno Rui Barbosa, quando da polêmica em torno da redação do Código Civil.

Como já afirmamos, tal fato se deu em 1902, ocasião em que nosso gramático ficou incumbido da revisão do Código. Dessa maneira, de acordo com Leite (2006, p. 88-89), um

dos pontos levantados por Rui Barbosa encontra-se neste trecho do artigo 107 do Código Civil:

Se a simulação for absoluta, sem que tenha havido intenção de prejudicar a terceiros, ou de violar disposição de lei, e for assim provado a requerimento de algum dos contraentes, - se julgará o ato inexistente.

Rui Barbosa propunha “julgar-se-á” no lugar de “se julgará” e, não aceitando o argumento de ECR de que a construção apresentava mais de uma possibilidade, rebateu a resposta, citando a regra mencionada.

Leite (*op. cit.*) também ressalta que, dentro da concepção naturalista de língua, havia o desejo de se preservar a língua da deterioração, de onde provinha tamanho purismo ortodoxo.

Ainda com respeito à colocação pronominal, encontramos em João Ribeiro (*op. cit.*, p. 229-30) uma posição mais flexível:

A questão de colocação dos pronomes oblíquos tem sido entre nós objeto de vivas questões, menos pelos erros no emprego d'esses pronomes do que em razão de regras falsas, arbitrariamente imaginadas e impostas com tirânico e absurdo despotismo por vários gramáticos. A verdade é que os casos de colocação determinados reduzem-se a quatro (...)

4.2.2.13 – *Vícios de linguagem*

Molina (*op. cit.*) associa o ideal da “arte de bem falar e escrever” e os vícios de linguagem que os autores da época apontaram, sendo que, para ECR, vícios de linguagem são construções que comprometem a clareza da linguagem, “desfigurando-a e defraudando-a de suas feições vernáculas” (p. 580). Nosso gramático elenca os seguintes: barbarismo, solecismo, anfibologia ou ambigüidade, obscuridade, hiato, cacófato e eco.

Ao falar de solecismo, entre outros exemplos, o autor cita (p. 583) *Deparei com muitos erros naquele livro*, afirmando em nota que:

Filinto Elísio e Garrett não escrupulizaram em recorrer de quando em quando a essa expressão, cuja sintaxe não tem por si *nem a tradição e ancianidade clássica, nem a autoridade e chancela dos escritores modernos mais asseados no dizer*. [grifos nossos]

Como se vê, trata-se de mais uma declaração em que o autor reforça seu purismo.

ECR igualmente classifica entre os barbarismos e solecismos usos (referentes a cores) como *vestidos creme, fitas laranja*, de origem francesa, galicismos, portanto.

Molina (*op. cit.*) vê nesse “fenômeno” uma atitude antagônica: à época, o nacionalismo despertado pelo movimento romântico fortalecera-se com a proclamação da República, ou seja, por um lado, vivia-se um momento de valorização do país e, conseqüentemente, de sua língua, mas, por outro, a elite continuava ligada à cultura européia, precisamente à francesa. No plano lingüístico, o francês era então, ao mesmo tempo, valorizado e combatido.

4.2.2.14 – *Idiotismos, brasileirismos, provincianismos*

Ao declarar que (p. 590):

Entre os idiotismos portugueses nota-se a existência de um *infinito pessoal*, isto é, de um infinitivo que se modifica e varia para exprimir acessório de pessoa: *Amar eu, amares tu, amar ele, amarmos nós, amardes vós, amarem eles*,

o autor menciona como fonte a *Grammatica portugueza*, de João Ribeiro.

Entre as anomalias idiomáticas, lemos em ECR (p. 591) que:

Identificando a sintaxe do verbo *ter* com a de *haver* neste sentido, diz erradamente o vulgo: *Na quinta de Carlos tem muitas frutas*, em lugar de *há muitas frutas*; (...) [grifo nosso]

Com “diz erradamente” cremos ser claro o tom normativo da obra.

Também Alfredo Gomes (*op. cit.*, p. 361-2) observou e condenou tal uso:

(...) o brasileiro emprega o verbo *ter* como equivalente de *haver* em expressões como essas: *Tem muita gente na escola. Tinha muitas rosas no jardim.*

É tal emprego *brasileirismo* que se deve evitar.

ECR classifica a colocação dos pronomes átonos como *brasileirismo* sintático.

4.2.2.15 – *Figuras de sintaxe*

ECR as define como “os desvios intencionais da construção ordinária das palavras” (p. 595) e apresenta as principais: elipse, zeugma, pleonasma, silepse, anástrofe ou inversão, hipérbato, enálage, repetição, assíndeto e polissíndeto. São dez figuras, enquanto Pacheco da Silva e Lameira de Andrade (*op. cit.*) relacionam quinze e João Ribeiro (*op. cit.*), seis.

Segundo Molina (*op. cit.*, p. 486-487), o estudo dessas figuras remonta à Antiguidade Clássica, tendo sido posteriormente retomado pelos enciclopedistas, que, por sua vez, apresentaram a elipse, o pleonasma, a silepse e o hipérbato.

4.2.2.16 – *Sintaxe e estilo*

Retomando o conceito de sintaxe como “a parte da gramática que trata da composição da oração e da frase” (p. 602), o autor introduz a questão do estilo, servindo-se desta citação de Voltaire (p. 603):

Menos nos impressionam as coisas que dizemos, que o modo como as dizemos; todos os homens têm pouco mais ou menos as mesmas idéias do que está ao alcance de todo o mundo; toda a diferença está na expressão ou no estilo.

Mais adiante, acrescenta:

A *sintaxe* é das partes da gramática de uma língua a que mais se modifica e sujeita às influências intrínsecas e individuais; a ela se prende o *estilo* por laços estreitos, não sendo este senão a representação, o expoente, a medida da individualidade, porque manifesta e representa o complexo de todas as influências físicas, fisiológicas e morais sob cuja influência se desenvolve essa individualidade.

Assim, a sintaxe corresponderia ao estilo geral e o estilo, a uma sintaxe individual.

O autor refere a correção, a propriedade, a clareza, a precisão, a naturalidade, a nobreza e a harmonia como qualidades gerais do estilo e, depois, faz suas estas palavras de Quintiliano (p. 605):

Importa que seja tal a clareza, que a mais fraca atenção baste para compreender e o pensamento impressione os espíritos, como o sol impressiona a vista. Não basta que o ouvinte possa compreender-nos; mister é, mais do que isso, que de nenhum modo nos possa deixar de compreender.

ECR fala de harmonia como um tipo de música do estilo e dos três tipos de estilo – simples, temperado e elevado (ou sublime), reconhecendo que o tema pertence à esfera da retórica.

Nesse ponto, encontramos outro dado em comum com Pacheco e Lameira (*op. cit.*), para os quais o estilo pode ser simples, natural, familiar ou temperado, subdividindo-se o último em apurado, elegante ou espirituoso.

Tais classificações também resultam da influência aristotélica, o que nos leva à visão de *Serões gramaticais* como obra que funde os preceitos da gramática geral e filosófica e da gramática dita científica.

Considerações finais

Ao concluir esta dissertação, fazemos algumas considerações para apresentar os resultados obtidos por nossa pesquisa, a qual buscou verificar em que medida ECR, homem firmado intelectualmente na segunda metade do século XIX e, por conseguinte, influenciado pelas tendências de seu tempo (leiam-se, sobretudo, o evolucionismo e o historicismo), aderiu ao chamado método histórico-comparativo no contexto da produção de seus *Serões gramaticais*.

Assim, retomando os capítulos da dissertação, temos:

- no primeiro capítulo, foram contemplados os pressupostos teóricos da História das Idéias Lingüísticas, os quais serviram de apoio para esta pesquisa;
- o segundo capítulo tratou do momento histórico, político, cultural, social, econômico e educacional no Brasil das últimas décadas do século XIX, tendo, em particular, a contextualização do aspecto educacional abordado a questão do ensino e o Programa de Ensino de Fausto Barreto, em função do qual a gramática *Serões gramaticais*, ao lado de obras de outros autores, foi escrita;
- o terceiro capítulo esboçou a biografia de ECR bem como examinou o prólogo das cinco edições da citada obra e
- o quarto e último capítulo apresentou a análise da morfologia e da sintaxe, demonstrando que, a despeito de seu propósito de filiação à corrente científica, muitas vezes prevaleceu o apego do gramático à tradição (basta remetermo-nos, entre outros, aos diversos exemplos de autores *portugueses* citados pelo autor, às inúmeras citações em latim ou de obras arcaicas e barrocas e ao fato de o autor não haver citado nenhum exemplo de José de Alencar, de quem elogiara o “belíssimo estilo pelo sabor popular”), dado que aponta para o fato de que o ensino de língua portuguesa não acompanhou plenamente o avanço científico proporcionado pelas conquistas teóricas do período.

No que tange ao procedimento metodológico utilizado para a pesquisa, este compreendeu o seguinte percurso: busca do suporte teórico estudado, seleção do *corpus* – a obra *Serões gramaticais* mais a análise das partes mencionadas.

Em relação aos pressupostos teóricos que fundamentaram a pesquisa, podemos reafirmar a pertinência da História das Idéias Lingüísticas, em virtude do fato de esta analisar a forma como um saber lingüístico é interpretado e desenvolvido no decorrer do tempo.

Desse modo, coube-nos, em nosso trabalho, não desvincular a gramática em pauta do contexto histórico em que está inserida, uma vez que a análise de uma obra sem sua contextualização temporal não teria sentido.

Esta dissertação não se pretende definitiva, ficando em aberto a possibilidade de novas abordagens para o estudo da obra *Serões gramaticais*. Cumpre-nos ainda destacar a inscrição do nome de ECR no campo da História das Idéias Lingüísticas do Brasil, por meio de sua obra, produto de seu tempo e igualmente de tempos que o antecederam.

Referências bibliográficas

ARNAULD, A. & LANCELOT, C. *Gramática de Port-Royal. Gramática geral e razoada*. Tradução de Bruno F. Bassetto e Henrique G. Murachco. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

AZEVEDO, F. de. *A cultura brasileira*. 4^a ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

BAIN, A. *Higher English Grammar*. London: Longmans & Co., 1874.

BARBOSA, J. S. *Gramática filosófica da língua portuguesa*. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, 1822.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa* (edição revista e ampliada) Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 1999.

BEHAR, E. *Vultos do Brasil – Dicionário biobibliográfico*. São Paulo: Livraria Exposição do Livro, 1967.

BRAUDEL, F. *Gramática das civilizações*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

BRÉAL, M. *Ensaio de semântica*. São Paulo: EDUC – Editora da Pontifícia Universidade Católica – PUC – tradução Aída Ferras, Eduardo Guimarães, Eleni Jacques Martins e Pedro de Souza, 1992.

BURKE, P. *A revolução francesa da historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)*. São Paulo: UNESP, 1992.

CÂMARA JR., J. M. *Dicionário de lingüística e gramática*. Petrópolis: Vozes, 2004.

CARDOSO, F. H. Dos governos militares a Prudente - Campos Sales. In: HOLLANDA, Sérgio B. de *História geral da civilização brasileira*. Tomo III, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 16-50.

CARDOSO, S. (Org.). *Historiografia gramatical (1500-1920)*. *Língua portuguesa – Autores portugueses*. Porto: Faculdade de Letras do Porto, 1994.

CARONE, F. B. *Morfossintaxe* (série “Fundamentos”). São Paulo: Editora Ática, 2ª. ed., 1988.

CASIMIRO, A. D. *A gramática científica de Eduardo Carlos Pereira*. São Paulo. Tese de doutoramento – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

CAVALIERE, R. *Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2000.

CHARTIER, R. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XVI e XVIII*. Brasília: Editora da UnB, 1994.

CHEVALIER, J. C. “A língua” – in: *História: novos objetos*. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 4ª. ed., 1995.

CUNHA, C. & CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 3ª. ed., 2001.

DOSSE, F. *A História em migalhas – Dos Annales à nova História*. São Paulo: Editora Ensaio, 1994.

ELIA, S. *Ensaio de filologia e lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1978.

FACCINA, R. L. S. “Políticas lingüísticas: normatização do ensino de língua portuguesa no século XX”. Tese de doutorado. São Paulo: PUC/SP, 2002.

FAUSTO, B. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2001.

FÁVERO, L. L. “Gramática é a arte...”, in: ORLANDI, Eni P. (Org.) *História das Idéias Lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Cáceres (MT): UNEMAT Editora, 2001.

----- “Uso e norma na produção gramatical brasileira do século XIX”, in *Actas del XXIII Congreso de Linguística y Filología Romanica*. Tübingen: Niemeyer Verlag, 2003, vol. 5, p. 169-81.

----- “De Moraes Silva a João Ribeiro – contribuição à história da gramática no Brasil”, in *Confluência Revista do Instituto de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, 2004, nº 27-28, p. 251-61.

----- & MOLINA, M. A. G. *As concepções lingüísticas no século XIX. A gramática no Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

FEBVRE, L. *Combates pela História*. Lisboa: Presença, (s/d).

FIGUEIREDO, C. de. *Lições práticas da língua portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 8ª. ed. Vol. III, 1953 [1899].

GHIRALDELLI JR., P. *História da educação brasileira*. São Paulo: Cortez, 1990.

GOMES, A. *Grammatica portugueza*. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 17ª. ed., 1918. [1887].

GONÇALVES, M. F. *Os programas de Língua Portuguesa do Colégio Pedro II: uma orientação para o ensino secundário*. São Paulo. Dissertação de mestrado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

GURGEL, S. “O período dito científico dos estudos lingüísticos brasileiros na questão da colocação pronominal (1880-1920)”, in *Anais do Seta*, n^o 1, 2007.

HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

KRISTEVA, J. *História da linguagem*. Lisboa: Edições 70, 1969.

LAROÇA, M. N. de C. *Manual de morfologia do português*. Campinas: Pontes; Juiz de Fora: UFJF, 1994.

LE GOFF, J. & NORA, P. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1988.

LEITE, M. Q. *Metalinguagem e discurso – a configuração do purismo brasileiro*. São Paulo: Humanitas, 2^a. ed., 2006.

MACIEL, M. *Grammatica descriptiva*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 6^a. ed., 1916.

MASON, C. P. *English grammar (including the principles of grammatical analysis)*. Toronto: Adam Miller and Co., 1877.

MOLINA, M. A. G. “O estudo do nome na *Grammatica expositiva (curso superior)* de Eduardo Carlos Pereira”. In: *Filologia e lingüística portuguesa* (7). São Paulo: FFLCH/USP, 2005.

----- . *Um estudo descritivo-analítico da Grammatica Expositiva (Curso superior) de Eduardo Carlos Pereira*, tese de doutoramento. São Paulo: FFLCH/USP, 2004.

NAGLE, J. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1974.

ORLANDI, E. P. (Org.) “Formação de um espaço de produção lingüística: a gramática no Brasil”, in *História das Idéias Lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Cáceres (MT): UNEMAT Editora, 2001.

PEREIRA, E. C. *Grammatica expositiva*. São Paulo: Weisflog Irmãos, 7^a. ed., 1918 [1907].

PILETTI, N. *História da educação no Brasil*. São Paulo: Ática, 2000.

PINHEIRO, P. S.; NAGLE, J. et al. *O Brasil republicano: sociedade e instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro - São Paulo: Difel, v.2, tomo III, 1978.

REIS, F. S. *Grammatica portugueza (acomodada aos princípios gerais da palavra seguidos de immediata applicação practica)*, Maranhão: Tipografia de R. d’Almeida & C. Editores, 2^a. ed., 1871.

RESTAINO, H. C. *O ensino de Língua Portuguesa e de leitura na República Velha: aliados da cultura brasileira ou representantes da tradição?* São Paulo. Dissertação de mestrado - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

RIBEIRO, E. C. *Serões gramaticais (ou Nova gramática portugueza)*. Salvador: Bahia Imprensa Popular, 1890.

------. *Serões gramaticais* (ou *Nova gramática portuguesa*). Salvador: Livraria Catilina, 2^a. ed., 1915.

------. *Serões gramaticais* (ou *Nova gramática portuguesa*). Salvador: Livraria Catilina, 3^a. ed., 1919.

------. *Serões gramaticais* (ou *Nova gramática portuguesa*). Salvador: Livraria Progresso Editora, 4^a. ed., 1947.

------. *Serões gramaticais* (ou *Nova gramática portuguesa*). Salvador: Livraria Progresso Editora, 5^a. ed., 1950.

RIBEIRO, J. *Grammatica portugueza*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 11^a. ed., 1904 [1887].

RIBEIRO, J. *Grammatica portugueza*. São Paulo: N. Falcone & Comp., 7^a. ed., 1913 [1881].

RICCIARDI, M. L. P. “Segunda metade do século XIX: da apoteose do sentimento à anatomia da língua”. In: BASTOS, Neusa B. & PALMA, Dieli V. (Orgs.) *História entrelaçada. A construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa do século XVI ao XIX*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2004.

SILVA, A. F. *Grammatica portugueza*. São Paulo: Augusto Siqueira, 9^a. ed., 1906 [1877]

SILVA, A. M. *Grande dicionário da língua portuguesa. Epítome da gramática portuguesa*. Lisboa: Editorial Confluência, 10^a. ed. Vol. 12, 1959 [1806]

SILVA, H. R. da. In: LOPES, Marcos A. (Org.). *Grandes nomes da História Intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003.

SILVA, M. *Reflexões acerca do sentido da História na historiografia lingüística*. IV Jornada Nacional de Filologia. *A filologia de ontem, de hoje e de amanhã*. USP (4/4/05). Disponível in: <http://www.filologia.org.br/ivjnf/12.html>.

SILVA, M. C. P. de S. & KOCH, I.V. *Lingüística aplicada ao português: morfologia*. São Paulo: Cortez Editora, 12^a. ed., 2001.

SILVA JR., P. & ANDRADE, L. *Grammatica da lingua portugueza*. São Paulo: Livraria Clássica de Alves & C., 2^a. ed., 1894 [1887].

SOUZA, A. L. de. *Bahianos ilustres (1564-1925)*. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1949.

WEEDWOOD, B. *História concisa da Lingüística*. São Paulo: Parábola, 6^a. ed., 2008 [2002]

WHITNEY, W. D. *Essentials of English Grammar*. Boston: Ginn & Company Publishers, 1899.